

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA
MÍDIAS E MEDIAÇÕES SOCIOCULTURAIS

CARLOS EDUARDO PEREIRA FREITAS

Policiais em levante: representações sociais construídas por jornalistas cearenses sobre o motim da Polícia Militar do Ceará de 2020

Rio de Janeiro

2025

CARLOS EDUARDO PEREIRA FREITAS

Policiais em levante: representações sociais construídas por jornalistas cearenses sobre o motim da Polícia Militar do Ceará de 2020

Dissertação apresentada à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro para obtenção do título de mestre em Comunicação e Cultura.

Área de concentração: Mídias e Mediações Socioculturais.

Orientadora: Prof^a Dra^a. Isabel Siqueira Travancas.

Rio de Janeiro

2025

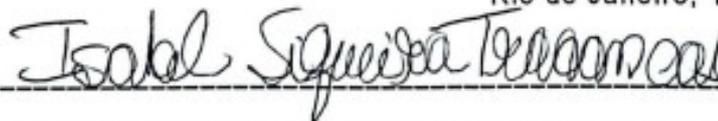
ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
APRESENTADA POR CARLOS EDUARDO PEREIRA FREITAS NA
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO DA UFRJ

Aos onze dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, às quinze horas, na sala 140 da Escola de Comunicação da UFRJ, foi apresentada a dissertação de mestrado de Carlos Eduardo Pereira Freitas, intitulada: *"Políciais em Levante: representações sociais construídas por jornalistas cearenses sobre o motim da Polícia Militar do Ceará em 2020"*, perante a banca examinadora composta por: Isabel Siqueira Travancas [orientador(a) e presidente], Maria Glaucíria Mota Brasil e Cristiane Henriques Costa. Tendo o(a) candidato(a) respondido a contento todas as perguntas, foi sua dissertação:

aprovada reprovada aprovada mediante alterações

E, para constar, eu, Thiago Couto, lavrei a presente ata, que segue por mim datada e assinada pelos membros da banca examinadora e pelo(a) candidato(a) ao título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Rio de Janeiro, 11 de abril de 2025



Isabel Siqueira Travancas [orientador(a) e presidente]

Documento assinado digitalmente

gov.br

MARIA GLAUCÍRIA MOTA BRASIL

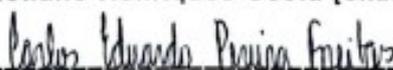
Data: 16/04/2025 17:17:56-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Maria Glaucíria Mota Brasil [examinador(a)]



Cristiane Henriques Costa [examinador(a)]



Carlos Eduardo Pereira Freitas [candidato(a)]

*A Karina, Helder e Marcelo,
bússolas de minha vida
a guiar para caminhos que eu
jamais imaginei trilhar*

AGRADECIMENTOS

Qualquer tentativa de agradecimento requer, necessariamente, uma viagem. Quando tudo começou, em 12 de agosto de 2022, éramos eu e Marcelo a caminho de Camocim, no Ceará. No carro, com o qual passamos por várias peripécias típicas de viagens apressadas, ia junto a vontade de mudança. Era preciso, até às 23h59 daquele dia, enviar os documentos e fazer o pagamento da taxa de inscrição no processo seletivo da Escola de Comunicação da UFRJ. Nos bancos da frente, dois amigos-irmãos, Fran e Ornan, que não só ajudaram nesse processo, mas compartilharam muitos momentos de nossa vida, seja em Camocim, nas noites de Fortaleza ou nas conversas que viravam a madrugada. São anjos que entraram na nossa vida e nada do que eu escrever aqui será suficiente para demonstrar tamanho agradecimento. Lembro que passávamos pela Caucaia, quando o pagamento foi feito e os documentos enviados. Pronto. Parecia que ali nosso destino estava traçado.

Nosso porque não existe Rio de Janeiro para mim sem ele. Foi um sonho pensado junto. Foi um projeto imaginado durante um confinamento provocado pela covid-19. Foi o plano principal de um casal que se consolidava e almejava um novo futuro. Foi, mais uma vez, a confirmação de nós. E vem sendo há quase 11 anos. Se alguém merece um lugar de destaque é ele: meu marido, meu melhor amigo, aquele que sabe o que estou sentindo quando coloco minha música favorita, que dorme pegando na mão e acorda com a boca aberta após um sono reconfortante, que lê meu olhar e completa meu sorriso com a beleza de simplesmente ser o homem da minha vida. Se os caracteres dessa dissertação são atribuídos a mim, boa parte deles foram escritos em conjunto na ideia de casa que construímos de um no outro, com a nossa rotina, tenha sido ela mais difícil e penosa durante o primeiro ano ou um pouco mais complexa a partir do segundo. É, Marcelo, essa conquista é mais uma nossa.

Se tive o privilégio de estar ao lado de alguém que me ouvia, me questionava e me sugeria melhorias diariamente no que eu estava fazendo, a poucos quilômetros do Rio, em Niterói, uma parte da minha família me deu lar, estrutura, paz e calma. Meu pai, minha madrastra e minhas irmãs foram – e continuam sendo – um bálsamo de luz e afeto que me deu não apenas força, mas coragem para enfrentar o que uma grande cidade como o Rio de Janeiro prepara para um fortalezense retirante. Foram eles que me ajudaram no momento mais sensível de minha vida adulta e, tanto, que, por causa dele e delas, hoje posso realizar os sonhos que havia construído durante toda a minha infância e adolescência.

No Rio de Janeiro, não teria como passar por disciplinas mil e construir uma dissertação do zero sem a ajuda de uma orientação dedicada e cuidadosa como a da Isabel.

Cada vírgula corrigida e palavra de conforto, estas proferidas em momentos nos quais eu mais duvidava de mim, foram força-motriz naquela ideia louca de ser pesquisador. Não haveria esta pesquisa sem ela acreditar em mim lá atrás, quando resolveu me orientar, sem nem me conhecer, após duas pessoas terem feito a negativa. A ela sou grato infinitamente pela força e pela parceria nesses dois anos.

Falar em parceria é o mesmo que citar essas mulheres que entraram na minha vida de forma avassaladora e definitiva. Laís, Miranda e Taynara apareceram no momento em que eu não sabia nem quem eu era. No processo mental de negação mais profundo que já tive, no qual eu duvidava de vínculos, estava preso à minha cidade anterior e me distanciava de tudo que era novo. Retirantes, como eu e Marcelo, elas sentiam tudo isso e foi no espelho de nós que vi a beleza de novas amizades sendo construídas. Hoje tenho a felicidade de chamá-las de amigas, meus amores que vieram de outros estados e formaram esse grupo que se abraça, se aconchega, se ajuda e, da forma mais sensível possível, se ama. Esse sentimento entre nós tem uma potência tão grande que eu tenho certeza que, não importa onde nós estejamos, seremos sempre nós cinco; seja em Vila Velha, Belo Horizonte, Curitiba ou Fortaleza, nossa cidade é o que a gente construiu.

Na ECO, é verdade, muitas dificuldades se sobressaíram, mas também decisões puderam ser tomadas. Quem mais se fez presente foram os profissionais que atuaram na Secretaria; Thiago e Jorgina foram importantíssimos no auxílio a mim e aos meus, assim como estavam presentes sempre que era solicitado. Os (as) trabalhadores (as) do Restaurante Universitário que, durante o mestrado, facilitaram o insumo com o qual passávamos a semana completa e até o fim de semana. Sem eles e elas, é fato, minha vida teria sido muito mais difícil. Também é importante citar alguns professores que me auxiliaram não apenas na formação, mas no diálogo como pesquisador e ser humano, como o Leonardo e o Kléber, figuras que rompem com a ideia de que o professor é uma figura mítica, intocável e superior. Isso não deveria existir em lugar algum, mas infelizmente é prática nos corredores e na vida acadêmica. Não poderia esquecer dos amigos que entraram na minha vida durante esse momento e espero levá-los para muitos outros, como o Gabriel, a Giovana e a Helena. Que a vida trace caminhos conexos entre nós para todo o sempre!

E é importante ainda agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que concedeu um auxílio financeiro, em formato de bolsa, durante o mestrado, ainda que o valor praticado tenha sido insuficiente para que qualquer pretendente a pesquisador no País consiga viver. O que um mestrando recebe para atuar prioritariamente como pesquisador garante apenas isto: a sobrevivência. É urgente que a pesquisa no Brasil

seja tratada como uma política pública relevante para o desenvolvimento nacional, até lá parece que somos só arremedos de um projeto de vir-a-ser.

Nessa viagem que começou a ser escrita em Camocim e recebeu uma vírgula no Rio de Janeiro, não poderia esquecer da minha Fortaleza. É lá onde moram meu sogro e minha sogra, os dois, com suas particularidades, sempre estenderam as mãos quando necessário e emanaram palavras de conforto nos momentos mais árduos desses dois anos. Em Fortaleza, tive o privilégio de transformar professores em amigos. Naiana e Rafael foram e são seres de muita positividade, que estiveram juntos durante a graduação e se mantiveram como confidentes após a formação, é incrível como eles sempre confiaram na nossa capacidade e compartilharam momentos incríveis ao nosso lado. Sou totalmente agradecido hoje e sempre. E também sou agradecido do fundo do coração aos amigos de vida que Fortaleza me proporcionou, tantos que nos ajudaram durante a vinda ao Rio, criando uma vaquinha para nos ajudar na mudança. Eu não sou capaz de citar todos, mas as pessoas que eu amo sabem que eu amo. Eu digo isso.

É em Fortaleza também que a mulher mais importante da minha vida faz morada e com a qual compartilhei diariamente boa parte dela, da infância à fase adulta, sem contar os nove meses que fui alimentado na barriga pequena de uma menina de 14 anos de idade que inventou de ser mãe. Sem ela, o pequeno que assistia ao Menino Maluquinho com uma panela na cabeça não existiria, não seria um adulto certo de seus objetivos e apaixonado pela vida. Hoje qualquer projeto de mim mesmo passa pela lembrança dos momentos de infância, da cama de solteiro compartilhada por nós dois ou do radinho branco envelhecido pelo tempo com uma falha no segundo número que indicava a hora. Foi na formação dela como mãe que me encontrei como filho, entendi o sentido de amar indistintamente, sem filtros e sem medo. Com ela, ganhei mais dois irmãos, que amo incondicionalmente e por toda a vida e também, das suas formas, me deram força nesse processo. É por eles e para eles que a vida está caminhando, mesmo a mais de 2 mil quilômetros de distância. Até porque o lugar é só uma convenção.

Por isso, meu coração viaja todos os dias, do Rio a Fortaleza, passando por Camocim, Vila Velha, Belo Horizonte, Curitiba, São Paulo... Tantos lugares infindos... E se enche ao sentir o de vocês pulsando.

Sou grato.

Obrigado!

RESUMO

FREITAS, Carlos Eduardo Pereira. **Policiais em levante**: representações sociais construídas por jornalistas cearenses sobre o motim da Polícia Militar do Ceará de 2020. Rio de Janeiro, 2025. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2025.

Esta pesquisa se organiza a partir da intersecção entre comunicação, psicologia social e segurança pública. O objetivo principal deste estudo é observar como se constrói, a partir dos (as) jornalistas atuantes na cobertura do motim da Polícia Militar do Ceará de 2020, o sistema de representações sociais sobre esse acontecimento. Para isto, foram necessários dois movimentos metodológicos. O primeiro foi a realização de entrevistas com um roteiro semiestruturado e semiaberto com sete jornalistas que trabalharam nos jornais *O Povo* e *Diário do Nordeste* durante a cobertura do motim. O segundo foi a análise de 56 conteúdos jornalísticos – entre notícias, reportagens e artigos – publicados nos dois veículos entre os dias 19 de fevereiro e 1º de março de 2020. Na primeira parte da pesquisa, apresento uma análise teórica sobre a transversalidade do estudo, considerando aspectos de contato entre a representação social e a comunicação; é a partir daqui que considero a existência de um *mundo laboral* e sugiro influências dos *mundos social* e *individual* alinhados aos perfis dos (as) jornalistas entrevistados (as). Na segunda parte, faço uma genealogia da polícia e dos motins a fim de encontrar na história e nas memórias pessoais uma ancoragem capaz de vincular a representação social construída a aspectos anteriores ao motim de 2020. Na terceira parte, busco, de forma mais pormenorizada, encontrar repercussões do *mundo individual* nas representações construídas, retomando histórias também anteriores ao motim que tenham causado alguma influência na construção realizada por jornalistas. Por fim, concluo que as representações sociais foram construídas tendo como base as histórias de vida e experiências pessoais dos (as) profissionais, a cultura jornalística e as relações de poder que permeiam as redações.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Representação social; Motim; Polícia Militar.

ABSTRACT

FREITAS, Carlos Eduardo Pereira. **Policiais em levante**: representações sociais de jornalistas cearenses sobre o motim da Polícia Militar do Ceará de 2020. Rio de Janeiro, 2025. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2025.

This research is organized at the intersection of communication, social psychology, and public security. The main objective of this study is to observe how the system of social representations surrounding the 2020 Military Police riot in Ceará is constructed by the journalists who covered the event. To achieve this, two methodological steps were necessary. The first involved conducting interviews using a semi-structured and semi-open script with seven journalists who worked for the newspapers *O Povo* and *Diário do Nordeste* during the coverage of the riot. The second step was the analysis of 56 journalistic pieces — such as news, reports and opinion articles — published in both newspapers between February 19 and March 1, 2020. In the first part of the research, I present a theoretical analysis of the study's transversality, considering aspects of the intersection between social representation and communication. It is from this point that I propose the existence of a *professional world* and suggest the influence of both *social and individual worlds*, aligned with the profiles of the journalists interviewed. In the second part, I trace a genealogy of the police and the riots in order to find in history and personal memories an anchoring point capable of linking the social representation to elements that precede the 2020 riot. In the third part, I seek, in more detail, to find the impact of the *individual world* on the representations constructed, revisiting personal histories that predate the riot and may have influenced the journalists' construction. Finally, I conclude that the social representations were constructed based on the journalists' life stories and personal experiences, journalistic culture, and the power relations that permeate newsrooms.

KEYWORDS: Journalism; Social Representation; Riot; Military Police.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Coronel Mauro Benevides é baleado em motim de 1997.....	72
Figura 2 – Policiais amotinados se reúnem à frente de batalhão em Fortaleza.....	74
Figura 3 – Capitão Wagner Sousa discursa para amotinados.....	76
Figura 4 – Print screen de reportagem do jornal Diário do Nordeste.....	89
Figura 5 – Print screen de reportagem do jornal O Povo.....	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Características dos jornalistas entrevistados.....	48
Tabela 2 – Perguntas contidas no eixo 1 do roteiro de entrevistas com os jornalistas.....	51
Tabela 3 – IDH dos bairros de moradia citados pelos entrevistados.....	55
Tabela 4 – patentes militares e períodos de criação.....	61
Tabela 5 – Círculos hierárquicos na PMCE.....	62
Tabela 6 – Perguntas contidas no eixo 3 do roteiro de entrevistas com os jornalistas.....	84
Tabela 7 – Termos e seus correlatos usados para nomear o evento de 2020.....	88
Tabela 8 – Perguntas contidas no eixo 2 do roteiro de entrevistas com jornalistas.....	102

SUMÁRIO

1. Introdução.....	13
2. A comunicação e as representações sociais.....	25
2.1. A transversalidade da representação social.....	25
2.2. A mídia e seu papel de mediação.....	32
2.2.1. A dinâmica ideológica.....	36
2.3. O <i>mundo laboral</i>	39
2.4. De A a G: perfis de jornalistas entrevistados (as).....	47
2.4.1. A influência parental.....	52
2.4.2. A influência formativa.....	53
2.4.3. A influência territorial.....	54
3. A familiarização de um motim.....	57
3.1. Genealogia da polícia e dos motins.....	57
3.1.1. Origem da polícia no Brasil.....	57
3.1.2. Exército e polícia como agências cruzadas.....	59
3.1.3. Polícia Militar: um oxímoro.....	63
3.1.4. Os primeiros motins brasileiros.....	65
3.1.5. A herança ditatorial.....	68
3.1.6. O dominó de 1997.....	70
3.1.7. Os motins cearenses.....	71
3.2. Familiarizando um motim.....	77
3.2.1. Ancoragem e objetivação.....	80
3.3. Por que chamam motim?	83
3.4. Origens e influências mnemônicas.....	90
4. Repercussões do <i>mundo individual</i>.....	96
4.1. A influência do <i>mundo individual</i> nas representações.....	96
4.2. A importância dos afetos.....	99
4.3. Marcas do <i>mundo individual</i>	101
5. Considerações finais.....	114
Anexo.....	120
Referências bibliográficas.....	121

1. Introdução

Quem nasce em uma periferia brasileira tem, indistintamente, sua vida atravessada pela Polícia Militar. Os (As) que têm sorte parecem passar incólumes pelas vielas da quebrada pois sabem que olhar sempre à frente é sinônimo de sobrevivência. Os (As) que não têm tanta sorte assim perecem: ou são retidos (as) pela estrutura de um sistema que anseia em tirá-los (as) de circulação, ou por aquela bala perdida que normalmente dá um jeito de encontrar alguém. Eu consegui olhar para frente, mas não posso dizer o mesmo de vários (as) amigos (as) e conhecidos (as) que foram condicionados a virar a cabeça.

A ideia que se vende na periferia é que ser militar e/ou estudar são as formas mais evidentes de crescer na vida. Meu pai acreditou nessa máxima há quase 30 anos quando vim ao mundo. Entretanto, o perfil dele não se encaixava no que a própria corporação buscava e, em poucos meses, ele pediu baixa. Minha mãe, embora não tivesse aspirações militares, sonhava com um filho em uma boa escola pública — o que era viável naquela circunstância. Por incrível que pareça, as melhores escolas públicas cearenses são militares pois detêm os maiores índices institucionais medidos pelos governos, como indicações de proficiência em disciplinas e aprovação em vestibulares.

Estudei durante 11 anos em um colégio com esse perfil, certo de que havia questões particulares que não corroboram com a ideologia que ainda ronda as paredes dos batalhões, pintando fardas e acessórios de gente que pode ter crescido como eu. Desde então, dois irmãos e uma prima entraram também em colégios militares: um deles hoje é militar do Exército; um tio entrou e saiu da Aeronáutica; e minha mãe tornou-se policial militar. E o que parece ser o ponto comum entre nós, além do vínculo familiar, é que ninguém parece se encaixar nessas instituições.

Saí da escola militar com a certeza de jamais querer viver em um ambiente similar ou que professasse aquela estrutura de poder tão arraigada em formas coloniais de lidar com as questões sociais. Busquei na Universidade Federal do Ceará (UFC) uma forma de quebrar essas estruturas e encontrei no jornalismo uma possibilidade de pelo menos questionar esses ordenamentos a partir de apurações investigativas, capazes de alterar, mesmo que minimamente, o *modus operandi* daqueles que detêm a hegemonia política e econômica.

Quando me formei em jornalismo, tinha a ideia de trabalhar em editorias como Cultura, Cidade ou Política, mas acabei enveredando pela área da Segurança Pública. Foi no batente que percebi as incoerências das instituições militares, como também o jogo dúbio de morde-assopra da imprensa com essas estruturas de poder político e militar. Tive um texto censurado pela própria empresa em que trabalhava durante a apuração para uma série de

reportagens sobre mortes por intervenção policial. O lide e sublide¹ principais dessa série foram reescritos pelo superintendente da empresa, cujas determinações de modificação chegaram escritas a mão pelo próprio gestor.

Meses depois deste fato que marcou minha trajetória profissional, estourou o terceiro motim policial cearense. Era fevereiro de 2020, perto do carnaval. Lembro de ter saído da redação pouco antes de o senador Cid Gomes, ex-governador do Ceará, ter sido atingido por dois tiros enquanto tentava avançar com uma retroescavadeira sobre um grupo de policiais amotinados em um batalhão na cidade de Sobral. O município é berço político da família Ferreira Gomes, uma das mais tradicionais da política cearense.

“Vocês têm cinco minutos para pegar os seus parentes, as suas esposas e seus filhos e sair daqui em paz. Cinco minutos. Nem um a mais”, disse o senador em um megafone à frente do batalhão antes de ser baleado. Dali por diante estava consumado o caos que iria atingir o Ceará, cujos índices de violência atingiram patamares surpreendentes. Os cinco minutos aventados por Cid Gomes se estenderam por 13 longos dias até que uma comissão formada por representantes de diversas entidades representativas, como a Assembleia Legislativa e a Ordem dos Advogados do Brasil, conseguiu fechar um acordo entre os (as) amotinados (as) e o Governo Estadual.

A situação foi tão delicada que reportagens produzidas na época — inclusive por mim — informaram os assassinatos de 312 pessoas durante o motim policial de 2020, com uma média de 24 homicídios por dia (ou uma morte violenta intencional a cada hora)². Apenas nos dias 21 e 22 de fevereiro daquele ano, foram registrados 37 e 34 assassinatos, respectivamente³. Esses foram os dias mais violentos desde 2012, quando, em 1º de janeiro, 41 pessoas foram mortas — isso também ocorreu durante um motim policial. Os índices apresentados pela própria Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) do Ceará apontaram para um descontrole da estrutura de segurança pública do Estado em decorrência da ausência de policiais militares nas ruas fazendo suas atividades preventivas e ostensivas para as quais foram contratados.

¹ Para Lage (2011), em seu vocabulário clássico no livro “Estrutura da Notícia”, lide é considerado como a “abertura da notícia. Primeiro parágrafo da notícia em jornalismo impresso. Relato do fato mais importante de uma notícia. Na forma clássica, esse relato começa pelo aspecto mais importante” (p. 66); enquanto o sublide é o “segundo parágrafo da notícia em jornalismo impresso. Corresponde, em geral, ao segundo lide, ou à segunda informação (em ordem de importância) da matéria, precedendo as documentações” (p. 68).

² Durante motim da PM, 312 pessoas foram assassinadas no Ceará. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/03/06/durante-motim-da-pm-312-pessoas-foram-assinadas-no-ceara.htm>. Acesso em: 19 jan. 2024.

³ Durante motim da PM, Ceará tem os dois dias mais violentos desde 2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/02/23/ceara-tem-122-assassinatos-em-quatro-dias-de-motim-da-policia-militar.ghtml>. Acesso em: 19 jan. 2024.

Além das reportagens sobre índices criminais e o andamento das negociações para o fim da paralisação de 2020, meu editor à época pediu para apurar e escrever um texto sobre as relações existentes entre os três motins cearenses (em 1997, 2011/2012 e 2020). A partir de notícias e reportagens obtidas com a equipe do arquivo do *Diário do Nordeste*, li os conteúdos jornalísticos produzidos durante as coberturas anteriores e descobri diversas relações políticas que se transmutaram ali, na minha frente. Apesar dessas relações, havia muitas diferenças que produziram formas de cobrir e narrativas também dissonantes.

Por isso, acredito que a pesquisa nasceu exatamente neste momento, na apuração desta reportagem, quando as aspas da socióloga cearense Glaucíria Mota Brasil ecoaram na minha mente: “a quebra da autoridade e da disciplina foi plantada”. Naquela época, no auge da maior paralisação das atividades policiais no Estado, me interessava saber se havia algum fato, motivação ou história que teria semeado tantos levantes da corporação em tão pouco tempo. Foi surpreendente, por exemplo, descobrir que, enquanto eu tinha apenas três anos de idade, em 1997, o primeiro motim policial cearense ousava emergir, desafiando uma base arenosa e calcada em uma estrutura política coronelista que já se perpetuava.

A curiosidade, tão lembrada como característica fundamental de um jornalista, aflorou de tal forma naquela entrevista com Glaucíria — ela inclusive era minha fonte desde o início da profissão em 2017 — que, quando me dei conta, esta pesquisa já havia brotado. Na verdade, esta dissertação nasceu do meu interesse na cobertura que eu fazia para o *Diário do Nordeste*. Ainda que já tivesse bastante relação com a área de segurança pública por causa das pautas como setorista, durante o motim de 2020 percorri batalhões da PM em toda a capital para saber se eles estavam funcionando e enviando viaturas às ruas. Também visitei o quartel onde a maioria deles se reunia com suas esposas e filhos, olhei diariamente as estatísticas de homicídios, senti o efeito da ausência de policiais nas ruas e fui até ameaçado por policiais bêbados que deveriam, na verdade, fazer o contrário: me proteger.

Esta pesquisa surge desse emaranhado de sensações e vivências geradas pela profissão e pela minha experiência como morador de uma periferia de Fortaleza. Se agora as horas de estudo se materializam nestas páginas, significa que a curiosidade lá atrás encontrou morada em discussões, debates e sugestões fundamentais de tantas pessoas que ajudaram a produzir este texto, que muito mudou desde o início, quando apresentei o projeto de dissertação para o Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura (PPGCom) da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Ainda que, no início deste percurso, eu houvesse pensado em fazer esta pesquisa por outros prismas (como os estudos sobre relações de poder e colonialidade), optei na sua

elaboração final por observar como se constrói, a partir dos (as) jornalistas atuantes na cobertura do mais recente motim da Polícia Militar do Ceará, o sistema de representações sociais sobre esse acontecimento. Para atingir este objetivo, fiz dois movimentos de análise metodológica distintos que, juntos, tendem a se aproximar de uma construção social da realidade promovida pela mídia e seus (suas) atores (atrizes) comunicacionais.

No primeiro movimento metodológico, houve a realização de entrevistas em profundidade com jornalistas d'*O Povo* e do *Diário do Nordeste* que participaram da cobertura do motim. O roteiro das entrevistas foi montado com a forma semiestruturada e semiaberta, cujo objetivo é compreender como esse acontecimento é/foi observado e construído pelos (as) jornalistas, dando ênfase em momentos que suscitem questões de origem individual e profissional, mas também social. Desta forma, ouvir os (as) jornalistas serve como uma fase deste processo para pensar e promover debates com a parte posterior da pesquisa em questão.

É importante ressaltar que as entrevistas permitem não apenas conhecer como o acontecimento é/foi observado pelo (a) profissional na redação, mas também entender como a instituição Polícia Militar e suas ações atravessam as histórias de vida desses indivíduos, seja por meio do relatado ou por acontecimentos específicos que permeiam o imaginário dos (das) entrevistados (as). Isto porque, segundo Marocco (2012, p. 152), “em termos metodológicos, a entrevista dá acesso ao fluxo contínuo de conduta e as formas materiais de expressão da atividade através de uma descrição familiar ou de um entendimento teórico”.

Já o segundo movimento é constituído pela análise das notícias e reportagens publicadas pelos jornais cearenses *O Povo* e *Diário do Nordeste* no período entre o início e o fim do motim mais recente, acontecido em 2020. Ao todo, foram analisadas 18 matérias do *Diário do Nordeste* e 38 d'*O Povo*⁴. Esses conteúdos jornalísticos estão distribuídos entre os dias 19 de fevereiro e 1º de março de 2020. Os dois jornais são os de maior relevância política no Ceará e, além de serem os mais longevos em atuação, disputam o mercado de notícias com significativos capitais simbólico, político e econômico. O jornal impresso como matéria-prima de análise surge em decorrência da capacidade de síntese que o material dispõe sobre o evento em si, uma vez que os textos jornalísticos publicados no dia após os

⁴ O número dos conteúdos jornalísticos é discrepante porque há gêneros distintos preferenciais em cada um dos jornais. A cobertura do *Diário do Nordeste* é composta por reportagens, que se dividem em um texto principal mais longo e um coordenado, com conteúdo chegando a até três páginas sobre um mesmo tema relacionado ao motim. A cobertura d'*O Povo* é composta majoritariamente por matérias mais curtas, que se dividem entre reportagens (normalmente de uma página) e notícias (de uma, duas ou três colunas); os textos não são coordenados, ou seja, ainda que haja um tema guarda-chuva, como o motim, muitas vezes a notícia não tem relação direta com a outra temática que é apresentada ao seu lado.

acontecimentos representam uma visão, apesar de inicial, analítica sobre o dia anterior. O intuito desta análise é compreender como foram construídas as representações sociais do motim policial de 2020 naqueles periódicos, atentando ao léxico escolhido e compreendendo a existência de influências individuais, sociais e profissionais que circundam os (as) jornalistas e estão materializadas nos textos. Acredita-se que a análise conjunta pode subsidiar uma melhor compreensão do sistema de representações sociais acionado pelos (as) jornalistas sobre o motim policial durante a cobertura.

Compreender como esse sistema de representações sobre um acontecimento é construído socialmente pelos (as) jornalistas é importante para os estudos de fenômenos contemporâneos comunicacionais, os quais têm a mídia como uma de suas principais propagadoras atuando dialeticamente no processo de representação social. Por isso, buscamos na antropologia e na psicologia social argumentos e conhecimentos teóricos que possam ajudar a compreender melhor essa relação entre comunicação e representação social. Acredito que, se a mídia representa socialmente sujeitos/objetos/acontecimentos, é preciso averiguar como isso foi acionado e quais procedimentos sugerem possíveis mudanças de perspectiva, no sentido que Moscovici (2007, p. 54) entende como a finalidade de todas as representações sociais: “tornar familiar algo não familiar, ou a própria não familiaridade”.

Para entender como se dá esse processo e atingir o objetivo principal, que se vincula à compreensão da construção das representações sociais sobre o motim mais recente da Polícia Militar do Ceará pelo jornalismo cearense, considero a existência de objetivos específicos, os quais devem auxiliar na busca pelo entendimento da questão e serão demonstrados aos poucos no decorrer dos capítulos. Para alcançar o objetivo principal, avalio ser relevante considerar como objetivos específicos os movimentos de análise metodológica, como o estudo das coberturas dos jornais cearenses no período já explicitado e a realização de entrevistas com os (as) profissionais atuantes na cobertura por considerar relevantes as contribuições para a pesquisa em questão, cujos objetivos procuram descobrir aspectos individuais, sociais e profissionais que resvalam no processo de representações sociais. Assim será possível atingir um melhor entendimento dos atos de construção representacional.

Também surge como um dos objetivos entender como as questões profissionais influenciam as construções sobre o motim, uma vez que a cultura jornalística nas redações é um pilar de relevância nesse processo. Travancas (2011) lembra que os (as) jornalistas compartilham um *estilo de vida* e uma *visão de mundo* próprios, inerentes à profissão, que se imbricam nesse processo construtivo. Busco ainda compreender as aproximações e os distanciamentos que as representações sociais observadas nos produtos jornalísticos possuem

com as representações presentes nos relatos dos (as) entrevistados (as), delineando possíveis razões e justificativas para suas existências.

Com esses objetivos atingidos a partir da reunião das informações condensadas durante a pesquisa científica, é possível sugerir como se deu a representação social do motim cearense de 2020 a partir do jornalismo, com foco nos (as) profissionais de redação que atuaram na cobertura do amotinamento. Tudo isso se alinha ao que o psicólogo Gerard Duveen relata sobre a importância das análises representacionais. Segundo Duveen (2007, p. 15), as representações “não podem ser tomadas como algo dado, nem podem elas servir simplesmente como variáveis explicativas”. Por isso, a proposição desta dissertação não é apenas apontar como são essas representações, mas discutir o processo de construção no contexto jornalístico cearense, apontando e correlacionando o que os textos dizem e o que os (as) jornalistas dizem.

É importante considerar que esta pesquisa parte do pressuposto de que as representações sociais, considerando seu aspecto dinâmico e prescritivo (Moscovici, 2007), possuem aspectos particulares que se diferenciam dos demais. Acredito que, no contexto do motim de 2020, tais construções são feitas a partir de alguns fatores como: 1. o período de ocorrência e seu contexto social, político e econômico; 2. as lembranças de motins acontecidos anteriormente; 3. histórias de vida dos (as) jornalistas e seus contextos socioeconômicos; 4. os atravessamentos que eles (as) tiveram/têm com instituições coercitivas, como a Polícia Militar; 5. a cultura profissional compartilhada pelos (as) jornalistas; 6. as relações de poder internas e externas que influenciam as/nas redações e, por conseguinte, os (as) jornalistas; e 7. as experiências profissionais que a própria cobertura do acontecimento propiciou.

Desta forma, avalio a hipótese de que a construção da representação social dos motins foi acionada pelos (as) jornalistas durante o acontecimento. Para isso devem ser considerados aspectos sociais, profissionais e individuais, com maior proeminência dos efeitos imbricados pela cultura laboral e pelas relações de poder que estão presentes nas redações. Ou seja, essa conjectura pressupõe uma sobreposição da cultura profissional — e das negociações entre os atores responsáveis pela tomada de decisão das publicações jornalísticas — nas influências sociais externas à redação e nos aspectos individuais dos (as) jornalistas.

No entanto, há um problema: é preciso ressaltar que as questões particulares de cada indivíduo, como aponta a própria Teoria das Representações Sociais, não podem ser deixadas de lado ou esquecidas nas análises com este referencial teórico (Moscovici, 2007; Jodelet,

2009). Elas são tão importantes para a compreensão de determinada construção quanto os aspectos sociais e profissionais a elas relacionados; é como uma via de mão-dupla.

Por todas as questões trazidas até aqui, esta dissertação circula teoricamente entre três vertentes principais: representações sociais (referencial teórico-metodológico que permite a compreensão da construção do acontecimento pelos jornalistas); jornalismo (a partir das teorias sobre o mundo dos jornalistas, construcionistas e as relações intrínsecas à profissão dos entrevistados); e segurança pública (considerando a natureza do acontecimento “motim da Polícia Militar do Ceará”). As palavras-chave pelas quais esta dissertação se constrói são: motim; jornalismo; representação social; e segurança pública.

Como ponto de partida, considero que as coberturas de motins policiais no Ceará surgem em momentos de inflexão extrema por parte de integrantes da Polícia Militar em função de diversas questões excludentes ou includentes entre si: salariais, políticas ou estruturais. Embora acontecimentos desse tipo façam parte da história policial e militar do Brasil desde o período colonial, coincidentemente com o ocorrido no Ceará, foi a partir de 1997 que os motins de PMs ficaram mais frequentes no País, sendo registradas 52 paralisações até 2017⁵. Depois desse período, houve motins, além do Ceará, na Bahia, Espírito Santo e Rio Grande do Norte. Durante esses acontecimentos, os governos atuaram política e economicamente a fim de manter a coesão das tropas com o intuito de garantir não apenas a subordinação prevista em lei, mas o efeito de monopólio da violência que caracteriza o Estado moderno (Weber, 2003).

Ainda que, em períodos de motim, os (as) policiais subvertam a lógica do domínio estatal, atuando diretamente contra o poder estabelecido, eles (as) continuam representando o Estado, seja por meio da identidade profissional que expressam nas ruas, pelo controle de determinados quartéis ou pelas armas de fogo que continuam sob suas posses. A indissociabilidade entre o Estado e seu aparelho repressivo, ainda que este atue momentaneamente de forma contrária àquele, denota a dificuldade de conceber ambas as partes como distintas. Essa reunião de convergências e divergências pode “manchar” não só a caracterização de um evento como o motim, mas também as representações que o próprio jornalismo faz dele, narrando-o em suas páginas impressas e construindo-o a partir das relações sociais.

⁵ Dados se encontram em reportagem da Revista Piauí, intitulada “Greve, motim e chantagem pelo poder”, publicada em 2020, durante o motim da PM do Ceará. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/greve-motim-e-chantagem-pelo-poder/>. Acesso em: 11 abr. 2024.

Essa é apenas uma questão que se impõe e pode ser analisada a partir do referencial apontado como chave para entender como os (as) jornalistas cearenses constroem as representações sociais de um motim. Tomo como base principalmente as teorias de psicologia social e antropologia, como as de Serge Moscovici (2007) e Denise Jodelet (2001; 2009), com o intuito de compreender o engendramento realizado pelos (as) profissionais de jornalismo ao considerar ambientes individuais, sociais e profissionais na construção das representações sociais sobre os motins.

Há uma série de trabalhos que correlacionam as análises de representações sociais com a mídia, considerando esta como uma das suas maiores propagadoras no mundo contemporâneo e tendo em vista a capacidade dos meios de comunicação de massa de atingirem diferentes públicos de forma mais rápida (Champagne, 2008; Porto, 2009; Milanez, 2008). A maioria dos trabalhos encontrados que utilizam esse referencial teórico-metodológico e, por conseguinte, relacionam-se com esta dissertação, faz análises documentais dos conteúdos jornalísticos em questão — alguns por meio de softwares que promovem análises lexicais, como sugere a abordagem estrutural da Teoria das Representações Sociais, desenvolvida por Jean-Claude Abrie⁶.

Essas avaliações são similares ao que foi feito na segunda análise teórica-metodológica, a saber, a análise documental dos jornais produzidos durante o motim. Naquele momento, foram determinadas palavras-chave⁷ e, usando-as como base, foi encontrado um rol de outras palavras que constroem um contexto semântico no qual os textos jornalísticos assentem as representações sobre motins policiais. Esses procedimentos foram feitos em cada uma das publicações jornalísticas durante e sobre o motim a partir da contagem de termos e suas repetições, sem o auxílio de softwares específicos. Alguns trabalhos realizam a análise lexical nos moldes da abordagem estrutural da Teoria das Representações Sociais

⁶ Cabe aqui explicar, em poucas linhas, o que significa a vertente estrutural. Conforme Bertoni e Galinkin (2017, p. 110), a abordagem estrutural da Teoria das Representações Sociais entende essas representações como “um sistema de interpretação da realidade que rege as relações dos indivíduos com o seu meio físico e social e vai determinar seus comportamentos e suas práticas”. Essa vertente considera a existência de um núcleo central que determina a significação e a organização de uma representação. “Em torno do núcleo central organizam-se os elementos periféricos que são seus componentes mais acessíveis, mais vivos e mais concretos” (Bertoni e Galinkin, 2017, p. 111).

⁷ Com o intuito de observar quais palavras formam o rol de significados nos textos jornalísticos sobre o acontecimento de 2020, menseurei as seguintes palavras-chave, que podem ser vistas como sinônimos, como guarda-chuvas de outras suficientes para representarem significação. São elas: motim(ns); greve(s); paralisação(ões); movimento(s); ato(s); e ação (ões).

por meio de softwares como o *Alceste*⁸ e o *Iramuteq*⁹. Contudo esses mecanismos não foram utilizados aqui por duas razões: não há uma grande quantidade de textos jornalísticos publicados sobre o motim de 2020 nos jornais cearenses, ou seja, é possível fazer uma verificação particular dos textos; esse procedimento garante uma análise pormenorizada do contexto semântico a partir da observação minuciosa do léxico escolhido pelos (as) jornalistas na cobertura.

Em sintonia com este referencial teórico-metodológico, foram encontradas pesquisas sobre representações sociais na mídia, ainda que se utilizando de softwares lexicais. Santos, Danfá e Almeida (2021) discutiram a representação social da loucura no jornal impresso *Folha de S. Paulo*, entre 1978 e 2015. Pela grande quantidade de matérias e reportagens sobre o tema ao longo de um período que compreende 35 anos, foi necessária a utilização do *Iramuteq*, software que analisou 1.385 textos, possibilitando uma interpretação que captou mudanças nas representações ao longo do tempo. Santos, Acioli Neto e Sousa (2012) observaram as representações do crack na imprensa pernambucana durante um ano e quatro meses (entre 2007 e 2008) por meio do software *Alceste*. Os pesquisadores encontraram a presença de construções sociais por meio da imprensa que caracterizaram a droga como algo que fragiliza um usuário, preocupa a sociedade e faz parte do narcotráfico. Já Allain e Camargo (2007), também por meio do *Alceste*, analisaram artigos sobre segurança alimentar publicados na *Folha de S. Paulo* entre 2000 e 2005, com a intenção de verificar o papel da mídia na construção das representações sociais sobre esse assunto. Foi observada a falta de atenção do jornal brasileiro em relação ao tema pela ausência de artigos publicados e de questões que relacionassem segurança alimentar e luta contra a fome.

Ao observar os métodos com base nos softwares acima citados, percebi a existência de uma seara quantitativa. Ela pode não corresponder fielmente às representações circulantes durante uma cobertura jornalística factual, uma vez que as negociações se dão de acordo com o desenrolar dos acontecimentos, das relações que se imbricam e no contexto sociocultural

⁸ Esses softwares foram desenvolvidos para possibilitar uma análise lexical mais objetiva partindo de um grande corpus. O *Alceste* é um software que realiza uma análise léxica a partir da contagem de palavras em um texto determinado. O programa vem sendo utilizado em diversas pesquisas de cunho social e propicia “uma análise quantitativa de dados textuais ou escritos que têm como base as leis de distribuição dos respectivos vocabulários” (Fonseca et al, 2015, p. 8). Segundo Camargos (2005 apud Fonseca et al, 2015, p. 8), o *Alceste* não desconsidera, porém, o aspecto qualitativo do fenômeno em estudo e fornece critérios advindos do objeto considerando o seu aspecto científico.

⁹ O *Iramuteq*, por sua vez, é um programa gratuito e com fonte aberta criado em 2009 por Pierre Ratinaud. O programa necessita do software R para funcionar e gera, a partir de dados textuais, estatísticas em texto, pesquisa de especificidades de grupos, classificações hierárquicas descendentes (CHD), análises de similitudes e até nuvens de palavras. Para mais detalhes, consultar Camargo e Justo (2013).

vivido pelos profissionais atuantes. Por isso optei por observar as matérias individualmente e sem o auxílio desses programas, considerando a existência de significados distintos e inerentes às construções textuais que um software pode não captar em sua verificação.

Foram observadas as matérias publicadas entre o primeiro e o último dia do motim da Polícia Militar do Ceará mais recente, que aconteceu entre 18 de fevereiro e 1º de março de 2020. A análise lexical foi feita a partir das notícias e reportagens publicadas pelos jornais *O Povo* e *Diário do Nordeste* compreendidas entre os dias 19 de fevereiro e 2 de março, uma vez que o jornal impresso traz em suas páginas o resumo analítico da cobertura do dia anterior. Por tradição no jornalismo cearense durante o Carnaval, a versão impressa não é produzida em alguns dias específicos; isso ocorre nos dias 24 e 25 de fevereiro no *O Povo* e nos dias 24 de fevereiro, 28 de fevereiro e 1º de março no *Diário do Nordeste*. Desta forma, ao todo, foram analisadas 18 reportagens impressas do *Diário do Nordeste* e 38 do *O Povo* sobre o motim de 2020, considerando notícias, artigos e reportagens publicadas sobre o tema, totalizando 56 conteúdos jornalísticos.

A observação participante — metodologia caracterizada por Bertoni e Galinkin (2017, p. 106) como a ideal para analisar representações sociais — não foi utilizada nesta pesquisa devido a sua impossibilidade, visto que o acontecimento já havia sido vivido pelos sujeitos. Por isso, optei por realizar entrevistas semiestruturadas a fim de obter dos (as) jornalistas participantes das coberturas detalhes mais sensíveis que subsidiem os objetivos desta dissertação. A entrevista é descrita como o segundo movimento metodológico, fundamental para a compreensão de como se dá a construção das representações sociais sobre motins cearenses por jornalistas. Trabalhos acadêmicos também foram realizados com o uso da entrevista, como o de Yokogawa (2017) sobre as representações sociais da vida associativa, na qual a pesquisadora entrevistou trabalhadores de resíduos sólidos para compreender a organização da sociedade civil dessa vertente econômica em uma cidade catarinense. Além dela, há também a tese de Telles (2011) sobre a construção da representação social da hierarquia na Força Aérea Brasileira. A pesquisadora realizou uma série de entrevistas com aeronautas no intuito de observar como é organizada essa estrutura militar.

Para esta pesquisa foram entrevistados (as) sete jornalistas que atuaram na cobertura do motim de 2020: quatro deles (as) trabalham/trabalharam para o *Diário do Nordeste* e três, para *O Povo* durante a paralisação policial. Outros (as) jornalistas do jornal *O Povo* foram contatados (as) para concessão de entrevistas, mas não houve interesse dos (as) mesmos (as) ou tempo hábil para realizá-las. Seis dessas entrevistas foram feitas presencialmente na cidade de Fortaleza durante o mês de março de 2024; a sétima ocorreu on-line, por meio da

plataforma de videochamadas *Zoom*, em abril do mesmo ano. Nenhum dos (as) jornalistas será identificado nesta dissertação por questões éticas, tendo em vista as possíveis informações sensíveis dadas durante as entrevistas, sejam tais informações particulares e privadas e/ou profissionais, por isso serão aplicados nomes fictícios a cada um. Em momento oportuno, os perfis dos (as) jornalistas entrevistados (as) serão apresentados de acordo com o desenvolvimento lógico da pesquisa.

Diante do que foi apresentado até aqui, passo a analisar capítulo a capítulo, como em um sumário analítico, os conteúdos a serem encontrados nesta dissertação, bem como apontar uma linha de pensamento relacionando o referencial teórico-metodológico com as vertentes que o objeto possui no jornalismo e na segurança pública por meio da Teoria das Representações Sociais.

Esta pesquisa se divide em introdução, capítulos um, dois e três, além de considerações finais e referências bibliográficas. No primeiro capítulo, discuto como a mídia de massa é considerada uma das instituições mais relevantes para a construção de representações sociais da contemporaneidade. Para isso, debatemos como ela produz essas representações na sociedade; e como devem ser considerados os aspectos individuais e sociais capazes de possibilitar construções dessas representações, atentando para os formatos sugeridos por Moscovici (2007) e Jodelet (2009). As estruturas dão base para tratarmos do funcionamento das atividades dos jornalistas e como a cultura profissional inerente ao ambiente laboral pode influenciar na construção de representações sociais. No fim do capítulo, apresentamos os perfis dos (as) jornalistas entrevistados (as), suas características e quais aspectos de suas vidas foram ressaltados na sua apresentação pessoal/profissional, como o bairro em que passaram infância e adolescência, suas relações de parentesco com familiares que são/eram profissionais da segurança e as áreas correlatas das ciências humanas que ainda disputam com a profissão que eles (as) escolheram.

No segundo capítulo, é problematizado o processo de familiarização dos motins, ressaltando como esse ato é a peça-chave para a compreensão de uma representação social, por meio dos procedimentos de ancoragem e objetivação (Moscovici, 2007), sem esquecer do cuidado em “observar o familiar” (Velho, 1978) nas pesquisas em ciências sociais. É neste momento que surge a necessidade de se discutir a questão da nomeação do evento, ato fundamental para a produção de sentido do objeto desta pesquisa. Para sugerir possíveis vinculações sócio-históricas de origem, foi construída uma breve genealogia dos motins no País, com foco no Ceará, contando não apenas suas raízes político-econômicas, mas também descortinando possíveis razões para suas recorrências. Em consonância com esta parte da

dissertação, sugestões de origem e relações com motins anteriores foram pesquisadas nos textos jornalísticos e nas entrevistas realizadas com os (as) jornalistas. Desta forma, pretendo compreender se a história e as lembranças dos (as) entrevistados (as) vinculadas ao aspecto laboral influenciam na construção das representações sociais sobre o motim de 2020.

Por fim, no terceiro e último capítulo, são investigadas as reverberações individuais/psicológicas e profissionais nas representações sociais construídas pelos (as) jornalistas cearenses sobre o motim. Inicialmente, serão apresentados os debates sobre a importância do aspecto subjetivo e dos afetos nos estudos de representações (Moscovici, 2007; Jodelet, 2001, 2009; Laplantine, 2001) para ser possível compreender como esses aspectos psicológicos e individuais podem influenciar essas construções. A fim de averiguar se é possível captar as marcas do *mundo individual*, são trazidos à tona novos aspectos das entrevistas que podem fortalecer determinadas formas particulares de ver o mundo, ainda que seja possível observar também marcas do mundo dos (as) jornalistas influenciando na construção das representações sociais do motim cearense mais recente.

2. A comunicação e as representações sociais

Fazer a conexão entre comunicação e representação social não requer uma justaposição de termos e seus conceitos respectivos, analisando-os como se houvesse uma correlação direta e óbvia. Proponho uma linha lógica – e imaginária – que possa sugerir imbricações e sobreposições possíveis com o intuito de dar base para a análise do objeto desta dissertação. Por isso, remeto não apenas à origem da Teoria das Representações Sociais, mas também às suas delineações de como a representação social e a comunicação coexistem em um processo dialético.

Entender a representação e a comunicação como fenômenos sociais pressupõe uma análise sociocultural dinâmica pois os objetos que as utilizam como pilares conceituais têm a capacidade de apontar congruências e “beber” de ambas as fontes montando um quebra-cabeça mais coeso. Por isso, entender como se dá a construção das representações sociais de jornalistas sobre o motim de 2020 da Polícia Militar do Ceará passa pela necessidade de entender as duas áreas de pesquisa e como elas podem ser observadas no mundo dos profissionais de comunicação atuantes nas redações cearenses.

2.1. A transversalidade da representação social

Quando Serge Moscovici iniciou a construção da Teoria das Representações Sociais, na década de 1960, já sabia das críticas que seriam direcionadas à sua tessitura teórica. Se, por um lado, haveria questionamentos da sociologia por desconsiderar o aspecto mental que a teoria predispõe; por outro, a psicologia apontaria suas discordâncias justamente pela ausência dos aspectos mentais como principais em seus aspectos teóricos. Esse debate, que até hoje perdura e coloca a teoria no alvo de críticas de diversas áreas, parece estimular não apenas uma disciplina que nasce escanteada, como também sugerir adaptações para que ela possa se aproximar de uma construção social da realidade possível.

Como quase toda teoria surge como refutação a outra, Moscovici encontrou em um dos conceitos de um autor clássico – o sociólogo francês Émile Durkheim – a possibilidade de construir a sua. Nasce então a crítica à noção de *representação coletiva*, sugerida por Durkheim no livro *As formas elementares da vida religiosa*, de 1912. Moscovici (2001) considera que Durkheim faz uma separação clara entre as representações coletivas e as representações individuais: as coletivas teriam como base para representação a consciência de cada um dos indivíduos; as individuais, a sociedade na sua totalidade. A representação

coletiva, porém, não seria o somatório de todas as representações individuais, mas a origem para que os indivíduos pudessem fazer determinadas construções. Isso depreende, conforme Moscovici (2001), certa homogeneidade representacional de pessoas que vivem em um mesmo grupo e compartilham uma mesma língua, posto que a representação “tem por função preservar o vínculo entre eles, prepará-los para pensar e agir de modo uniforme” (p. 47). É essa ideia de representação compartilhada, mas individual, que abre questionamentos à teorização durkheimiana.

Por isso, a representação coletiva sugerida por Durkheim – chamado de “ancestral ambíguo”, segundo Moscovici – abrange de forma prioritária aspectos como a religião, as ciências e os mitos, considerando que as construções mentais de cada indivíduo são fruto única e exclusivamente das representações coletivas já realizadas anteriormente. Este é um dos problemas para Moscovici (2001, p. 47): a oposição entre as representações coletivas e individuais, que confere às primeiras a característica de estabilidade na transmissão e, às segundas, a de efemeridade, como se houvesse uma reprodução natural da coletividade na construção individual e isso fosse suficiente para moldar as representações de cada um dos seres humanos. A noção de representação coletiva acaba sendo excludente pois engloba uma série de pessoas de uma comunidade que nem sempre compartilham visões de mundo comuns. Por isso, como sugere Moscovici, a instância social não pode ser compreendida a partir de estudos da psicologia, bem como a instância individual não pode ser vista sob o viés da sociologia. É preciso pensar que:

O indivíduo sofre a pressão das representações dominantes na sociedade e é nesse meio que pensa ou exprime seus sentimentos. Essas representações diferem de acordo com a sociedade em que nascem e são moldadas. Portanto, cada tipo de mentalidade é distinto e corresponde a um tipo de sociedade, às instituições e às práticas que lhe são próprias (Moscovici, 2001, p. 49).

Moscovici (2001; 2007) acredita que a explicação para a construção de representações sociais só pode ser feita a partir da correlação entre as instâncias individual e coletiva, sabendo da particularidade de cada indivíduo, sua história, suas memórias, tradições e atravessamentos pessoais ocorridos ao longo de toda a vida. Tudo isso imerso em uma coletividade que a todo tempo repassa e exige a formação de novas representações. Por isso, a representação para ele é um *fenômeno*, em oposição à visão durkheimiana de considerá-la como um *conceito*.

Essa dicotomia fenômeno/conceito enseja uma outra formada pelo binômio dinamicidade/estabilidade, pois enquanto o fenômeno possui em seu ínterim um aspecto dinâmico; o conceito não se mobiliza e, por isso, é considerado estável. Durkheim observava estabilidade na capacidade de representar, pois as instituições tinham o domínio de, por meio da sua hegemonia, repassar representações coletivas cristalizadas. Já Moscovici (2007) interpretou as representações a partir do seu caráter plástico, sem desconsiderar totalmente uma certa estabilidade que se perpetua ao longo dos anos, pois, na sua teoria, as representações sociais são vistas como “estruturas dinâmicas, operando em um conjunto de relações e de comportamentos que surgem e desaparecem, junto com as representações” (p. 47) e também como “uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos” (p. 46).

Por surgir justamente nos meandros entre a sociologia e a psicologia, refutando um conceito basilar de um dos grandes teóricos das ciências humanas, a Teoria das Representações Sociais tem em sua existência a presença natural da transversalidade de disciplinas. Ela não proporciona estudos direcionados apenas nas duas áreas citadas, mas também é estruturante de pensamentos que resvalam na antropologia e na história. Cabe dizer que essas áreas são igualmente utilizadas pela teoria na compreensão dos fenômenos representacionais.

Jodelet (2017, p. 28) ressalta que essas aproximações ajudam a “inscrever os fenômenos representacionais nas dinâmicas sociais, culturais e históricas”, sendo que essas ciências correlatas poderiam ajudar não só a calcificar a compreensão da existência dessas representações, mas também expandi-las a outras disciplinas, como a educação e a saúde.

Esta multiplicidade de relações com disciplinas próximas confere ao tratamento psicossociológico da representação um *estatuto transversal que interpela e articula diversos campos de pesquisa, reclamando não uma justaposição, mas uma real coordenação de seus pontos de vista* (Jodelet, 2001, p. 25, grifo meu).

Contudo, deve-se salientar que essa transversalidade das representações sociais também presume uma complexidade maior, tendo em mente que há uma correlação direta entre conceitos de diversas áreas, especificamente da sociologia e da psicologia. Por isso, é preciso ter um cuidado teórico-metodológico extra quando da sua utilização para, como defende Jodelet (2001, p. 26), *articular elementos afetivos, mentais e sociais* em integração

com “as relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideativa sobre a qual elas têm de intervir”.

O antropólogo Dan Sperber, ao debater o conceito de representações aplicado à sua área, avalia que a antropologia estuda por diversas vezes o que ele nomeia de *representação cultural*¹⁰, considerando a capacidade interpretativa desses estudos. Sperber se pergunta, porém, o porquê de algumas representações obterem mais sucesso do que outras em determinada população¹¹. Para ele, a resposta está no conceito de epidemiologia das representações, que busca em outras ciências, como a medicina e a biologia, relações possíveis com as ciências sociais.

Sperber (2001, p. 101) acredita que a epidemiologia – por ser o estudo da distribuição das doenças na sociedade – poderia ser lida no âmbito social a partir da epidemiologia das representações – que seria o estudo da distribuição das representações na sociedade. Assim, conforme o autor, “a explicação de um fato cultural, isto é, da distribuição de uma representação, deve ser buscada não em um mecanismo global, mas no encadeamento de micromecanismos” (p. 103). Contudo, não considero esta abordagem como correta e aplicável nesta dissertação por duas questões fundamentais.

Em primeiro lugar, a transmissão de doenças na epidemiologia considera o funcionamento dos organismos humanos/animais frente a seres patogênicos, retirando a importância das diferenças essenciais dos indivíduos que formam esses grupos sociais, diferentemente da teoria moscoviana que depreende fundamentalmente o indivíduo como parte da construção representacional. Assim, na epidemiologia das representações, a representação seria transmitida, e a única possibilidade que o indivíduo teria seria recebê-la – o que já pressupõe um processo comunicativo retilíneo e unidirecional, diga-se de passagem, já superado nas teorias comunicacionais. Em segundo lugar e ainda mais importante, a epidemiologia aplicada à área de estudo não pressupõe a comunicação como fator primordial da construção de representações, visto que vírus e bactérias se dissipam no ar sem a

¹⁰ De acordo com Sperber (2001, p. 100), “chamamos de culturais as representações que estão amplamente disseminadas num grupo social, de modo mais ou menos duradouro. As representações são mais ou menos amplamente distribuídas e duradouras, e assim mais ou menos culturais”. No texto, Sperber (2001) renomeia os termos dados por Serge Moscovici considerando as representações individuais como mentais, e as coletivas, como públicas. Segundo ele, o processo de comunicação se decompõe em dois processos de interpretação: do mental para o público e do público para o mental. Desta forma, os estudos que focam nas representações culturais não podem ignorar o conteúdo, uma vez que atuam como estudos interpretativos.

¹¹ Os regionalismos podem ser usados como exemplos aqui. Veja, por exemplo, a alcunha “piranguero”. No Ceará, o termo é utilizado de forma pejorativa para classificar jovens negros de periferia que se vestem de uma forma específica, atrelando a eles não apenas o aspecto criminológico, mas também estético. Para mais: ver Teixeira Filho (2016).

necessidade de ter havido comunicação oral, visual ou sensória entre os indivíduos. Nesta abordagem, não fica clara a presença fundamental da comunicação para a simples existência das representações construídas, o que mina a possibilidade de utilização deste paralelo.

Dito isto, considero, assim como Moscovici (2001; 2007) e Jodelet (2001; 2017), a comunicação como base fundamental para qualquer processo de representação social, pois a construção dessas imagens mentais só pode ser feita a partir das interações sociais. Isso porque, como alude o próprio Moscovici (2007, p. 41), as representações não são criadas isoladamente por um indivíduo e, quando colocadas no mundo, “adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações”. Acredito, entretanto, para além das interações sociais pressupostas na teoria – que consideram apenas a comunicação entre seres humanos –, que a criação de representações propiciada pela comunicação não se resume a uma visão exclusiva entre indivíduos humanos, mas também entre um indivíduo e, por exemplo, a natureza, produções culturais e tecnológicas.

Isso porque entendo a comunicação como defende o teórico Muniz Sodré (2014) ao nomeá-la de *ciência do comum*. Não como um fenômeno capaz de promover uma *transmissão* do que é chamado usualmente de *informação* ou um simples diálogo verbal, mas um fenômeno que atua como “forma modeladora (organização de trocas reais) e um processo (ação) de pôr diferenças em comum, sem que processo e ação possam ser considerados como arbitrários (de livre-escolha) por parte dos indivíduos” (Sodré, 2014, p. 161). Essa capacidade modeladora da comunicação estaria presente nos atos humanos, como por exemplo, o silêncio, que predispõe a ausência de diálogo verbal e de troca de informações, mas comporta sentidos e garante o ato comunicativo (Sodré, 2014, p. 168).

Sodré (2014) acredita que o livro *Commonwealth: El proyecto de una revolución del común*, dos autores Antonio Negri e Michael Hardt, ensaia uma resposta para o significado do que seria o *comum*, ou seja, aquilo que a comunicação de fato pesquisa:

Por “comum” entendemos, em primeiro lugar, a riqueza comum do mundo material – o ar, a água, os frutos da terra e toda a munificência da natureza – que, nos clássicos textos políticos europeus, costuma ser reivindicada como herança da humanidade em seu conjunto, a ser compartilhada. Pensamos que o comum são também, e com maior razão, os resultados da produção social necessários à interação social e à produção ulterior, tais como saberes, linguagens, códigos, informação, afetos etc. (Negri e Hardt, 2011, p. 10 apud Sodré, 2014, p. 165)

Acredito, assim como os autores, que a comunicação tem a capacidade de estar inserida neste meio em que convivem seres humanos e meio ambiente ou, como defende Sodré (2014, p. 12), teria um poder organizativo nos processos de mediação em que o ser humano está inserido, uma vez que “as coisas, as diferenças aproximam-se como entidades comunicantes porque se encadeiam no vínculo originário (uma marca de limites, equiparável ao sentido) estabelecido pelo símbolo”. Símbolo este que é compreendido pelo autor como “o trabalho de relacionar, concatenar ou pôr em comum (*syn-ballein*) formas separadas, ao modo de um equivalente em geral” (Sodré, 2014, p. 13). Ou seja, entendo que o trabalho da comunicação, como ciência, é tornar comum o que é diferente ou desconhecido, com o intuito de promover interações e garantir o funcionamento da sociedade como um todo.

Para Jodelet (2001), a comunicação social desempenha um papel de extrema relevância no processo de construção de representações sociais, especialmente em decorrência de “trocas e interações que concorrem para a criação de universos consensuais” (p. 29-30). Quando a autora trata da comunicação, é importante compreender que esta ideia está inscrita em diversas formas, sejam elas entre os indivíduos, entre grupos sociais e até de massa, para um amplo espectro de pessoas, por isso, “a comunicação social, sob seus aspectos interindividuais, institucionais e midiáticos, aparece como condição de possibilidade e de determinação das representações e do pensamento sociais” (Jodelet, 2001, p. 30).

A comunicação nos estudos das representações sociais é também vista como importante para a teoria moscoviciana. Segundo Jodelet (2001, p. 30), Moscovici analisa a incidência da comunicação em três níveis distintos. O primeiro chamado *nível de emergência das representações* reúne as condições que afetam os aspectos cognitivos individuais. Nele, ocorrem, por exemplo, três processos: 1) dispersão e defasagem de informações sobre determinado objeto representado, contudo ressalta-se que ambas são acessíveis de forma desigual a grupos diversos; 2) foco sobre aspectos do objeto em função de interesses e implicações dos sujeitos; 3) pressão à inferência sobre a necessidade de agir, tomar posição ou obter reconhecimento e adesão de outros.

Passado o momento de emergência das representações, a comunicação incide, então, em um segundo momento, nomeado *nível dos processos de formação das representações*. Aqui estão imbricados os processos de ancoragem e objetivação, definidos por Moscovici (2007), que explicam a interdependência entre a atividade cognitiva e as condições sociais, além disso, também aparecem neste nível a organização dos conteúdos presentes nas representações, bem como suas significações e utilidades. Por fim, a incidência da

comunicação também se dá no *nível da dimensão das representações*, no qual há a interferência dos sistemas de comunicação midiáticos capazes de inferir opiniões (por meio da difusão), atitudes (pela propagação) e estereótipos (através da propaganda). Desta forma, os meios de comunicação de massa são capazes de afetar a audiência e, dialeticamente, serem afetados por ela, com o auxílio dessas estruturas comunicativas da sociedade.

Deste debate entre os diferentes níveis de incidência da comunicação no processo de construção das representações sociais aparece, conforme Denise Jodelet, a fundamental importância da comunicação no fenômeno representativo:

Primeiro, ela é o vetor de transmissão da linguagem, portadora em si mesma de representações. Em seguida, ela incide sobre os aspectos estruturais e formais do pensamento social, à medida que engaja processos de interação social, influência, consenso ou dissenso e polêmica. Finalmente, ela contribui para forjar representações que, apoiadas numa energética social, são pertinentes para a vida prática e afetiva dos grupos. Enérgica e pertinência sociais que explicam, juntamente com o poder performático das palavras e dos discursos, a força com a qual as representações instauram versões da realidade, comuns e partilhadas. (Jodelet, 2001, p. 32)

A relação dos estudos feitos por Jodelet (2001; 2017) e Moscovici (2001; 2007) apontam para a fundamental necessidade de compreender a comunicação como um fenômeno necessário à existência da Teoria das Representações Sociais. Por isso, acredito, assim como Duveen (2007, p. 22) na dialética existente entre representação social e comunicação, pois, se a representação só é construída através da comunicação, só existe comunicação por causa das representações que fizemos e continuamos fazendo paulatinamente. Tanto que o ser humano inscreve a comunicação em representações desde os primórdios – como as pinturas rupestres e o alfabeto – até as novas formas de comunicação – como o jornalismo e as redes sociais – (Duveen, 2007, p. 17). Antes mesmo da criação do alfabeto e até hoje, os gestos humanos (e até animais) comunicam, significam e exercem sentidos representacionais convencionados socialmente por um grupo social.

Cabe destacar aqui a insistência de Moscovici (2007, p. 48) em defender que o estudo da Teoria das Representações Sociais tenha como foco a sociedade atual e a construção das representações em seu interior, pois estas não teriam tempo suficiente para se tornarem tradições imutáveis, tendo em vista a quantidade de representações construídas continuamente. Por isso, o estudo das representações na sociedade contemporânea se torna mais desafiador por sua heterogeneidade (multiplicidade de representações criadas) e fugacidade (velocidade de dissipação). Isso ocorre, segundo Moscovici (2007), por causa dos

meios de comunicação de massa que “aceleraram essa tendência, multiplicaram tais mudanças e aumentaram a necessidade de um elo entre, de uma parte, nossas ciências e crenças gerais puramente abstratas e, de outra parte, nossas atividades concretas como indivíduos sociais” (p. 48).

É extremamente possível que a concorrência entre os diversos tipos de comunicação (como as intergrupais, interindividuais e de massa, por exemplo) seja força-motriz para a criação e recriação constante de representações sociais no mundo atual, visto que o ser humano é bombardeado por informações, imagens e discursos a todos os momentos em decorrência, principalmente, da velocidade assumida pelas novas tecnologias de comunicação após a revolução digital. Com isso, podemos assumir como pressuposto desta dissertação que os meios de comunicação de massa são responsáveis por uma mediação massiva de representações sociais.

2.2. A mídia e seu papel de mediação

Os estudos originários da Teoria das Representações Sociais foram realizados já tendo como base a comunicação e o jornalismo como mediadores do processo representacional. A obra tida como inaugural dessa seara de estudos chama-se *A representação social da psicanálise*, de Serge Moscovici, cuja primeira edição foi publicada em 1978 no Brasil pela editora Zahar. No livro, que é fruto da tese de doutorado do psicólogo social, ele fez dois movimentos metodológicos para explicar como se dá a representação social da psicanálise na sociedade.

No primeiro momento, ele realizou entrevistas e questionários com seis grupos distintos de pessoas a fim de assimilar quais as opiniões dos (as) franceses (as) sobre a psicanálise. Com essas informações, ele partiu para a análise de conteúdo de jornais impressos franceses produzidos entre 1952 e 1956 que possuíam notícias com o tema “psicanálise”. Ao todo, em decorrência do amplo corpus delimitado, o pesquisador coletou 1.640 artigos, presentes em 230 jornais e revistas francesas – sendo 110 apenas de Paris e 120 de outras províncias do País. (Moscovici, 1978, p. 30-37).

A escolha metodológica do teórico pela análise de jornais impressos franceses sugere a importância da observação dos produtos jornalísticos – e por consequência comunicacionais – como materiais possíveis de averiguação para compreensão das representações sociais circulantes da época. Ainda que o corpus tenha sido de grande proporção, Moscovici foi

capaz de propor uma análise que pudesse demonstrar como a psicanálise era representada em produtos jornalísticos ao longo desses anos. Materiais esses que eram produzidos por jornalistas, os (as) quais efetivamente colocavam em seus textos suas *visões de mundo* imersas em uma *cultura profissional* que também prevê a adoção de medidas institucionais para a sua publicação.

Partindo dos estudos de Moscovici e Jodelet, Milanez (2008, p. 94) avalia que os meios de comunicação de massa “passam a atuar de forma efetiva nas vivências cotidianas dos sujeitos, contribuindo assim, de forma marcante no processo de construção das representações destes sobre o mundo em que se inserem”. Moreno (2003, p. 16) vai no mesmo sentido e considera a mídia como uma das principais mediadoras das representações sociais nos dias de hoje.

A leitura de Milanez (2008) coaduna com o que Thompson (1998) entende por mediação no processo de interação comunicacional¹². De acordo com o teórico, antes do desenvolvimento dos métodos de comunicação de massa, os seres humanos se comunicavam por interações face a face em razão da necessidade da presença física e temporal, presumindo a copresença dos indivíduos. No novo contexto,

o desenvolvimento dos meios de comunicação cria *novas* formas de ação e de interação e *novos* tipos de relacionamentos sociais [...], a interação se dissocia do ambiente físico, de tal maneira que os indivíduos podem interagir uns com os outros ainda que não partilhem do mesmo ambiente espaço-temporal. O uso dos meios de comunicação proporciona assim novas formas de interação que se estendem no espaço (e talvez também no tempo), e que oferecem um leque de características que as diferenciam das interações face a face (Thompson, 1998, p. 77, grifos do autor)

A consciência de que os meios de comunicação de massa, incluindo aqui os produtos jornalísticos, fazem parte de um processo de interação social por meio da mediação ajuda a empreender a hipótese de que eles também mediam representações sociais construídas no bojo da produção jornalística, posto que essa mediação “condiciona, em grande medida, a maneira de enxergar o mundo por parte dos indivíduos” (Milanez, 2008, p. 94). É essa

¹² Thompson (1998, p. 77-79) considera a existência de três tipos de interação entre os indivíduos: a interação face a face – acontece num contexto de co-presença na qual os participantes partilham o mesmo sistema espaço-temporal; a interação mediada – pode acontecer em situações nas quais os participantes estejam em contextos espaciais ou temporais distintos; e a quase-interação mediada – usada para considerar as relações sociais estabelecidas pelos meios de comunicação de massa, visto que eles produzem uma gama de conteúdos (e representações) ao longo do espaço e do tempo. Vale ressaltar que os três conceitos definidos pelo teórico não são estáticos, pelo contrário: “muitas das interações que se desenvolvem no fluxo da vida diária podem envolver uma mistura de diferentes formas de interação – elas têm, em outras palavras, caráter híbrido” (p. 80).

produção social que ganha midiatização no ato profissional, como explica Milanez, que se expressa em textos e imagens para o grande público e possui a capacidade de influenciar os indivíduos nas suas interações com o mundo.

Citando a psicóloga social Sandra Jovchelovitch, Milanez (2008, p. 95) acredita que, para além desse processo de influência, os meios de comunicação de massa interferem “de forma incisiva no processo de construção das identidades e das representações sociais dos sujeitos”, uma vez que essas representações sociais circulam indefinidamente na sociedade partindo das pressuposições, tradições e atravessamentos culturais de cada indivíduo. Jodelet (2001, p. 21) também acredita nessa interferência sobre as representações sociais; segundo ela, “as instâncias ou substitutos institucionais e as redes de comunicação informais ou da mídia intervêm em sua elaboração, abrindo caminho a processos de influência e até mesmo manipulação social”.

Prefiro neste caso não considerar a existência de uma *interferência* da mídia no processo representacional, mas, sim, um cenário de *influência* em que há uma *disputa dialógica entre as representações construídas pelos meios de comunicação de massa no indivíduo e as representações construídas pelo próprio indivíduo*, que têm como base a tradição, a memória e as experiências humanas e sociais em que ele está envolvido. Se assim não fosse, como explicar a relutância de determinadas pessoas, ainda que minoritárias, em obter novas tecnologias de comunicação, como smartphones e tablets? Como explicar a insistência na manutenção de aspectos tradicionais em festivais musicais que surgem dentro de um contexto cultural, mas vêm sofrendo modificações nos últimos anos¹³? Não proponho responder a essas perguntas nesta pesquisa, mas sugerir que há um aspecto importante da construção social particular dos indivíduos que não pressupõe uma *interferência efetiva externa dos meios de comunicação de massa* na capacidade construtiva de representações sociais.

Por isso prefiro seguir com o que Jodelet (2001, p. 21) ressalta sobre as representações sociais: “elas estão ligadas tanto a sistemas de pensamento mais amplos, ideológicos ou culturais, a um estado dos conhecimentos científicos, quanto à condição social e à esfera da experiência privada e afetiva dos indivíduos”. Essa leitura refuta a ideia da

¹³ A título de contexto, me refiro à polêmica instaurada durante o São João de Campina Grande, na Paraíba, em 2023. Na edição desse ano, cantores e fãs de forró, ritmo que é base da festa popular, se mostraram contrários à inserção de artistas de outros estilos, como sertanejo e axé, no festival. Mais em: <https://www.estadao.com.br/cultura/musica/cabe-sertanejo-no-sao-joao-ou-e-so-forro-festa-de-2023-reacende-fo-queira-do-debate/>.

própria Jodelet de *interferência/intervenção* das representações dos meios de comunicação de massa sobre os indivíduos, visto que há uma ligação entre os sistemas amplos e privados, o que pode presumir a existência de representações distintas por parte de indivíduos ou grupos sociais diferentes em uma mesma época¹⁴.

O sociólogo francês Patrick Champagne (2008, p. 64, grifo meu) acredita que a mídia “age sobre o momento e *fabrica coletivamente* uma representação social”, criando um acontecimento, no contexto jornalístico que, para ele, também se apresenta como o “resultado de uma mobilização dos meios de comunicação em torno de alguma coisa com que eles concordam” (p. 66). Aqui, o autor já indica a presença da ideologia institucional dos meios de comunicação de massa, que também atua sobre o processo de representação social materializado nos produtos jornalísticos.

Champagne (2008) acredita que os (as) dominados (as) não têm a capacidade de controlar suas próprias representações na mídia, já que a rotina, o comum e o cotidiano não são observados com atenção pelos (as) jornalistas. Assim, eles (as) acabam por gerar uma dupla produção de sentido nos produtos jornalísticos: uma mais objetiva, que mostra prioritariamente ações violentas, e outra mais subjetiva, que mostra causas da desordem de forma sobreposta e misturada (Champagne, 2008, p. 68-69). Essa priorização de aspectos espetaculares na fabricação de conteúdos jornalísticos é tida pelo autor como causa de uma defasagem entre a representação da realidade na mídia e a própria realidade, visto que há um recorte e um enquadramento dado pelo (a) profissional de comunicação.

Portanto a mídia doravante faz parte integrante da realidade ou, se se preferir, produz efeitos de realidade criando uma visão mediática da realidade que contribui para criar a realidade que ela pretende descrever. Sobretudo as desgraças e as reivindicações devem exprimir-se mediaticamente para vir a ter uma existência publicamente reconhecida e ser, de uma maneira ou de outra, “levada em conta” pelo poder político (Champagne, 2008, p. 75).

Boa parte da população terá ciência de determinados assuntos por meio desse contato direto com a realidade produzida pela mídia. Esta acaba exercendo uma função fundamental na sociedade, promovendo não só senso comum e coesão social (Pereira Júnior, 2005, p. 2),

¹⁴ Jodelet (2001, p. 18-21) cita o caso da Aids como a primeira doença que houve desenvolvimento das histórias médicas e sociais de forma concomitante. Havia uma leitura de que a doença era vinculada a pessoas que tinham certa licença sexual (concepção moral), outra que era repassada por fluidos como sangue e esperma (concepção biológica – nesta época do estudo, era disseminada a ideia de que havia transmissão por saliva e suor). No caso, para Jodelet, essas duas concepções são representações sobre a Aids que foram feitas na época da doença — e talvez até hoje estejam disseminadas.

mas também cisão social, especialmente com o desenvolvimento das redes sociais e das chamadas notícias falsas (*fake news*). Assim, é importante compreender como os meios de comunicação de massa atuam neste processo de mediação, visto que ele é tido como uma *outra forma de contato com o mundo*: “uma mediação que oferece ao sujeito individual uma perspectiva que não pode ser apreendida dentro dos limites de sua experiência pessoal imediata” (Jovchelovitch, 2000, p. 218 apud Moreno, 2003, p. 18). Conforme Jovchelovitch (2000, p. 218 apud Moreno, 2003, p. 18), a mídia tem a capacidade de promover uma conexão entre os indivíduos ao propor “uma cadeia de códigos compartilhados e reconhecidos que são constitutivos das representações sociais”. Assim, ao passo que a mídia constrói novas representações, ela também perpetua representações já existentes, cristalizadas e codificadas pelos indivíduos.

Por causa dessa capacidade de produzir e reproduzir representações sociais, é importante considerar, como indica Alexandre (2001, p. 113) que os meios de comunicação de massa dirigem mensagens, em pouco tempo, a um público extremamente heterogêneo¹⁵ e parte, grosso modo, de um grande conglomerado informativo, o qual possui diversos funcionários (em divisão social de trabalho) e equipamentos técnicos, tudo isso sustentado por uma economia de mercado.

2.2.1. A dinâmica ideológica

Aqui, observo a necessidade de pontuar a existência da ideologia como uma marca dos meios de comunicação de massa na construção das representações sociais a fim de manter-se na economia de mercado à qual estão inseridos. Pedrinho Guareschi é um dos principais pesquisadores brasileiros a fazer conexões diretas entre os conceitos de ideologia e representações sociais, refutando críticas apontadas à teoria moscoviciana de inexistência dessa correlação.

Segundo Guareschi (2000, p. 37-38), na visão de Moscovici, a ideologia é “algo que se cristalizou, um conjunto de ideias distorcidas, sim, mas estáticas, monolíticas e dificilmente modificáveis”, sendo, desta forma, uma visão de cunho fixa/estática do termo¹⁶. É interessante

¹⁵ Alexandre (2001, p. 113) afirma que “essa audiência, além de heterogênea e geograficamente dispersa, é constituída de membros anônimos para a fonte, mesmo que a mensagem, em função dos objetivos do emissor, ou da estratégia mercadológica do veículo, seja dirigida especificamente a uma determinada parcela do público, isto é, um só sexo, uma faixa etária, um determinado grau de escolaridade”.

¹⁶ Se aproximam desta visão fixa/estática as concepções teóricas de ideologia de Destutt de Tracy, Karl Marx e Friedrich Engels e Louis Althusser. Segundo Guareschi (2000), encaixam-se nesta visão estática os estudos que interpretam a ideologia como algo que é utilizado por instituições da classe dominante. Em oposição, na visão

pontuar porém que, apesar de Moscovici considerar a ideologia por esse viés, a Teoria das Representações Sociais (que tem atravessamentos ideológicos, vale ressaltar) tem como pressuposição o oposto: a dinamicidade das representações, visto que estas têm caráter fenomênico. Observo que, se as representações têm caráter dinâmico e são construídas também com imbricações ideológicas, a ideologia não pode ser estática, visto que também se modifica ou se adapta de acordo com as representações construídas, no clássico processo dialético inferido pelas teorias marxianas.

Em *Ideologia e Cultura Moderna*, John B. Thompson (2011) faz uma genealogia do conceito de ideologia a fim de compartilhar, ao fim, sua contribuição para a área. Sua proposta é entender o termo como formas simbólicas que se entrecruzam com relações de poder. Conforme o autor:

Estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação. *Fenômenos ideológicos são fenômenos simbólicos* significativos desde que eles sirvam, em circunstâncias sócio-históricas específicas, para estabelecer e sustentar relações de dominação (Thompson, 2011, p. 76, grifo meu).

Logo, é possível observar que a visão de Thompson sobre ideologia se aproxima mais do conceito de representação social sugerido por Moscovici, pois, ao ser compreendida como uma forma simbólica, é possível inferir que há disputas de sentido em torno da ideologia, garantindo ao termo a característica dinâmica considerada na teoria moscoviciano. Além disso, é possível verificar um aspecto negativo/crítico, ao reputar a expressão de relações de dominação de grupos que detêm o poder sobre outros subalternizados.

Como fenômenos, as representações sociais se adaptam conforme o indivíduo e sua vivência com o mundo social, bem como o contexto em que vive, memórias e atravessamentos promovidos por outros indivíduos. Desta forma, reiteramos o que avaliam Guareschi (2000) e Lobo e Werneck (2018) sobre a aproximação direta entre as representações sociais e as *visões dinâmicas de ideologia*. É viável inferir que essa característica cambiante proporciona à ideologia convergências com as representações, pois a construção de uma representação por um indivíduo é variável de acordo com os aspectos psicológicos e sociais inerentes em sua vivência, incluindo aí as ideologias em duelo.

Quando se pensa nas correspondências entre o *sentido estático de ideologia* e as representações sociais, pode-se imaginar um certo distanciamento, uma vez que o próprio

dinâmica, “a ideologia é vista como uma determinada prática, um modo de agir, uma maneira de se criar, produzir ou manter relações sociais” (Guareschi, 2000, p. 41), inclusive sendo capaz de constituir os sujeitos, fortalecendo a noção de subjetividade, como os escritos de Göran Therborn e John B. Thompson.

Moscovici avalia a incapacidade de uma representação ser estática/fixa. No entanto, defendendo que também há aproximações importantes que devem ser consideradas, especialmente no que tange a tradições, memórias e instituições fixadas no tecido social (tais como as forças armadas, a polícia militar, a igreja e os meios de comunicação de massa). As tradições e as memórias tendem a se perpetuar no tempo com adaptações menores e são fortalecidas a partir de um discurso de preservação, ainda que ambas sejam interpretadas e reinterpretadas conforme os contextos que os novos indivíduos as enxergam. As instituições também compartilham essas características, e as construções de representações feitas por indivíduos ligados diretamente a elas tendem a ser permeadas pela ideologia professada internamente.

Um exemplo trazido por Guareschi (2000, p. 42) para situar um caso cambiante entre o sentido positivo e negativo de Ideologia (como em Althusser) é o de uma escola¹⁷. Esse tipo de instituição, apesar de ser um Aparelho Ideológico de Estado (acepção negativa que perpetua os valores de dominação), pode funcionar como um espaço de abertura político-ideológica capaz de romper de baixo para cima as ideologias majoritárias (acepção positiva). Por isso, acredito que há possibilidades de cruzamentos teóricos também com as visões positivas e negativas, particularmente quando se avaliam as construções de representações sociais de indivíduos inerentes a instituições que perpetuam poder há muito tempo, como escolas, forças armadas, igrejas e meios de comunicação.

Outro exemplo é o de um (a) jornalista que atua em um veículo de comunicação da imprensa tradicional. Esse (a) profissional produz notícias/reportagens que, paulatinamente, garantem e fortalecem o poder hegemônico de quem detém o poder político, econômico e simbólico (acepção negativa). Contudo, ao produzir uma pauta que critica o poder instituído e garante maior espaço a identidades subalternizadas (como em pautas de discussão racial, de gênero e classe), há um processo inverso, contra-hegemônico, caracterizado de baixo para cima (acepção positiva).

Por essas e outras questões, Rocha (2014) refuta críticas direcionadas à Teoria das Representações Sociais de que ela não teria realizado aproximações com os conceitos de ideologia. Na verdade, seria justamente o contrário, pois a visão utilizada nessa tessitura teórica se aproxima do viés crítico/negativo, já que “desmistifica a possível neutralidade e ingenuidade do processo cognitivo, levando-o a apresentar como mediação nas relações de

¹⁷ Conforme Guareschi (2000, p. 40), ideologia no *sentido positivo ou neutro* significa um “conjunto de valores, ideias, ideais, filosofias de uma pessoa ou grupo. Nesse sentido, todas as pessoas ou grupos sociais possuem sua ideologia, pois é impossível alguém não ter suas ideias, ideais ou valores próprios”, são exemplos desta corrente Destutt de Tracy e Althusser. Já a *visão negativa* foi iniciada por Marx e Engels (1998), em *A Ideologia Alemã*, ao refletirem a ideologia como uma falsa consciência de uma realidade construída pelos homens, ou seja, ela seria uma visão deturpada e falsa da própria realidade.

dominação e exploração socioeconômicas” (Rocha, 2014, p. 59). Assim, veem-se também convergências entre os sentidos negativos de ideologia e as representações sociais, já que estas são construídas em um mundo de retroalimentação das ideologias dos grupos que detêm o poder político e econômico.

Conforme Guareschi (2009, p. 201 apud Rocha, 2014, p. 60), as representações sociais são sempre ideológicas, pois, quando elas são pensadas sob um viés estático e fixo, crê-se em ideologia como uma “*visão de mundo*”; já quando são observadas sob um prisma dinâmico — imaginadas como práticas sociais —, a ideologia assume um viés de “representações hegemônicas a serviço das relações de poder”. Neste sentido, os estudos que relacionam representações sociais e ideologia no campo da comunicação, singularmente no jornalismo, propõem leituras particulares sobre a construção das representações sociais feitas pelos (as) jornalistas, garantindo o aspecto ideológico que circunda os (as) profissionais.

2.3. O mundo laboral

Para poder pensar na construção de representações sociais por parte dos (as) jornalistas é preciso ponderar, como já dito anteriormente, os aspectos individuais e sociais que formam o sujeito em questão, levando em conta o psicológico – que o (a) afeta por dentro e parte do seu inconsciente – e o social – que o (a) afeta a partir das interações sociais e do contexto em que ele (a) vive (Moscovici, 2007). No âmbito social, há diversos níveis interacionais que se relacionam entre si na mente de um indivíduo, tais como o círculo familiar, o educacional e o profissional. Juntos, eles tendem a negociar entre si a formação de representações sociais de indivíduos. Neste tópico, pretendo elaborar como enxergo a sobreposição da influência do *mundo dos (as) jornalistas* (Travancas, 2011) na identidade profissional e como a *partilha social* (Jodelet, 2001) tende a fortalecer essa dominância frente às demais concepções, influenciando sobremaneira a construção de representações sociais.

Não se pode tratar de um aspecto específico de indivíduos que estão conectados entre si por uma profissão sem compreender as nuances que esta atividade possui, visto que uma parte estruturante das suas rotinas é preenchida pelo trabalho e as relações profissionais não findam naquele espaço laboral. Por isto será necessário captar como se dão os procedimentos jornalísticos no âmbito de uma redação e como a identidade profissional se expressa. Desta forma, acredito ser mais palpável realizar uma análise própria das representações sociais que são construídas por essas pessoas nesses ambientes trabalhistas. De acordo com Travancas (2011, p. 23), o (a) jornalista observa a redação como o “centro vivo do jornal”, um “coração

que bate e pulsa” e, para integrar esse *mundo*, precisa doar seu tempo, mimetizando a ideia de que a profissão possui forte identidade, como se a capacidade da função significasse “ser jornalista 24 horas por dia e não só quando se está no jornal ou fazendo matéria na rua”. (p. 30).

Essa noção de ininterrupção da função laboral, tão presente em profissões com forte característica identitária – como o (a) policial, o (a) militar e o (a) médico (a) –, promove uma dimensão particular com o tempo e o espaço, esticando o primeiro e manchando as fronteiras possíveis do segundo. Por isso, conforme Travancas (2011), o tempo é uma categoria fundamental para jornalistas, cuja relação irá determinar um *estilo de vida* particular. “Os (as) jornalistas parecem viver dentro de ‘um outro tempo’, como se seu relógio funcionasse bem mais rápido e em outro ritmo. Não é o tempo do dia e da noite, dos dias de trabalho ou dos fins de semana, mas o tempo do trabalho e o tempo do não trabalho” (Travancas, 2011, p. 40-41). Essa distinção parece sobrepujar a noção central de que a atividade laboral está pressuposta em qualquer âmbito social, partindo do princípio de que o *ser jornalista é maior do que o estar jornalista*, superando a ideia de que houve um contrato profissional que prevê a troca da atividade por valores pecuniários dentro de um determinado período.

Se o tempo para o (a) jornalista é esticado desta maneira, suplantando a ideia do profissional sobre o pessoal, os espaços de interação social em que o (a) jornalista está inserido (a) também terão seus limites afetados. Travancas (2011, p. 30) avalia que o (a) profissional vive em três mundos: o da casa, o da rua e o da redação (este uma mistura dos dois iniciais), com pesos e dimensões diferentes ao longo da vida dessas pessoas. Acredito, assim como a pesquisadora, que a sobreposição da profissão no âmbito espacial também mancha os limites socioespaciais desses mundos particulares, mesclando-os de uma forma que impossibilita a visão estática de cada um desses mundos particulares.

A partir das teorias aqui citadas, busco fazer uma breve adaptação da nomenclatura utilizada por Travancas (2011). Assim, considero melhor para esta dissertação chamar os mundos da casa, da rua e da redação, respectivamente, de *mundo individual*; *mundo social* e *mundo laboral*. Essa leve distinção foi feita como um esforço para fugir da tentativa de aplicar a um espaço específico uma construção social que não se resume unicamente à rua, à casa ou à redação. Assim, espero contribuir para ampliar essa noção de quebra do espaço, visto que ele não tem limites quando se pensa nos termos da Teoria das Representações Sociais.

É tão verdade essa sobreposição entre os *mundos individuais* e *sociais* que, durante as 50 entrevistas que realizou para sua tese de doutorado, Travancas (2011) observou que os (as) jornalistas entrevistados (as) concordavam com a existência de um problema específico na profissão: o jornalismo invade a vida particular do (a) profissional (p. 121), aproximando a atividade de um nível sacro, como se fosse um sacerdócio. Para a pesquisadora, esse *mundo dos (as) jornalistas* é, ao mesmo tempo, amplo e restrito:

Amplo, na medida em que não se restringe ao local de trabalho, colegas de profissão e família. A cidade, o país e, em muitas situações, o próprio planeta fazem parte da vida de um (a) jornalista, e de maneira marcante. Por outro lado, esse mundo pode ser entendido como restrito na medida em que é a profissão que se relaciona a ela que vão definir a função desses indivíduos na sociedade (Travancas, 2011, p. 143)

A amplitude desse *mundo dos (as) jornalistas* – adaptado para esta dissertação com a nomenclatura de *mundo laboral* – conforme a professora, “é um domínio que se ligará a outros e constituirá um referencial para várias experiências” (Travancas, 2011, p. 43), e são justamente essas experiências na redação e no trabalho que irão possibilitar a criação de uma identidade comum (p. 117)¹⁸, que tende a ser compartilhada entre os (as) jornalistas durante sua atuação profissional. Essa sobreposição da identidade profissional e da cultural laboral jornalística frente aos demais ambientes ocorre, segundo Travancas (2011) por causa de um processo de *adesão (commitment)* inerente à atividade. É ela que funcionará como pilar para a carreira dessas pessoas.

O *ser jornalista*, conforme Travancas – ainda que não represente uma categoria homogênea, visto que integra uma sociedade complexa –, “absorve, atrai mais do que o normal ou do que é considerado ideal e comum em outras profissões, afirmam muitos (as) jornalistas; ela envolve e exige adesão de quem a escolhe. É como o vício, dá prazer a quem se entrega a ela” (2011, p. 120). Segundo a pesquisadora, essa *adesão* dá papel de destaque ao âmbito profissional e contamina os demais, garantindo à característica de *ser jornalista* uma

¹⁸ Travancas (2011, p. 117) considera que essa identidade comum é definida através de “fronteiras simbólicas” que, por sua vez, foram geradas por experiências significativas. De acordo com DeLuca, Oliveira e Chiesa (2014, p. 10) o conceito de “fronteiras simbólicas”, do antropólogo Gilberto Velho, diz respeito à ideia de que organizações, instituições, famílias e gênero, por exemplo, “podem representar fronteiras simbólicas que serão negociadas e, por representar diferentes graus de dificuldade para transposição, trarão resultados singulares”. É dessa mudança entre essas fronteiras que o indivíduo realiza negociações, “singularizando suas escolhas e metamorfoseando sua trajetória, ainda que limitado pelas objetividades da realidade em que está inserido” (p. 11).

“função prioritária na vida de cada um” (p. 144), ainda que esta sobreposição ocorra de forma inconsciente, sem a percepção clara do sujeito.

É possível que o processo de representações sociais por parte de uma categoria como a de jornalistas tenha similaridades tão próximas que só possam ser explicadas através do entendimento da cultura profissional. O processo de adesão, citado por Travancas (2011) no ambiente laboral, em muito se assemelha ao que Jodelet (2001) chama de *partilha social*, no processo de construção de representações sociais em determinados grupos. Segundo a autora, a *partilha social* pressupõe a existência de:

Fenômenos de aderência às formas de pensamento da classe, do meio ou do grupo a que se pertence, por causa da solidariedade e da afiliação sociais. Partilhar uma ideia ou uma linguagem é também afirmar um vínculo social e uma identidade [...] A partilha serve à afirmação simbólica de uma unidade e de uma pertença. A adesão coletiva contribui para o estabelecimento e o reforço do vínculo social. (Jodelet, 2001, p. 34)

Jodelet (2001) acredita que a *partilha social* é necessária para entender como as representações surgem a partir de ideologias dominantes ou específicas de determinados grupos. Para a autora, tal partilha “implica uma dinâmica social que explica a especificidade das representações” (Jodelet, 2001, p. 32), pois os indivíduos estão em locais ou posições sociais que assumem determinadas leituras representacionais em função justamente dessa posição com o *mundo social*. Denise Jodelet (2001) cita como exemplos as determinações de estruturas que advêm do judiciário, dos sindicatos e de estabelecimentos educacionais e como surgem relações sociais a partir dessas estruturas e suas determinações.

Se existe esta *partilha social*, por meio da comunicação, que provoca *adesão*, vínculos e fortalecimento de identidades nessas estruturas exemplificadas (judiciário, sindicatos e estabelecimentos educacionais), por que não existiria na redação, aqui considerado o *mundo laboral* do (a) jornalista? Ora se é através da comunicação que se possibilita a construção de uma identidade comum profissional, a qual se sobrepõe às demais em decorrência de um processo de *partilha social*, é conveniente considerar que este também ocorre no *mundo laboral* do (a) jornalista. Para mim, fica transparente a noção de que a *partilha social* é peça-chave no processo de *adesão* à profissão e auxilia na construção de representações sociais circulantes de determinados sujeitos/objetos/acontecimentos.

Cabe ressaltar: Jodelet (2001, p. 36-38) avalia que a representação é orientada para algo prático, isto é, material/real, podendo ser usada para ação ou relação com o mundo.

Segundo a autora, por ser a reconstrução de um objeto – por consequência expressiva de um sujeito –, a representação possui uma defasagem natural quanto a esse objeto. Essa defasagem vem de vários frutos e está acoplada à própria existência da representação. Por isso, cita três tipos de efeito no nível de conteúdo dos objetos representativos, são eles:

1. Distorção: neste nível, é possível observar a presença de todos os atributos do objeto que foi representado, ainda que em menor ou maior grau.
2. Suplementação: são adicionados alguns atributos que não fazem jus ao objeto representado; isso ocorre, segundo Jodelet (2001, p. 36) “devido ao investimento do sujeito naquilo e ao seu imaginário”.
3. Subtração: em oposição à suplementação, ocorre uma supressão dos atributos que estão presentes no objeto representado. Conforme a autora, ela “resulta de efeito repressivo das normas sociais” (Jodelet, 2001, p. 37).

Ou seja, a *partilha social* ocorre por meio da comunicação e engendra, em determinados grupos que possuem um caráter de *adesão* profissional, como o de jornalistas, vínculo social, pensamentos de classe, identidade comum e também representações sociais. Estas serão construídas em níveis distintos e poderão ensejar representações distorcidas, suplementadas ou subtraídas a depender do vínculo e das relações que ocorrem internamente no *mundo laboral* desses profissionais.

Neste ponto, faria sentido utilizar o conceito de centralidade da mídia, trabalhado pelo professor Venício Lima em seu artigo sobre os conceitos e usos de Cenários de Representação (2004), mas acredito que os (as) jornalistas – objetos e sujeitos dessa dissertação – não têm a mídia apenas no centro de suas vidas, mas vivem imersos nela, como se a profissão fosse um tentáculo que interfere em outras instâncias da vida diuturnamente, dificultando a dissociação do trabalho. Não é difícil ouvir de colegas jornalistas as pautas do dia e a atualização contínua do noticiário, o que pressupõe uma influência do *mundo laboral* em relação aos demais. Por isso, vale ressaltar que “a socialização é um processo contínuo que vai da infância à velhice e é através dela que o indivíduo internaliza a cultura de seu grupo e interioriza as normas sociais” (Lima, 2004, p. 19).

Essas discussões que trabalham a identidade do profissional de jornalismo e sua atuação se inserem no grande guarda-chuva teórico que Nelson Traquina (2005b) identifica como Teorias Construcionistas, que emergem nos estudos da área a partir da década de 1970. Essa linha teórica revela a necessidade de compreensão do *mundo laboral*, tendo em vista que as notícias são consideradas como uma construção social da realidade. Esse paradigma teórico

refuta fortemente a noção de notícia como distorção e, conseqüentemente, como um espelho da realidade¹⁹. Esse questionamento ocorre, segundo Traquina (2005b, p. 168-169) por três questões principais: 1. seria impossível estabelecer distinções entre a realidade e os meios de comunicação de massa, pois as notícias são estruturantes da própria realidade; 2. a linguagem não tem a capacidade de transmitir significados expressos dos acontecimentos porque não existe linguagem neutra; 3. os meios de comunicação de massa constroem representações dos acontecimentos em função de aspectos do trabalho jornalístico, questões orçamentárias e da rede que circula ao seu redor.

Observa-se a partir desse direcionamento que, embora as questões individuais façam parte da identidade do (a) jornalista, como já tratamos, o *mundo laboral* exerce forte influência no trabalho, resultando diretamente na construção de notícias e, por consequência, na representação social que se faz de objetos/sujeitos/acontecimentos nos textos jornalísticos. Traquina ressalta, porém, que, apesar de as notícias serem consideradas uma *construção*, elas não são vistas como *ficção*. “Dizer que uma notícia é uma estória não é de modo algum rebaixar a notícia, nem acusá-la de ser fictícia. Melhor, alerta-nos para o fato de a notícia, como todos os documentos públicos, ser uma realidade construída possuidora da sua própria validade interna” (Tuchman, 1976/1993, p. 262 apud Traquina, 2005b, p. 169). O autor lembra, inclusive, que o termo “estória” para se referir a notícias é utilizado como gíria jornalística; o mesmo acontece com o termo “narrativa”.

Por isso, o teórico avalia que a noção de construção dá vazão à dimensão cultural das notícias, visto que os (as) jornalistas são “pessoas que operam, inconscientemente, num sistema cultural, um depósito de significados culturais armazenados e de padrões de discursos” (Schudson, 1995, p. 14 apud Traquina, 2005b, p. 170-171). É daí que surgem trabalhos etnoconstrucionistas, como o de Travancas (2011). De caráter antropológico, essas pesquisas visam, por meio da etnografia, observar e acompanhar os (as) nativos (as) (jornalistas) tentando compreendê-los (as) no âmbito profissional. Elas permitem “uma observação teoricamente mais informada sobre as ideologias e as práticas profissionais dos produtores das notícias, [...] que podem corrigir qualquer visão mecânica do processo de produção” (Traquina, 2005b, p. 172).

¹⁹ A Teoria do Espelho, conforme Traquina (2005b, p. 146), foi a primeira sugerida no Ocidente para explicar o porquê de as notícias serem como são. Conforme o autor, os textos teóricos filiados a essa análise acreditam que as notícias são de determinada forma “porque a realidade assim as determina”, desconsiderando totalmente a ação do jornalista e da empresa de comunicação durante o processo de construção do texto. Segundo ele, um ponto-chave da teoria é a ideia de que “o jornalista é um *comunicador desinteressado*, isto é, um agente que não tem interesses específicos a defender e que o desviam da sua missão de *informar, procurar a verdade*, contar o que aconteceu, *doar a quem doar*” (p. 147, grifos do autor)

As teorias etnoconstrucionistas teriam, assim, contribuições fundamentais para os estudos do jornalismo e de seus produtos. Traquina (2005b, p. 172-173) elenca três delas: é possível ver a dimensão transcultural que está inerente ao (à) integrante da comunidade profissional; é possível observar que as rotinas laborais constituem um elemento crucial nos processos de produção das notícias; e atua na correção de teorias instrumentalistas, que consideram o processo de produção de notícias como conspiratórios e distorcidos, tais como a Teoria do Espelho.

Cabe pontuar que o autor reconhece a relevância dos estudos da Teoria Organizacional²⁰ – que compreende a influência das empresas jornalísticas sobre os (as) profissionais – para as de linha etnoconstrucionista, mas vai além. Diferentemente da visão da teoria defendida por Warren Breed, Traquina (2005b, p. 173) acredita que o (a) novo (a) jornalista “se integra por um processo de osmose não só numa organização, mas numa comunidade profissional”. Por isso, as pesquisas que trabalham com representações sociais construídas pelo jornalismo, como esta dissertação, requerem a particularidade de aspectos culturais que permeiam a rotina produtiva dos (as) profissionais, já que eles (as) são compreendidos (as) como atores (atrizes) ativos (as) no processo de construção social da realidade por possuírem certo grau de liberdade durante a feitura de seus textos.

Outro ponto de extrema importância na distinção entre as teorias construcionistas e a Teoria Organizacional é que esta exclui as interações sociais externas à empresa que os (as) jornalistas fazem. As construcionistas, por sua vez, pontuam principalmente a premência em considerar a interação entre jornalistas e fontes nas análises científicas, visto que as identidades das fontes também são importantes para serem pensadas nesse meandro cultural (Traquina, 2005b, p. 174-175).

Se o *mundo laboral* se sobrepõe aos demais, será possível observar a influência majoritária dele a partir dos dois movimentos de análise metodológica aplicados nesta dissertação, visto que as entrevistas e os jornais analisados dão subsídios para compreender como as representações sociais se materializam nos discursos (falados ou escritos). Por isso, reputo como relevante considerar aqui o conceito clássico das teorias do jornalismo de

²⁰ Na Teoria Organizacional, publicada pelo sociólogo Warren Breed na década de 1950, o jornalista se deixa levar pela política editorial da organização mais do que por suas próprias crenças pessoais. Para o autor, o trabalhador é “socializado” na política editorial da organização através de uma sucessão sutil de recompensa e punição” (Traquina, 2005b, p. 152). Nesta linha teórica, há uma cultura organizacional, diferentemente de uma cultura profissional, como pressupõem as teorias construcionistas.

enquadramento, iniciado ainda na década de 1960 e trabalhado por Robert Entman como uma linha de pesquisa mais bem delineada.

Entendo que os processos de mediação que ocorrem nas redações para a feitura de determinados conteúdos jornalísticos passam por processos mentais e sociais que são mobilizados a partir das representações sociais que construímos cotidianamente. São essas representações que levam à compreensão do que é um jornal, um texto, uma informação e o próprio conteúdo da informação em si. Desta forma, acredito que os enquadramentos são tentativas de empacotamento de representações sociais existentes e circulantes que o (a) jornalista ativa para buscar objetividade em sua atividade. Vale lembrar aqui que, entendendo o processo de enquadramento como Entman (1993) compreende. Para ele,

Enquadrar essencialmente envolve selecionar e salientar. Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes no texto comunicativo, de tal forma a promover uma definição particular de um problema, interpretação causal, avaliação moral, e/ou tratamento recomendado para o item descrito (ENTMAN, 1993, p. 52, tradução minha²¹).

Na visão de Entman (1993), o (a) profissional é sujeito ativo do processo comunicativo, capaz de acionar as representações sociais e, mentalmente e propositadamente, salientar ou selecionar aquilo que deveria existir em um texto. Porto (2004, p. 76) acredita que os (as) jornalistas ativam uma “estrutura profunda” que rege a produção dos noticiários e, em seus textos, produzem enquadramentos construídos. Considero apenas expandir um pouco essas ideias para compreender que as representações sociais que circulam ao redor de um indivíduo nem sempre são selecionadas de forma proposital, mas aparecem com certa naturalidade, tendo em vista que determinada representação foi uma construção de diversos *mundos*. Tanto que Entman (1993, p. 52) acredita em quatro instâncias presentes no processo comunicativo para a produção de enquadres: os (as) comunicadores (as), o texto, o (a) receptor (a) e a cultura.

Considero, para esta pesquisa, a necessidade de considerar três dessas instâncias – comunicadores (as), texto e cultura – para a compreensão da existência de possíveis enquadres que materializem as representações sociais construídas pelo (a) jornalista. Se esse empacotamento de fato é operacionalizado no âmbito da profissão, é possível buscar, nos textos elaborados, vestígios de representações sociais materializadas, as quais, quando

²¹ “To frame is to select some aspects of a perceived reality and make them more salient in a communicating text, in such a way as to promote a particular problem definition, causal interpretation, moral evaluation, and /or treatment recommendation for the item described.”

combinadas com as entrevistas realizadas, podem sugerir como os *mundos laboral, individual e social* se influenciam, se imbricam, se sobrepõem, se complementam.

Toda essa discussão nos leva ao último tópico deste capítulo, no qual pretendo discorrer sobre os perfis dos (as) sete jornalistas entrevistados (as) e o que os (as) levaram à profissão. É mister não só apresentá-los (as) a partir da dinâmica de trabalho na qual estão imersos, mas entender aspectos que podem ajudar a traçar pontos de contato em suas identidades a fim de apontar reflexos na construção das representações sociais sobre o motim da Polícia Militar do Ceará de 2020.

2.4. De A a G: perfis de jornalistas entrevistados (as)

Para a realização desta pesquisa científica foram entrevistados (as) sete jornalistas que atuaram na cobertura jornalística sobre o motim da Polícia Militar do Ceará em 2020, dentro das redações dos jornais cearenses *O Povo* e *Diário do Nordeste*. As funções deles (as) variam entre a feitura de reportagens/notícias, colunas/opiniões e edição de conteúdo. Os dois periódicos foram escolhidos em decorrência de possuírem maior relevância política e econômica no estado, além de serem os mais duradouros meios de comunicação de massa regionais²² e possuírem relevantes capitais simbólicos perante a sociedade.

Ao todo, convidei nove jornalistas que atuaram diretamente na cobertura do motim policial de 2020 para participarem de uma entrevista. Todos (as) responderam ao meu contato, mas apenas sete aceitaram a proposta; os outros dois, vinculados ao Jornal *O Povo*, não puderam participar por questões particulares. Realizei seis das sete entrevistas presencialmente na cidade de Fortaleza, durante o mês de março de 2024, em locais escolhidos pelos próprios entrevistados – quase todas ocorreram em suas residências. A última entrevista foi feita on-line, através da plataforma de videochamadas *Zoom*, em abril do mesmo ano.

Em razão de eu ter trabalhado como jornalista no *Sistema Verdes Mares*²³, entre 2017 e 2022, atuando como repórter especificamente no *Diário do Nordeste* por quatro desses anos, não encontrei dificuldades para conseguir as entrevistas com os (as) jornalistas que atuam/atuavam lá. Muitos deles (as) são meus (minhas) amigos (as) ou colegas até hoje, com

²² O jornal *O Povo* foi fundado em 1928, enquanto o *Diário do Nordeste*, em 1981.

²³ O *Sistema Verdes Mares* é formado por um conglomerado de veículos de diversos formatos, tais como: o jornal *Diário do Nordeste* (em formato digital desde 2021); o portal *Diário do Nordeste*, a Rádio *Verdinha*; a Rádio *FM 93*; a *TV Diário*; a *TV Verdes Mares*; a *TV Verdes Mares Cariri*, o portal *G1 Ceará*; a Rádio *Recife FM* e a Rádio *Tamoio*.

os (as) quais compartilhei diversas pautas, saídas, bebidas e conversas fora e dentro do expediente. Até imaginei que o contato com os (as) profissionais que trabalhavam no *Jornal O Povo* pudesse ser mais complicado, mas acredito que meu tráfego no jornalismo cearense facilitou o contato, tendo em vista que todos me conheciam e não viram problemas em conceder uma entrevista de cunho científico, mesmo que ela pudesse durar mais de uma hora e degingolar para aspectos delicados e/ou confidenciais, apesar da rotina extenuante que todos (as) vivem.

Por questões éticas em função de informações e dados sensíveis tanto do trato particular, quanto do profissional, decidi que os nomes dos (as) jornalistas não serão citados nesta pesquisa. Cada um deles (as) será nomeado (a) de acordo com uma letra do alfabeto ocidental em ordem crescente, de A a G. Na tabela abaixo, encontram-se os dados gerais dos (as) profissionais, os quais são fundamentais para tentar delinear minimamente os perfis laborais dos trabalhadores que atuaram durante a cobertura do motim de 2020. Com esses perfis e seus depoimentos pretendo trabalhar durante o desenvolvimento desta dissertação, aliados às análises jornalísticas realizadas nos jornais produzidos por eles (as) e seus (suas) demais colegas de profissão.

Tabela 1 – Características dos jornalistas entrevistados

Jornalista	Idade (anos)	Origem	Gênero	Raça	Formação (Universidade)	Tempo de profissão (anos)
A	28	São Paulo/SP	Masculino	Branca	Pública	7
B	43	Fortaleza/CE	Masculino	Branca	Pública	19
C	35	Fortaleza/CE	Masculino	Branca	Privada	10
D	30	Fortaleza/CE	Feminino	Branca	Privada	13
E	51	Fortaleza/CE	Masculino	Branca	Privada	16
F	28	Fortaleza/CE	Feminino	Parda	Privada	7
G	33	Porto Alegre/RS	Masculino	Branca	Pública	12

Fonte: elaboração própria a partir de entrevistas com jornalistas.

A partir da tabela acima apresentada, observa-se que não há nenhuma unanimidade entre as características dos (as) profissionais entrevistados (as), isso pode ajudar na compreensão de uma identidade majoritária, que circula na cultura profissional a partir de

características que são mais evidenciadas. As idades deles (as), por exemplo, variam entre 28 e 51 anos, ou seja, podemos discorrer sobre certas diferenças de idade e carreira. Uma outra variável é a cidade de nascimento, pois, embora Fortaleza apareça em quase todas as respostas, também são citados outros municípios, como São Paulo (maior em população) e Porto Alegre (menor em população)²⁴.

Com relação ao gênero, o corpus é composto por nove pessoas cisgênero, sendo cinco homens e duas mulheres, reflexo da maior presença masculina nas editorias de Segurança e Política – áreas prioritárias pelas quais a cobertura do motim de 2020 foi feita. Acredito que essa dissonância tem origem na ideia masculinista e retrógrada de que os jornalistas homens são pessoas mais “adequadas” para realizarem coberturas que tenham a violência e a segurança pública como foco. Apesar de ser um ponto de tensão, não me deterei neste aspecto, visto que, para isto, seria necessária outra pesquisa, com outras referências, focada nas questões de gênero e suas problemáticas nas redações.

A raça foi um ponto de quase unanimidade entre os (as) entrevistados para esta dissertação; seis se autoidentificaram como brancos (as) e uma, como parda. Uma pesquisa realizada por pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)²⁵ identificou que 45,8% dos jornalistas nordestinos se identificam como pessoas brancas, 37,3% pardas e 14,3% pretas. Outra pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a pedido da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), encontrou dados parecidos. Esta aponta que 47,3% dos (as) jornalistas brasileiros se identificam como pessoas brancas; 20,2% não apresentaram informação e 17,7% se leem como pardas²⁶. Ou seja, ainda que não haja uma mensuração, percebe-se a predominância de pessoas brancas nas redações, e isso também está presente no corpus deste estudo.

Já no aspecto formativo profissional, observo uma equiparação entre os (as) jornalistas oriundos (as) de instituições públicas e privadas. Apesar disso, todos (as) os (as) entrevistados (as) relataram ter realizado suas graduações em apenas duas instituições: pública, na

²⁴ O último censo do IBGE, realizado em 2022, identificou que São Paulo é a cidade brasileira com o maior número de habitantes (11.451.245); Fortaleza é a quarta colocada, com 2.428.708; já Porto Alegre é a 11ª capital com maior quantidade de moradores, somando 1.332.833 habitantes.

²⁵ A pesquisa em questão foi intitulada *Perfil do Jornalista do Nordeste 2023: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho* e versa sobre diversas características dos (as) profissionais de jornalismo observadas a partir de formulários on-line enviados. É importante pontuar que os dados não se referem apenas a trabalhadores que atuam em redações. O documento pode ser acessado no link: <https://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2023/10/2023-10-22-Perfil-do-Jornalista-do-Nordeste-GEIMISON-MAIA-et-al.pdf>.

²⁶ A pesquisa realizada pelo Dieese teve como base os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho, relativos ao ano de 2021. Mais informações em: <https://fenaj.org.br/maioria-dos-jornalistas-empregados-formalmente-sao-mulheres-brancos-e-com-idade-entre-30-e-39-anos/>

Universidade Federal do Ceará (UFC); privada, na Universidade de Fortaleza (Unifor). Isso sugere a importância dessas duas instituições de ensino superior na formação do (a) trabalhador (a) de jornalismo das redações cearenses.

Outra variável importante, que consta da **Tabela 1**, é o tempo de atuação dos (as) profissionais entrevistados (as), que também varia, mas não necessariamente de acordo com a idade. Cinco dos (as) sete entrevistados (as) consideram que começaram suas carreiras na profissão entre 21 e 25 anos. É interessante ressaltar que eles divergem sobre qual é o marco desse início: uns (umas) consideram-se jornalistas desde o estágio (quando ainda não possuíam diploma); outros (as) após a formação; há também aqueles (as) que se entendem como jornalistas apenas a partir do início das atividades na redação. Isso demonstra aquilo que Travancas (2011) considera como uma *ideologia individualista*²⁷ presente na cultura profissional dos (as) jornalistas, que são pessoas cujas origens estão nas camadas médias urbanas, onde essa ideologia é mais disseminada.

Mesmo que o individualismo seja característica presente nas identidades compartilhadas entre esses (as) profissionais, Travancas (2011) avalia que, por estarem imersos em uma sociedade complexa, com grandes diferenças entre si, além de leituras particulares e contraditórias sobre o mundo, os (as) jornalistas possuem “simultaneidade de identidades” em função dos outros aspectos da vida que concorrem com o *mundo laboral*. Assim, os (as) trabalhadores (as) teriam diferentes *estilos de vida* e *visões de mundo* e, por consequência, formas de *adesão* à profissão também variáveis.

Acredito, portanto, que a construção da identidade do (a) jornalista se realiza em um contexto em que *diversas áreas da vida social se misturam e se confundem*. Suas experiências e vivências apresentam ambiguidades e contradições. Não se pode pensar em identidade levando-se em conta apenas trajetórias e projetos conscientes e lineares, sem curvas e oscilações. A própria vivência profissional é uma fonte de convivência e contato com essa complexidade (Travancas, 2011, p. 150, grifo meu).

Debater a questão da identidade do (a) jornalista é de extrema importância neste estudo porque permite a compreensão, como num movimento paralelo, de como as representações sociais também se realizam “em um contexto em que *diversas áreas da vida social se misturam e se confundem*”. A própria teoria moscoviciana prevê a construção representacional a partir de aspectos que circulam na vida de cada indivíduo, partindo das questões pessoais (psicológicas), em sociedade e, claro, profissionais.

²⁷ O individualismo é considerado aqui, na perspectiva de Louis Dumont (1985), como um “sistema de ideias e valores que tem curso num dado meio social” (p. 20). Assim, a ideologia moderna é analisada como individualista, sendo o individualismo definido sociologicamente pelo ponto de vista dos valores globais.

O objetivo aqui é compreender como essas identidades profissionais – que pululam entre si, se chocam, se cruzam e se complementam – ajudam no entendimento da construção de representações sociais sobre o motim de 2020. Por isso, as entrevistas com os (as) profissionais de redação são fundamentais para que se possa traçar um caminho viável sobre essas construções representacionais, bem como a forma com que os *mundos individuais, sociais e laborais* influenciam nesse processo.

Para este tópico, utilizo apenas as respostas dadas pelos (as) jornalistas às questões 1 a 12 do roteiro de entrevistas elaborado por mim junto à minha orientadora. Ressalto que este primeiro eixo, chamado de “apresentação pessoal/profissional”, possui perguntas mais objetivas, mas isso não foi impedimento para que outras questões fossem feitas, tendo em vista que as entrevistas tiveram caráter semiestruturado. O roteiro completo está como anexo 1 desta dissertação, mas trago aqui o primeiro eixo a fim de facilitar a leitura e enquadrar a área cujo debate será travado em seguida.

Tabela 2 – Perguntas contidas no eixo 1 do roteiro de entrevistas com os jornalistas

1. Qual seu nome completo?
2. Qual sua idade?
3. Com qual gênero você se identifica? Quais seus pronomes?
4. Com qual cor você se identifica?
5. Em que cidade nasceu? É de que bairro dessa cidade?
6. Quais as profissões dos seus pais?
7. Onde fez sua graduação? É uma IES pública ou privada?
8. Tem pós-graduação? Em quê?
9. Por que escolheu ser jornalista?
10. Há quanto tempo você é jornalista?
11. Há quanto tempo trabalha na empresa em que está agora?
12. Em qual editoria você trabalha?

Fonte: parte do roteiro elaborado pelo autor e utilizado para entrevistas com jornalistas.

Cito essas perguntas com o intuito de apresentar algumas das respostas dadas pelos (as) jornalistas entrevistados (as) que chamaram minha atenção por causa de características pessoais e/ou profissionais suscitadas. Reputo de fundamental importância, por exemplo: 1. as

questões de parentesco; 2. os bairros e cidades pelos quais suas histórias foram tecidas; 3. as áreas congruentes à profissão exercida; 4. e a razão da escolha pelo jornalismo. São essas influências sobre a identidade profissional que serão tratadas nos próximos tópicos.

2.4.1. A influência parental

Ressoando o primeiro ponto: três dos (as) sete entrevistados (as) possuem pais que, de alguma forma, têm vinculação com a área da segurança pública (um policial civil, um segurança particular e um militar do Exército Brasileiro). Acredito que, de forma particular, a função profissional desses pais pode ter influenciado – ou influencia até hoje – a representação que os filhos constroem sobre as forças de segurança e sobre a própria segurança pública. Dois desses profissionais, cujos pais trabalham na área de segurança, relataram dificuldades no relacionamento com os próprios pais.

A relação com meu pai não é das melhores. Fico meio constrangido de falar isso, sim, sempre foi meio conflituosa. Tanto que eu saí de casa mais ou menos cedo. Eu fui meio que posto para fora, inclusive. Hoje a gente tá até bem. Estamos melhor, com todos aqueles cuidados de evitar tocar muito em tais assuntos, mas é complicado (Jornalista G).

O Jornalista E afirma que a forma como observa a função do pai foi mudando com o passar dos anos. “Eu senti orgulho até quando eu era um pré-adolescente, depois, quando virei adolescente, tive muitos conflitos com o meu pai por conta da polícia, de ele ser policial” (Jornalista E). O profissional afirma que, durante esta fase da sua vida, várias ações que tomava contra o pai, para irritá-lo propositalmente, eram motivo de briga. O jornalista conta que aumentava o volume de um aparelho de som em casa quando tocava a clássica canção “Polícia”, da Banda Titãs, apontada como uma ode à ineficácia e à falta de necessidade de existência da Corporação: “Dizem que ela existe/Pra ajudar!/Dizem que ela existe/Pra proteger!/Eu sei que ela pode/Te parar!/Eu sei que ela pode/Te prender!” (Titãs, 1986).

O Jornalista E contou, durante a entrevista, ter descoberto ainda jovem que o pai fazia “coisas” que ele reprovava, como ter batido em um adolescente na rua, o que provocou a suspensão do policial por um período. “Quando eu fui descobrindo essas coisas, já fui criando a reação maior que eu já tinha à Polícia Militar – que eu já tinha medo na rua. Aí eu passei a ver que a Polícia Civil também tinha o mesmo *modus operandi* da PM” (Jornalista E).

É improvável que o ciclo familiar, o primeiro da vida de um indivíduo, não influencie nas suas *visões de mundo*, uma vez que a rotina das atividades de pessoas tão próximas (como os pais) e os assuntos que tendem a estar em diálogo em família também passam a ter a segurança pública como pauta. Certamente os vínculos e os atritos provocados

pela profissão *ser policial* e pelo conhecimento dos sujeitos sobre o significado dela influenciam na construção representacional que se faz sobre a polícia. Considero que o *mundo social*, assim, tende a promover experiências e contatos específicos com a área que serão acionados por esses indivíduos quando profissionais de jornalismo durante suas atividades laborais, resvalando em representações sociais que também terão essas marcas.

2.4.2. A influência formativa

Outra questão que também pode ser explicitada para o entendimento sobre as influências do *mundo social* que permeiam os (as) profissionais entrevistados (as) é a relação deles (as) com áreas específicas das ciências humanas e as motivações para tornarem-se jornalistas. Os principais estímulos citados para enveredarem pela profissão foram: boa comunicação, boa relação com disciplinas como português e redação e responsabilidade social. O Jornalista A afirmou que, além da boa comunicação, que para ele é uma característica inerente ao (à) jornalista, escolheu a profissão por “sempre ter gostado de matérias que no colégio diziam que dava para o jornalismo, como português, geografia e história” (Jornalista A).

A Jornalista F, além de ter aptidão para português e redação, lembrou de um momento em que, na escola, houve uma apresentação sobre o livro *Dom Casmurro*, de Machado de Assis. Na ocasião, ela ficou na equipe responsável por fazer a cobertura jornalística: “Ali despertou um olhar mais para o jornalismo da minha parte, despertou um olhar maior, mas eu também tinha outros interesses” (Jornalista F).

Esses interesses paralelos que a Jornalista F ressaltou ter parecem fazer parte de um flanco de atuação que aproxima o jornalismo de outras áreas das ciências humanas. A Jornalista F, por exemplo, antes de escolher a profissão em que trabalha atualmente, ficou em dúvida entre fazer graduação em psicologia ou direito. O Jornalista A também se questionou sobre a possível formação em psicologia, enquanto o Jornalista G está quase finalizando a graduação em direito. Percebo que, apesar das diferenças particulares de cada indivíduo, a profissão não parece ser mais uma única saída para os (as) profissionais da área, o que tensiona a ideia de *adesão*. Avalio ainda que a formação paralela ou o simples interesse por linhas teóricas de outras áreas das ciências humanas, como o direito e a psicologia, podem também influenciar na construção de representações sociais desses (as) jornalistas.

2.4.3. A influência territorial

Para finalizar este capítulo, penso ser relevante situar a influência do território em que os (as) entrevistados (as) nasceram e cresceram sobre a construção de representações sociais que eles (as) fazem. Avalio que o bairro, a comunidade e a vizinhança também disputam, como parte do *mundo social*, essa construção de representações sociais, visto que os (as) profissionais viveram experiências particulares e circunscritas a determinados territórios.

Dentre as respostas dadas, o Jornalista G vivenciou diversas mudanças entre cidades brasileiras, passando um tempo no Rio de Janeiro, outro em Brasília e desembarcando por último em Fortaleza. O Jornalista A cresceu em um bairro de classe média da cidade e veio de São Paulo com apenas dois meses de idade para morar perto da família. Quando questionado sobre a importância da sua mãe para a pessoa que é hoje, ele diz:

Ela é referência de algumas coisas comportamentais mínimas, mas *a minha referência mesmo como pessoa é o mundo*, é quem eu me liguei no colégio, em amizades. *Meus maiores referenciais são fora de casa*. Ela me ajudou muito na questão de organização, das coisas práticas, *mas a personalidade mesmo, eu fui construindo fora de casa* (Jornalista A, grifos meus).

O relato do Jornalista A corrobora com o que avalio importante ser considerado no *mundo social*, pois ele mesmo compreende a importância do que chama de “mundo” na construção da sua própria personalidade/identidade. Diferentemente dos jornalistas A e G, todos (as) os (as) demais passaram a infância e a adolescência em regiões periféricas do município de Fortaleza, vivendo em regiões cujo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) regionalizado é considerado baixo²⁸.

A predominância de jornalistas que viveram em regiões periféricas de Fortaleza sugere a implicação de situações de vulnerabilidade social e econômica demarcadas na história desses profissionais. Embora eles (as) afirmem que a família possuía uma estrutura financeira simples – que garantia o necessário para todos (as) – a estrutura social que os (as) permeava, por viverem em bairros periféricos, os (as) insere em uma vivência diferenciada e particular do *mundo social*. “A gente vivia relativamente bem num bairro que era de periferia,

²⁸ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) calcula três variáveis da população de cada território: saúde, educação e renda. A variação ocorre de 0 a 1, sendo mais baixo o índice que se aproxima de 0, e mais alto o que se aproxima de 1. É considerado IDH baixo um número inferior a 0,555; médio (entre 0,555 e 0,700); alto (0,700 a 0,799); e muito alto (acima de 0,800). Mais informações em: <https://atlascolar.ibge.gov.br/mundo/3007-indicadores-sociais/indice-de-desenvolvimento-humano-idh.html#:~:text=%C3%8Dndice%20de%20Desenvolvimento%20Humano%20%2D%20IDH%20%2D%202019&text=O%20IDH%20%20%C3%A9%20um%20%C3%ADndice,%3A%20renda%2C%20educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20sa%C3%BAde>.

mas não era tão precarizado. Por exemplo, tinha saneamento, tinha escola, hospital perto” (Jornalista B). “Não passamos dificuldade, aquela coisa básica assim, a gente tinha o básico para sobreviver, não tinha nenhum luxo, nem nada” (Jornalista C).

Tabela 3 – IDH dos bairros de moradia citados pelos entrevistados

Bairro	IDH	Nível
Barra do Ceará	0,2157	Baixo
Demócrito Rocha	0,3694	Baixo
Messejana	0,3757	Baixo
Montese	0,4728	Baixo
Parangaba	0,4189	Baixo
Parquelândia	0,6284	Médio

Fonte: Censo 2010, IBGE. Elaboração: SDE/COPDE, 2014.

A Jornalista F, por outro lado, narra ter percebido uma “situação de aperto” na família após o falecimento do pai, que aconteceu quando ela tinha apenas 11 anos.

E aí eu percebi a diferença que, quando ela vendia algumas coisas, ela já pagava o colégio que eu estudava o ano inteiro, porque ela devia também o colégio às vezes nos anos anteriores, e aquilo aperreava a minha mãe, *eu vi a minha mãe aperreada financeiramente*, mas era uma coisa que ela não queria deixar faltar (Jornalista F, grifo meu).

O *mundo social*, aqui condensando situações inerentes à vulnerabilidade social e econômica que tais indivíduos viveram, também influencia no processo de identidade profissional que será compartilhada pelos (as) jornalistas posteriormente nas redações. Essas vivências imersas nesses territórios também possuem a capacidade de influenciar na construção de representações sociais, pois muito do que se tem construído socialmente passa pelas experiências de vida que um indivíduo teve ao longo de sua vida.

É com este emaranhado de pilares, que partem de *mundos individuais, sociais e laborais*, assim como suas conexões, imbricações e duelos que acredito ser possível entender como se constroem representações sociais no bojo da profissão jornalística. Não se pode esquecer que cada indivíduo, com a multiplicidade de identidades compartilhadas nas redações, possui particularidades psicológicas e é atravessado por questões sociais, como sugere a teoria moscoviciana, que ajudarão nesse processo representacional. Por isso, embora

ainda devemos tratar das influências psicológicas, afetivas, sociais e profissionais nesta dissertação, pretendo, no próximo capítulo, debater a importância de aspectos mnemônicos e das lembranças com as quais os (as) jornalistas constroem suas representações.

3. A familiarização de um motim

O capítulo que aqui inicia tem o objetivo de relacionar o conhecimento que está disponível sobre os motins a fim de, primeiro, realizar uma genealogia sobre este fato social que emerge na sociedade brasileira desde o período em que o Brasil ainda era uma colônia. Com as informações obtidas a partir dessa pesquisa bibliográfica que se concentra em trabalhos de cunho histórico, como os de Sodré (2010) e Holloway (1997), pretendo demonstrar, em seguida, se há influência da história, das memórias e das lembranças dos entrevistados na construção de representações sociais sobre o motim da Polícia Militar cearense de 2020.

3.1 — Genealogia da polícia e dos motins

Para compreender o motim da Polícia Militar do Ceará em 2020, que não pode ser observado sob o ponto de vista de sua unicidade, solto no tempo e sem contextualização sócio-histórica, é preciso remontar ao passado, voltando à criação das agências policiais e militares no Brasil a fim de tentar explicar o porquê de esses amotinamentos serem mais frequentes na Polícia Militar contemporânea. Para isso, foram visitadas obras que tratam da história do militarismo em si, da polícia do Rio de Janeiro e da polícia cearense, uma vez que a história do Brasil é entrelaçada pela história de sua polícia. Vale ressaltar a necessidade de distinguir e aproximar o Exército Brasileiro e a Polícia Militar, porque ambos estão calcados na estrutura militarista secular baseada no bipé hierarquia e disciplina (Leirner, 1997), pilares esses que inclusive estão presentes na Constituição de 1988, a qual dá poderes às forças e as caracteriza de acordo com suas funções.

Ainda que pareça ser uma grande digressão para os estudos aos quais esta dissertação se propõe, é adequado sugerir e apontar as origens coloniais das contradições presentes nas instituições repressivas do Estado brasileiro pois isso auxilia na compreensão de tais incongruências natas que resvalam na existência de um motim policial. Por isso, a polícia será usada neste tópico como fio condutor de uma correlação histórica que vem desde antes da colônia até os dias atuais.

3.1.1. Origem da polícia no Brasil

Quando a família real portuguesa aportou em terras brasileiras, em janeiro de 1808, fugindo dos ataques de Napoleão Bonaparte, ela tentou reproduzir na sua colônia a estrutura do Estado Português. Já havia uma organização militar “improvisada”, segundo Sodré (2010,

p. 35), e dividida em três tipos²⁹. No entanto, após quatro meses da chegada da família real, foi criada a Intendência Geral de Polícia, considerada por Holloway (1997) como a instituição originária da atual Polícia Militar. A Intendência era, conforme o autor, influenciada diretamente pelas instituições policiais da Europa Ocidental de meados do século XVIII e baseava-se no tipo francês³⁰, o qual havia sido introduzido em Portugal na década de 1760 (Holloway, 1997, p. 46). A Intendência Geral, além das funções policiais, também era responsável por sugerir e colocar em prática a realização de obras públicas, como a pavimentação de vias, e garantir o abastecimento de água e iluminação da capital (Holloway, 1997, p. 46-47), característica que conferia à instituição um cunho social, pois tinha como um dos seus objetivos principais a prestação de serviços aos cidadãos.

Em maio de 1809, D. João VI criou a Guarda Real de Polícia, réplica da instituição homônima de Lisboa e subordinada à Intendência Geral. Segundo Sanctos (1825, p. 133-134), a função primordial da Guarda Real de Polícia era garantir “dias tranquilos e noites sossegadas”, por meio do impedimento de contrabandos, da vigília noturna e da extinção de incêndios, mesclando, na minha concepção, funções ostensivas, preventivas e até de infraestruturais na cidade. De acordo com Holloway (1997, p. 48), de uma tropa possível de 218 agentes, a Guarda Real só chegou a ter 90 trabalhadores no ano de 1820, os quais eram oriundos das forças armadas, especialmente do exército informal que existia naquele período³¹. As instituições policiais do período colonial também aplicavam majoritariamente a lei em escravizados e ex-escravizados, atuando muitas vezes como capitães-do-mato na captura dessas pessoas (Holloway, 1997, p. 63).

Com a Independência do Brasil, em 1822, houve também a criação oficial do Exército Brasileiro no mesmo ano. O rompimento político-econômico com Portugal requereu uma adaptação da organização militar existente por aqui, ainda que não fosse necessária a existência de uma força militar para impor a dominação da classe abastada sobre as demais

²⁹ Sodré (2010, p. 32-33) caracteriza três tipos de organização militar no Brasil durante a colônia, sendo elas: 1) regulares: tropas vindas da metrópole para expulsar grandes perigos externos, especialmente aqueles que tinham a intenção de se estabelecer em determinado território; 2) semirregulares: formadas por moradores, povoadores e sesmeiros, que atuavam por demanda militar e garantidas por lei; 3) irregulares: formadas por iniciativas de moradores, povoadores ou colonizadores sem legislação que as garantisse, atendendo a interesse próprio, como as bandeiras.

³⁰ No modelo francês, conforme Araújo (1898, p. 10), a polícia seria separada da estrutura judiciária e estaria encarregada de “assegurar a tranquilidade pública e dos particulares, expelir da cidade os desordeiros, favorecer a abundância e obrigar todos os cidadãos a viverem segundo suas condições”.

³¹ É interessante ressaltar que o Exército Brasileiro só foi criado oficialmente em 1822, ou seja, todo o corpo que defendia a colônia antes disso era formado por militares portugueses — no mar, que estava sob gestão da Coroa — e, nos territórios — pelos senhores de terra que detinham poder administrativo e militar concedido pela metrópole (Sodré, 2010).

(Sodré, 2010, p. 92-93). Essas forças só seriam interessantes aos senhores de terra nos momentos de rebeliões provinciais nas quais a luta de classes se manifestava. De acordo com Nelson Werneck Sodré:

A organização militar que o país vai conhecer, quando da autonomia, reflete as condições sociais e a dominação da classe senhorial. Esses reflexos estão presentes sob as aparências formais que a organização apresenta: ela imita modelos e padrões externos, realmente, mas essa não é a essência da organização militar. Imita padrões disciplinares, mas obedece a outros, completamente diversos, aqueles que derivam da situação real e concreta. Imita padrões de combate, mas é forçada, em várias ocasiões, às condições que a realidade impõe e cuja aceitação é obrigatória, fugindo completamente aos regulamentos. Imita tipos de formação, de paz e de combate, mas respeita em certa medida esses tipos, e eles assumem traços inequívocos de frouxidão, entre nós (Sodré, 2010, p. 94-95).

A estrutura militar oficial só foi criada na Constituição de 1824, cuja construção se deu a partir da classe dominante colonial responsável por assegurar a independência brasileira. Em troca, a elite precisava “organizar um aparelho de Estado que refletisse o domínio e preservasse interesses” (Sodré, 2010, p. 112). No texto constitucional, o exército é oficializado e a polícia passa a ser vista sob dois prismas: atuando por meio de ordenanças e milícias³². As questões policiais e militares se imbricam desde a colônia brasileira, muitas vezes com funções sociais que se interceptam. Há estudos sobre segurança pública — como os de Muniz (2001), Muniz e Paes-Machado (2010) e Zaverucha (2005) — que consideram esta aproximação um dos maiores problemas das agências policiais/militares brasileiras. Por isso, é imperativo debater não só as correlações e as divergências entre o Exército e a Polícia Militar, mas compreender o que dá suporte para a estrutura militar em ambas as instituições.

3.1.2. Exército e polícia como agências cruzadas

Em seu estudo sobre a hierarquia militar no Exército Brasileiro, o antropólogo Piero de Camargo Leirner buscou as origens desta marca fundamental do militarismo que remonta à sociedade medieval. Segundo o autor, a ideia de hierarquia nasce no sistema de suserania e vassalagem do feudalismo. Nele, a nobreza da época, que possuía terras entregues pelo rei, tinha em seu entorno uma “classe guerreira”, a qual, por lealdade, fazia a defesa das posses das elites agrárias (Leirner, 1997, p. 53-54). Portugal, durante o século XV, não se

³² A Constituição de 1824 estabeleceu a estrutura militar oficial em três linhas: 1) Exército: tropa regular e paga, com o objetivo de defender as fronteiras e nelas estacionar; 2) Milícias: tropa auxiliar e gratuita, cujo objetivo era manter a ordem pública nas comarcas, tendo oficiais eletivos e temporários, com exceção de majores e ajudantes; 3) Ordenanças/guardas policiais: tropa auxiliar e gratuita, com o objetivo de fornecer a segurança dos indivíduos, perseguindo e prendendo criminosos (Sodré, 2010, p. 114)

diferenciava dos demais países da Europa Ocidental, e por isso também foi construído sobre a mesma lógica do sistema de estamentos.

Conforme Leirner (1997, p. 55), essas sociedades, durante “a sua lenta dissolução, lançam as sementes para que, numa nova e desconectada forma, surjam as bases de uma outra comunidade, cujos pilares são a hierarquia e a lealdade entre seus membros, o Exército Nacional”. O Exército Português, assim como os demais, é formado a partir da diminuição da renda da nobreza e do controle absoluto do rei (Leirner, 1997, p. 56). Foi justamente esse o modelo implantado no Brasil, que previa o controle dos militares pela classe política e abastada, mas com um grande adendo: a hierarquia passou a ser fundamental em função das dimensões territoriais da então colônia portuguesa e da dificuldade de utilização do Exército Português por aqui (p. 57).

Leirner (1997, p. 65) afirma que a hierarquia é formalizada no Brasil apenas em 1850, quando uma lei foi publicada para regulamentar as estruturas organizacionais do Exército³³, mas a estrutura de patentes militares persiste no Brasil desde a colônia até os dias atuais. Ou seja, há pelo menos 130 anos a estrutura que deu origem ao militarismo no Brasil se mantém quase que totalmente intacta. Assim, a hierarquia é igualmente mantida com sua estrutura de origem, o que a fortalece como um “conteúdo original” bastante preservado, capaz de ser tomada como um princípio da constituição da própria força militar e considerada um norte para toda a instituição (Leirner, 1997, p. 52-60). A tabela presente na próxima página mostra a criação de cada patente na história do militarismo brasileiro.

A título de comparação, a Polícia Militar do Ceará (PMCE) possui em sua estrutura a seguinte escala hierárquica, em ordem ascendente, conforme o Estatuto dos Militares Estaduais do Ceará, atualizado em 2023: soldado, cabo, terceiro-sargento, segundo-sargento, primeiro-sargento, subtenente, segundo-tenente, primeiro-tenente, capitão, major, tenente-coronel, coronel e coronel comandante-geral (CEARÁ, 2006). Observa-se que, da estrutura original do Exército — retirando os graus que são exclusivos da força armada (como o de general e seus relacionais) —, houve preservação da estrutura hierárquica na PMCE; ressaltando apenas desmembramento das patentes de tenente, sargento e coronel. Ressalte-se que o grau dos cadetes, para a polícia cearense, engloba os profissionais que estão no 1º e no 2º ano do curso de formação para oficiais.

³³ A lei em questão é a nº 585, de 6 de setembro de 1850, que regula o acesso aos postos de oficiais das diferentes armas do Exército. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-585-6-setembro-1850-559825-publicacaooriginal-82236-pl.html>.

Tabela 4— patentes militares e períodos de criação

Patente	Início
Soldado	Sem data específica
Cabo	1500
Sargento	1500
Subtenente	República (sem data específica)
Segundo-tenente	República (sem data específica)
Cadete	1757
Tenente	1500
Capitão	1500
Major (sargento-maior)	1500
Tenente-coronel	Império (sem data específica)
General	1870
General-de-brigada	1890
General-de-divisão	1890
General-de-Exército	1890

Fonte: RVO (1994) apud Leirner (1997, p.59), adaptado pelo autor desta pesquisa.

Além da divisão funcional promovida pelas patentes, Leirner (1997, p. 87) sugere a existência de, pelo menos, mais três: pelos círculos hierárquicos formados pelos graus em comum dessas patentes; pela distinção natural entre liderança/comando; e de pessoa a pessoa, por meio do aspecto da antiguidade. Cabe apresentar mais uma tabela que ilustra a segmentação por círculos hierárquicos presentes na Polícia Militar do Ceará.

Tabela 5 — Círculos hierárquicos na PMCE

Círculos	
Oficiais	Superiores (major, tenente-coronel, coronel e coronel comandante-geral)
	Intermediários (capitão)
	Subalternos (primeiro-tenente e segundo-tenente)
Praças	Terceiro-sargento, segundo-sargento, primeiro-sargento, subtenente
	Soldado e cabo

Fonte: Estatuto dos Militares, 2006 (atualizado em 2023).

A existência de estruturas coloniais de poder como as patentes e os círculos hierárquicos na Polícia Militar — e por conseguinte no Exército Brasileiro — corrobora com o que Leirner (1997, p. 87) avalia sobre a hierarquia ser um *princípio único e segmentador* no militarismo. Afinal, a hierarquia reúne todos os indivíduos em uma lógica comum, fazendo-os compartilhá-la como algo tradicional, que está presente desde sempre na instituição, mas os divide de acordo com níveis pré-estabelecidos há séculos, permitindo poucas modificações em sua estrutura. Já a disciplina, em linhas gerais, serviria apenas como um princípio para cumprir a hierarquia, ou seja, ela só existe como um meio para atingir — e manter — a hierarquia (p. 108). Essa fórmula, conforme Rolim (2006, p. 30, apud Valente, 2012, p. 206), “foi, em geral, vista como um modelo a ser imitado, o que assegurou uma formação ‘militar’ ou ‘paramilitar’ para muitas polícias no mundo”. Não seria diferente no Brasil, país que teve forças armadas e de segurança pública moldadas a partir de modelos europeus, e nem os próprios gestores da época sabiam se seriam funcionais.

Por fim, vale ressaltar que as relações hierárquicas e de disciplina que se perpetuam nas instituições militares também ensejam a durabilidade dos laços formados entre os militares. Vanda Ribeiro Costa, em um estudo sobre as rebeliões militares da década de 1930, ressalta a necessidade de conexão, que pode ficar abalada a partir do desencaixe na hierarquia, pois

Os graus de coesão e lealdade necessários a uma organização variam. As organizações militares, assim como as religiosas, exigem-nas em graus extremos. Os caminhos que levam à coesão também variam, mesmo comparando instituições semelhantes em um mesmo contexto histórico, político ou social (Costa, 1985, p. 37).

Por isso, se a Polícia Militar e as Forças Armadas possuem similitudes, elas existem especialmente por causa do aspecto militar internalizado em ambas e tudo o que ele traz consigo, como a estrutura hierárquica colonial (pressuposta pela disciplina) e suas nuances. É exatamente o que diz Holloway (1997, p. 50) sobre as instituições originárias da PM no Brasil colônia: “a polícia se organizou desde o início como instituição militar, de modo que sua força coercitiva podia ser controlada pela disciplina, canalizada pela hierarquia e dirigida a alvos específicos”. O historiador afirma, porém, que a justificativa de existência das instituições militares é “regular e dirigir forças contra um inimigo”, trazendo à tona a discussão sobre a incoerência entre a função civil e a função militar da polícia.

3.1.3. Polícia Militar: um oxímoro

O sociólogo Jorge Zaverucha recorreu a uma figura de linguagem para classificar a Polícia Militar brasileira: um oxímoro. A figura reúne palavras em sentidos opostos com o intuito de parecerem contraditórias e reforçarem tais expressões. Como exemplos de oxímoros ele usa as construções como “jovem senhor” e “sossego ensurdecedor”. De acordo com Zaverucha (2005, p. 76), o mesmo acontece quando se justapõe os termos “polícia” e “militar” para caracterizar uma única instituição.

A polícia como órgão incumbido de prevenir a ocorrência da infração penal e, se ocorrida, exercendo as atividades de repressão, é uma instituição de caráter civil. Não há necessidade de acrescentar a palavra militar ao substantivo policial. Adicionar o termo civil é um pleonasma. Tanto é que a polícia militar da Espanha chama-se Guardia Civil. Só que civil neste caso não é o contrário de militar, mas sim originário de “civitas”. Ou seja, uma guarda que protege o cidadão (Zaverucha, 2005, p. 76).

Enquanto o oxímoro “jovem senhor” transmite a ideia de um senhor de idade mais jovem e “sossego ensurdecedor” amplia a noção de que o sossego é bastante tranquilo, “Polícia Militar” parece exacerbar o conceito militarista em dissonância à atuação da identidade policial, uma vez que esta tem como objetivo a proteção do cidadão. Essa divergência de base, que também está na formação da Polícia Militar enquanto instituição, encontra amparo na discussão sobre as diferenças de força física das agências policiais/militares.

De acordo com Brodeur (2004), enquanto o exército atua com a força máxima, tendo como foco a execução do inimigo; a polícia, por ser um órgão que atua com a população, *deve atuar* com a força mínima, considerando os direitos individuais (p. 482-483, grifo nosso). É justamente essa proximidade com a população que pressupõe outra distinção entre os dois: o exército não possui vínculo direto com os civis, tendo como principal palco de atuação o quartel; já a polícia trabalha diretamente nas ruas, em contato frequente com as pessoas, cuja função primordial é garantir a salvaguarda desse público por meio do trabalho ostensivo e preventivo.

Em relação ao poder de fogo de cada uma das instituições, Brodeur (2004, p. 482) afirma que apesar de os agentes policiais estarem armados durante sua atuação, “a força da polícia é somente o reverso do desarmamento das pessoas, contra quem essa força se exerce mais frequentemente”. Por outro lado, o exército possui material de guerra, dispondo de armamentos de uso restrito — como os fuzis —, e ocupando o espaço da polícia quando ela não age (em casos de motins policiais, por exemplo) ou não possui poder de fogo suficiente para agir³⁴.

Valente (2012, p. 214), entretanto, acredita que as competências da Polícia Militar e do Exército Brasileiro acabam se mesclando cada vez mais, “ao mesmo tempo em que aumentam as possibilidades do uso excessivo da força, considerando o despreparo e a inadequação das Forças Armadas para lidar com questões desse gênero [de segurança pública]”. Isso demonstra um problema constitutivo da identidade corporativa dos policiais militares devido à incapacidade de distinção dos agentes com relação às suas funções policiais ou militares, já que elas não deveriam ser coincidentes.

Muniz (2001) recorda que durante quase dois séculos a Polícia Militar não atuou como organização policial de fato, ainda que haja diferentes percursos históricos em cada estado da federação, pois “cabia às PMs, ir para as ruas ‘manter’ a segurança do Estado através da disciplinarização de uma sociedade rebelde à ‘normalidade’ e à ‘boa ordem’” (p. 183). Se o inimigo do Estado são pessoas que não se adequam às normas definidas pelo próprio Estado, é possível supor que a prática militar está no cerne da atuação profissional, passando longe da ideia de *civitas* que pressupõe o trabalho policial.

³⁴ Um caso que ilustra a substituição da Polícia Militar pelo Exército Brasileiro em função do poder de fogo foi a Intervenção Federal ocorrida na segurança pública do Rio de Janeiro, em 2018. O decreto, assinado pelo então presidente Michel Temer tinha o objetivo de “pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública” no Estado do Rio de Janeiro. O texto na íntegra encontra-se em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9288.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%209.288%2C%20DE%2016,grave%20comprometimento%20da%20ordem%20p%C3%BAblica.&text=O%20PRESIDENTE%20DA%20REP%C3%9ABLICA%20%2C%20no.que%20lhe%20confere%20o%20art.

É só na Constituição Cidadã de 1988 que surge uma possibilidade de mudança no trabalho da PM por meio da inclusão da prática de serviços aos cidadãos (Muniz, 2001, p. 184). No entanto, esse aspecto da identidade policial — que só foi reintroduzido há quase 40 anos e era uma das funções da antiga Intendência Geral de Polícia — disputa diuturnamente com uma identidade militar que também foi introjetada há mais de 200 anos, mas se firmou como majoritária, especialmente durante e depois da Ditadura Militar (1964-1985), como será demonstrado nas páginas a seguir.

Apesar disso, Muniz e Paes-Machado (2010) lembram a importância de considerar a Polícia Militar como uma instituição particular, que além de agir como dispositivo de dominação do Estado tem a capacidade de garantir direitos, pois “é um meio de força orientado por fins coletivos e atravessado por seus interesses corporativos” (p. 440). Desta forma, é preciso compreender a PM como uma instituição complexa, possuidora de contradições identitárias desde a sua formação. E são essas contradições que parecem entrar em combate durante momentos de grande distensão, como os motins, no qual a identidade militar parece se sobrepôr à civil.

3.1.4. Os primeiros motins brasileiros

Um motim não explode de uma hora para outra, nem sequer está desvinculado de acontecimentos anteriores. Não pode ser deflagrado por apenas um indivíduo, pois precisa da solidariedade e da adesão dos seus pares. Precisa de um objetivo específico, algo a ser atingido, ou seja, é político. Isso tudo pode ser observado nos movimentos deste teor registrados no Brasil. O historiador Nelson Werneck Sodré demonstra em seu livro *A História Militar do Brasil* que os motins fazem parte da cultura militar brasileira, uma vez que eles ocorrem desde o período colonial em estruturas militarizadas, como as Forças Armadas.

Revoltas e rebeliões aconteceram no Brasil desde antes de a Família Real Portuguesa aqui desembarcar, seja por questões separatistas ou econômicas regionais, com a presença ou não de militares³⁵. Contudo, aqui serão considerados motins os eventos que surgiram após a criação da estrutura militar oficial do Brasil, em 1824, a partir da Constituição Imperial e se manifestaram dentro de uma instituição com caráter militar. Neste sentido, o primeiro motim que se tem notícia, conforme Holloway (1997, p. 74-75), começa a tomar corpo dentro do Exército Brasileiro com o objetivo de exigir a abdicação de D. Pedro I, que ocorreu

³⁵ Valem ser lembrados levantes coloniais que tiveram a participação ou foram idealizados por militares, como a Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração Baiana (1798) e a Revolução Pernambucana (1817). Ainda que esses eventos não se assemelhem aos motins contemporâneos, havia a presença de militares em seu interior.

oficialmente em 7 de abril de 1831. A marcha realizada um dia antes da abdicação seria uma preparação para o grande motim (primeiro registrado desde a formação da estrutura militar oficial) que iria ocorrer em julho daquele ano.

Com a intenção de acabar com o movimento dos militares participantes da marcha pela abdicação de D. Pedro I, o governo regente, comandado à época pelo padre Antônio Feijó, reduziu o número de soldados no exército e fortaleceu a Guarda Municipal³⁶. Foi esta força institucionalizada que conseguiu frear um princípio de motim do exército em 12 de maio de 1831, iniciado no 26º Batalhão de Infantaria do Exército Regular, que seria extinto devido à redução do corpo funcional.

Dois dias depois, contudo, “a Guarda Real de Polícia deixou seus quartéis, contrariando ordens expressas e tomou de assalto as ruas da cidade, saqueando lojas, atacando quem passava e, de acordo com alguns relatos, matando diversas pessoas e em geral ‘espalhando o terror’” (Holloway, 1997, p. 79). A ação surgida dentro da corporação policial ocorreu em solidariedade aos militares do Exército que haviam sido excluídos do corpo funcional e exigia o fim dos castigos corporais em militares. Holloway (1997, p. 80) afirma que a cidade do Rio de Janeiro passou dias “mergulhada no terror”; houve o registro de crimes, como roubos, assassinatos e até ameaça de incêndio à alfândega. A Guarda Municipal, que havia sido chamada para atuar, não o fez, demonstrando ser insuficiente aos desígnios das elites e do governo regente. O grande motim foi se esvaindo após o governo realizar um “jogo de espera”, pois percebia o seu enfraquecimento; com o poder sendo devolvido aos poucos, a regência considerou as exigências dos amotinados como “absurdas e inconstitucionais” e avançou sobre o foco do motim no dia 20 de julho, prendendo os integrantes que ainda estavam no local (Holloway, 1997, p. 81).

Como resultado do motim, o exército foi reduzido ainda mais, e a Guarda Real de Polícia, abolida, dando lugar à Guarda Nacional, que surgiu como “tampão político e contrapeso às tropas regulares (exército), cuja duvidosa fidelidade estava sendo demonstrada pela atitude que não raro assumiam de solidariedade com o povo revoltado” (Sodré, 2010, p. 144). Assim, ela seria uma força militar mais ou menos civil e também política, pois atuava em consonância com os interesses dos senhores de terra. Era prioridade dos mais ricos do

³⁶ Segundo Holloway (1997, p. 76-77), a Guarda Municipal foi criada no apagar do Primeiro Reinado para substituir “soldados por guardas municipais civis como esteio da força policial”. Embora a instituição tenha tido vida curta (apenas quatro meses), ela antecipou a formação da Guarda Nacional paramilitar, que viria a ser criada em agosto do mesmo ano. Só poderiam integrar a Guarda Municipal pessoas abastadas e que tivessem aptas a exercer o direito do voto. Os agentes não recebiam remuneração, apenas armas e munição do governo.

período neutralizar o poder do exército, relegando-o a um plano secundário, e expressar força a partir de uma instituição moldada sob suas próprias escolhas³⁷.

A Guarda Nacional e parte das Forças Armadas foram as responsáveis pela sedição de diversos motins estourados na década de 1830³⁸: no Pará, a Cabanagem (1835-1840); no Maranhão, a Balaiada (1838-1841); em Pernambuco, a Revolução Pernambucana (1831-1834); no Rio de Janeiro, a Revolta da Ilha das Cobras (1831), Revolta das Fortalezas de Villegagnon e Santa Cruz (1832), além do levante das tropas sediadas na Quinta da Boa Vista (1832); e no Rio Grande do Sul, a Revolução Farroupilha (1835-1845).

Não é intenção desta pesquisa analisar cada um desses movimentos defendendo ou refutando os que possuem características de amotinamento, mas apontar que durante a década de 1830, o contexto político de crise foi fundamental para que houvesse levantes deste teor do Norte ao Sul do País. Além disso, havia desgaste entre o governo regente e os militares no que diz respeito às funções exercidas e aos castigos físicos, ou seja, a luta política parecia motivar soldados a requererem mudanças na carreira militar. Isso pode explicar a frequência de motins durante o Período Regencial, uma vez que os militares detinham poder em função da sua organização e dos armamentos a eles conferidos.

Ainda que considere a diferenciação hierárquica como marca fundamental dos motins ocorridos um século depois (entre 1930-1945), Costa (1985, p. 2) acredita que os levantes são “momentos singulares de intensa emoção coletiva que desnudam e expõem a natureza das relações afetivas dentro do quartel quando estão a desmoronar as estruturas que organizam e modelam estas relações”. Não acredito, porém, como sugere Costa (1985), que a forma como se organizam essas relações é por meio da visão parental, na qual o superior hierárquico assume o papel de pai, e o subordinado, de filho, pois não observo correlações suficientemente fortes como a família. Preservo de sua hipótese, contudo, a afetividade intrínseca aos militares dessas instituições militarizadas, pois, se não houver solidariedade entre os amotinados, avalio que um motim também não explode.

Por isso, tendo a concordar com a visão de Leirner (1997) sobre a capacidade de a hierarquia moldar os profissionais que estão inseridos em uma estrutura militar, como explicitado anteriormente. Afinal, se a hierarquia, como estrutura atuante no centro da

³⁷ Sodré (2010, p. 150) avança que a Guarda Nacional era formada por “cidadãos em condições de serem alistados como eleitores, isto é, de certo destaque, isentos somente os inválidos e os impedidos de função pública, armados às próprias expensas, quando menos de uma lança, mas devendo ser, posteriormente, indenizados de qualquer despesa feita, organizados por companhias, sob as ordens de um comandante-geral para cada distrito, imediatamente subordinado ao juiz de paz”. Isso significava amplo poder dos mais ricos, pois só votava quem tinha posses; os comandantes eram escolhidos conforme o poder regional dos senhores de terra; e os juizes de paz eram selecionados pelos “homens bons”, que formavam as câmaras locais.

³⁸ Mais detalhes sobre esses motins podem ser encontrados nas obras de Sodré (2010) e Holloway (1997).

instituição militar há séculos, é capaz de moldar os profissionais — e por consequência suas relações afetivas —, um motim tem a capacidade de provocar rachaduras nesse sistema hierárquico por meio da insubordinação e da indisciplina, transgredindo-o.

3.1.5. A herança ditatorial

Foi no meio das rebeliões militares da década de 1830 que surgiu o Corpo Policial do Ceará, em 1835, instituição que viria a se tornar a atual Polícia Militar do Ceará. Conforme a pesquisadora Glaucíria Mota Brasil (2000, p. 54), a corporação-embrião da PMCE tinha função de polícia, auxílio à justiça e garantia da segurança pública, mas era gerida por um regimento militar. O Corpo Policial cearense iniciou suas atividades com apenas 72 praças e, em 1841, atingiu o total de 211 praças. Em 1889, com a Proclamação da República³⁹, passa a se chamar Corpo de Segurança Pública; em 1892, Batalhão de Segurança do Ceará; sofre outras mudanças, como indica Brasil (2000, p. 56-57), até chegar à nomenclatura atual em 1918.

Brasil (1989), inclusive, realiza uma ampla pesquisa histórico-bibliográfica para entender como se formaram as instituições policiais, desde o nascedouro na Europa, até a criação da chefatura de polícia no Ceará, na década de 1840⁴⁰. É a primeira pesquisa registrada no Ceará que busca conhecer como surgiu a força policial no estado. Para a pesquisadora, a polícia “ao se tornar uma instituição ligada ao centro do poder político, fez-se responsável pela vigilância e pelo disciplinamento social, através do poder que exerce, dos mecanismos que põe em funcionamento e dos elementos que utiliza como sua atividade específica” (Brasil, 1990, p. 24).

Segundo a pesquisadora, porém, não há muitas diferenças entre as instituições que nascem no Brasil e especificamente no Ceará, pois, em comum, estão as funções de policiamento e de garantia da disciplina (1990, p. 42). Ainda que o território seja relevante, há uma relação intrínseca com o Exército e com a própria formação do Estado que permite

³⁹ A Proclamação da República foi fruto de um motim militar da alta cúpula do Exército Brasileiro, o que demonstra como a história do País e as grandes mudanças políticas que ocorreram por aqui — como a Independência, a República e a Ditadura — foram provocadas pela ação política de militares das Forças Armadas.

⁴⁰ Brasil (1990, p. 44-45) considera que há três fases de desenvolvimento da instituição policial no Brasil e especificamente no Ceará. A primeira inicia com a chegada da família real e se estende até o momento de criação da Intendência Geral de Polícia da Corte; neste momento há diversas tentativas de constituir uma força que prestasse os serviços de polícia para além do Exército. A segunda fase se inicia em 1841 com a criação da Chefatura de Polícia no Brasil (no Ceará, ela foi criada em 1842) e vai até a sua extinção, em 1937; esse período compreende uma série de disputas político-administrativas para definir qual instituição deveria deter os papéis de polícia. A terceira fase, conforme a pesquisadora, inicia com a criação da Secretaria de Polícia e Segurança Pública, em 1937, e segue até os dias atuais, com a compreensão de que uma estrutura fixa e de Estado deve funcionar para determinar as ações estratégicas de polícia.

assumir o pressuposto de que há uma espinha dorsal que conecta as polícias dos diversos estados brasileiros.

O registro desses fatos históricos tem como objetivo apontar a criação da estrutura militar no Ceará. Porém, como já foi indicado ao longo deste texto, o militarismo que vem da colônia continuou a ser fortalecido nas instituições policiais em todo o Brasil e ganhou ainda mais força a partir da Ditadura Militar, em 1964. Por 21 anos, as polícias militares estaduais estiveram sob tutela dos militares do Exército Brasileiro e, conforme Valente (2012, p. 208), elas seriam instrumentos fundamentais para a aplicação da ordem neste período, cuja base teórica era a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), a qual dividia o mundo em dois blocos opostos: capitalista (aliado) e comunista (inimigo):

Algumas características (das polícias) as tornavam aptas na ação urbana em favor do regime de exceção e justificam as transformações de suas atribuições e o aumento de sua importância durante a ditadura: seu contingente era maior do que o das Forças Armadas, seu armamento era adequado à repressão das perturbações da ordem e a sua atuação permitia o controle próximo das forças de oposição (Valente, 2012, p. 208).

Desta forma, as PMs estaduais atuaram, para além das funções policiais durante a Ditadura, como forças auxiliares do regime na busca de dissidentes políticos, sendo instrumentalizadas politicamente e tendo o viés militarista já inerente às suas identidades fortalecido. Em 21 de outubro de 1969, apenas cinco anos depois do golpe, é decretado o Código Penal Militar (CPM), que institui o motim e a revolta como “crimes contra autoridade ou disciplina militar”⁴¹. Movimentos deste teor podem resultar em reclusão de quatro a 20 anos para militares infratores (Brasil, 2023⁴²). Esta lei ainda não foi revogada e é a base para o disciplinamento de agentes das Forças Armadas e das polícias militares.

Era de se esperar que a redemocratização do País, iniciada em 1985, colocasse um fim à estrutura militarizada das polícias que atuaram fortemente durante a Ditadura contra a soberania popular, mas isso não aconteceu. De acordo com Zaverucha (2005, p. 54), a Constituição Cidadã de 1988 “manteve muitas prerrogativas militares não-democráticas existentes na constituição autoritária passada”, especialmente no que diz respeito às Forças Armadas, polícias militares estaduais, justiça militar e segurança pública como um todo. O autor ainda considera que os políticos civis não questionaram o legado autoritário deixado

⁴¹ O CPM foi instituído por meio do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 e até o momento da publicação desta dissertação não foi revogado. No artigo 149, são apresentadas as características que configuram as infrações de “motim” e “revolta”. A lei está disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1001.htm.

⁴² Esta referência diz respeito ao Código Penal Militar, de 1969. Contudo, ao longo do tempo, o texto sofreu diversas modificações. As mais recentes atualizações ocorreram em 2023, por isso, mantive o ano mais atual como a referência base.

pelos anos de chumbo e deram aos “amplos poderes militares um verniz democrático” (Zaverucha, 2005, p. 54), tanto que não adicionaram ao texto constitucional vedações às atuações militares, mas garantiram que as polícias militares e os bombeiros estaduais fossem considerados como “forças auxiliares e reservas do Exército” (Brasil, 2024⁴³).

Só foram acrescentados na Constituição Federal impedimentos claros às atuações militares em 1998, durante o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Em 1997, vários motins de polícias militares no País, originados a partir da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), foram deflagrados como um “efeito dominó”, em ações que até então não haviam sido vistas no período pós-Ditadura.

3.1.6. O dominó de 1997

Para entender como se organizam os motins atuais, é fundamental passar pelo ano de 1997, quando, em junho, um movimento reivindicatório dentro da PM de Minas irrompeu a hierarquia por meio da indisciplina, assim como os demais motins do Exército já citados nesta pesquisa. De acordo com Alves (2013, p. 11), o movimento foi motivado por melhorias nos salários e no regramento militar vigente, o qual concedia maiores privilégios aos oficiais em detrimento das praças. Almeida (2010, p. 28) acrescenta “o maior grau de escolaridade dos praças, a organização dos policiais militares em clubes e associações, a politização e a presença feminina” como aspectos que “prepararam, de certa forma, o ciclo nacional de protestos ocorrido em 1997”.

Essa nomenclatura foi atribuída por Almeida (2010) porque os efeitos do Ciclo Nacional foram sentidos em atos e paralisações ocorridos em 14 estados brasileiros⁴⁴, incluindo o Ceará, como se fosse provocado por um “efeito dominó” em função do sucesso das ações dos policiais mineiros. Além disso, a crise na segurança pública requereu forte articulação da Presidência da República junto aos estados que, constitucionalmente, eram responsáveis pela gestão das PMs em rebelião.

No entanto, enquanto o motim em Minas Gerais durou cerca de 15 dias — resultando inclusive na morte de um praça da PMMG⁴⁵ —, os policiais amotinados cearenses só conseguiram sustentar suas pautas nas ruas por três dias. Em Fortaleza, a movimentação

⁴³ Esta referência a Constituição Federal de 1988, a qual, assim como o Código Penal Militar, recebeu várias alterações e inclusões nos últimos anos, sendo a mais recente realizada em 2024.

⁴⁴ Foram registrados motins nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo (Almeida, 2010, p. 22).

⁴⁵ Mais detalhes sobre os protestos de policiais militares em Minas Gerais, ocorridos entre os dias 12 e 26 de junho de 1997, estão na tese de Almeida (2010) e na dissertação de Alves (2013).

iniciou no dia 29 de julho de 1997 e terminou no dia 31, após prisão, afastamento e/ou exoneração de lideranças policiais do movimento.

Não considero, tal qual Almeida (2010), que houve um *novo repertório de ação coletiva*⁴⁶ da Polícia Militar durante os motins de 1997 a partir de Minas Gerais. Assumir este ponto de vista seria negar a capacidade de a hierarquia garantir toda a estrutura militar ao longo da história brasileira, bem como desconsiderar o fato de que as instituições militares têm em si o motim como parte da sua cultura, como já foi aqui demonstrado. Então, não seria correto considerar os motins de 1997 como novos repertórios de uma ação coletiva, mas, sim, suficientes para apontar na contemporaneidade a possibilidade de retomar ações e táticas que haviam sido utilizadas anteriormente em corporações militares. Tanto que o motim cearense de 1997 estourou após a quebra direta da hierarquia, quando o comandante da Polícia Militar do Ceará, o então coronel Mauro Benevides, foi atingido nas costas por um tiro cujo disparo até hoje não se sabe quem efetuou. Isso traz a obrigação de lembrar em especial os motins ocorridos no Ceará em 1997 e em 2011/2012 para poder analisar os pormenores do motim mais recente, em 2020.

3.1.7. Os motins cearenses

Em artigo para o congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), em setembro de 2023, analisei a visão dos jornais *O Povo* e *Diário do Nordeste* sobre o motim de 1997⁴⁷ no Ceará, que ocorreu durante a gestão do então governador Tasso Jereissati (PSDB). O líder político integrava o que Brasil (2000) chama de “Governo das Mudanças”, período iniciado com a primeira gestão de Jereissati no Governo do Estado, em 1987, o qual rompia com o período dos coronéis⁴⁸.

⁴⁶Almeida (2010, p. 22) constrói sua tese citando o conceito de Charles Tilly sobre “repertório de ações coletivas”, o qual é caracterizado como “um conjunto limitado de estratégias já conhecidas, circunscritas por táticas anteriores e recursos à disposição, para atingir certos fins”.

⁴⁷É preciso ressaltar que o motim de 1997 aconteceu em meio a uma das festas particulares mais conhecidas da Capital, o carnaval fora de época intitulado Fortal. Esse festival ocorre desde 1993 e atrai multidões do Brasil todo. Considero importante essa pontuação porque os motins cearenses irrompem justamente em momentos de grandes festas populares. Em 2011/2012, o movimento foi deflagrado próximo ao Réveillon; em 2020, pouco antes de iniciar o Carnaval. Ou seja: há uma tática que visa ao caos público em meio a esses eventos onde há grande circulação de pessoas.

⁴⁸Brasil (2000, p. 88-93) afirma que o Estado do Ceará desde a Ditadura era governado por uma tríade de coronéis, composta por Virgílio Távora, César Cals e Adauto Bezerra, que revezavam o poder de acordo com os presidentes militares que os indicavam. Só em 1986, com a abertura democrática e o rompimento de Gonzaga Mota (então governador eleito que havia sido ex-secretário de Virgílio Távora), a vitória de Tasso Jereissati (ainda no PMDB) impõe ao Ceará o fim da época dos coronéis, uma vez que ele representa os empresários industriais do Estado. Tasso (já no PSDB) retorna ao governo para cumprir dois mandatos, entre 1995 e 2002, justamente quando ocorre o primeiro motim cearense.

Apesar das mudanças na gestão que impulsionaram o desenvolvimento do Ceará e o crescimento da máquina estadual, a segurança pública se tornou um problema a ser resolvido. Ao fazer um balanço dos 13 primeiros anos do grupo político no poder, Glauécia Mota Brasil (2000, p. 104) avalia que a segurança pública era o “calcanhar de Aquiles” de Tasso e seus congêneres, pois era “uma área problemática e causadora de desgastes políticos sucessivos aos seus dirigentes”. Tanto era que os policiais militares cearenses, influenciados pelo relativo sucesso obtido em Minas Gerais, resolveram parar.

Figura 1 – Coronel Mauro Benevides é baleado em motim de 1997



Fonte: Imagem do repórter fotográfico Evilázio Bezerra, presente na página 3E, da edição de 30 de julho de 1997 do jornal *O Povo*.

Os jornais da época contam que o movimento reuniu policiais civis e militares que requeriam incremento no salário, pagamento de diárias e aumento no percentual de risco de vida aos agentes. Reunidos, eles saíram às ruas em direção ao Palácio da Abolição, sede do Governo do Estado, e se depararam com tropas de polícias especializadas fiéis ao governador, como o Grupo de Ações Táticas Especiais (Gate) e o Batalhão de Choque.

Uma confusão mal explicada entre as tropas fiéis ao governo e os policiais amotinados provocou um conflito armado que deixou seis feridos, entre eles o comandante-geral da Corporação, Mauro Benevides. O coronel foi atingido por uma bala no ombro, encaminhado a um hospital e retornou ao trabalho dias depois. (Freitas, 2023, p. 3)

Após a tensão provocada pelo disparo que atingiu Benevides, o motim foi sendo fortalecido nas ruas com buzinações e apitações. Ao mesmo tempo, Tasso ameaçou os militares com punição, fechou canais de diálogo e abriu concurso para policiais interessados em assumir as funções dos amotinados. No plano federal, o então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) autorizou o uso do Exército e da Polícia Federal para suprir a vacância deixada pelos militares revoltosos.

Quando se pensou que o movimento iria ganhar ainda mais espaço no seu segundo dia, as lideranças foram presas. Apesar disso, não houve impedimento para ações como passeatas, ainda que tivesse redução na adesão dos policiais ao movimento. No terceiro dia, em 31 de julho, o governo publicou uma lista com afastamentos e exonerações dos amotinados que já haviam sido identificados. Percebeu-se que “em razão da rápida e dura ação do governo estadual em compactuação com o governo federal, o movimento foi suprimido no início da tarde, sem atendimento às demandas militares” (Freitas, 2023, p. 3).

Já o motim de 2011/2012 surge em outro contexto sócio-político. O grupo que comandava o Estado durante o primeiro motim, encabeçado pelo ex-governador Tasso Jereissati (PSDB), havia perdido as eleições estaduais em 2007. Chegou ao poder Cid Gomes (na época do PSB), um dos líderes do grupo político dos irmãos Ferreira Gomes, naturais de Sobral, cidade no Norte do Ceará, berço político da família. Ciro, o irmão mais velho, já havia sido governador durante o “Governo das Mudanças”, mas rompeu com Jereissati.

Sabendo da crise de segurança pública que atingia o Ceará, Cid chegou ao poder com a idealização do programa Ronda do Quarteirão, que consistia na política de policiamento comunitário, a qual, grosso modo, pressupunha uma interação maior entre agentes e população no combate à criminalidade. Contudo, a hierarquia não deixou de ser base para a atividade policial e, por isso, os praças continuaram em subordinação aos oficiais dentro da estrutura da PM, inclusive com diferenciação entre novos e velhos agentes. Segundo Silva Neto e Sá (2014, p.7), isso levou à insatisfação da corporação por causa de “precárias condições de trabalho, a não reformulação do sistema de promoção, além de seus baixos salários e gratificações”.

A insatisfação, conforme Silva Neto e Sá (2014, p. 7-10), ganhou as redes sociais e as ruas e recebeu apoio de associações de agentes de segurança. O grupo teve a ideia de fortalecer a imagem de um policial para concorrer a cargos eletivos e, por isso, sugeriu o nome de Wagner Sousa, capitão da PM. Após ter ficado na suplência de deputado estadual no pleito de 2010, Wagner fez a articulação política do motim que viria a ser deflagrado em 29 de dezembro de 2011, às vésperas do Réveillon.

Com tática diferenciada da realizada em 1997, os amotinados resolveram ocupar o Batalhão de Polícia Militar no bairro Antônio Bezerra, periferia de Fortaleza, pois isso “tornaria difícil uma possível invasão por parte dos membros das tropas de Choque” (Silva Neto e Sá, 2014, p. 10). Houve, conforme os pesquisadores, convocação presencial e por telefone por parte dos policiais amotinados a outros agentes que não paralisaram as ações, especialmente dos batalhões de elite. Percebe-se que, apesar de o movimento ter como liderança um oficial intermediário (capitão), a maior quantidade de demandas vinham dos praças, liderados pelo presidente de uma associação⁴⁹ e que viria a ser deputado federal posteriormente, o cabo Flávio Sabino.

Figura 2 – Policiais amotinados se reúnem à frente de batalhão em Fortaleza



Fonte: *printscreens* de imagem do repórter fotográfico Kid Júnior, presente na página 8, da edição de 31 de dezembro de 2011 do jornal *Diário do Nordeste*.

Uma comissão formada por integrantes dos amotinados e do governo do Estado tentava a todo momento chegar a um acordo, ainda sem sucesso. Contudo, em 3 de janeiro de 2012, os boatos que já se disseminavam na cidade ganharam ampla discussão na mídia e nas redes sociais, com relatos de arrastões em diversos pontos:

⁴⁹ A associação liderada pelo então Cabo Flávio Sabino durante o motim de 2011 chamava-se Associação dos Cabos e Soldados Militares do Ceará (ACSMCE). Essas instituições estão no cerne das lutas políticas dos policiais militares desde que foram constituídas como alternativas aos sindicatos corporativos.

O dia 03 de janeiro de 2012 configura-se como o estopim da desconsideração da tropa da Polícia Militar sobre o corpo de oficiais. Fortaleza encontrava-se deserta. O fluxo de carros era mínimo e aqueles que se viam trafegar viajavam no sentido praia ao interior do estado. Os voos do aeroporto Pinto Martins saíam lotados, todos os turistas deixaram a capital cearense às pressas (Silva Neto e Sá, 2014. p. 13)

Segundo Silva Neto e Sá (2014, p.14), sabendo da necessidade de não perder o apoio popular, as lideranças do motim se aproximaram de representações religiosas e de empresários com o intuito de garantir o apoio da sociedade civil às suas demandas. Na tarde do dia 3, o governo enviou uma proposta que havia sido discutida entre os militares e alguns empresários horas antes. Foram garantidas atualização das gratificações, redução de carga horária e anistia aos policiais amotinados. Além disso, outros pontos reivindicados ficaram para discussão posterior ao retorno dos agentes às ruas. Nas eleições municipais de 2012, Wagner Sousa foi eleito como o vereador mais votado de Fortaleza com 43.655 votos.

O último motim registrado no Ceará, que é especificamente parte do objeto desta dissertação, emergiu em 18 de fevereiro de 2020. Em um contexto sócio-político também diferente, cujo governo era comandado por Camilo Santana (PT), alçado ao poder pelo seu antecessor, Cid Gomes, em 2014. A política de segurança pública focada no Ronda do Quarteirão havia fracassado e, para suplantá-la, Camilo propôs a estratégia do Ceará Pacífico, que tentava, por meio da pactuação entre os entes formadores da estrutura social, atuar de forma estratégica, gerencial e operacional⁵⁰.

No mesmo dia 18 de fevereiro, grupos de policiais encapuzados paralisaram carros em vias públicas e ocuparam quartéis nas mais diversas regiões do estado. As imagens, que circularam em redes sociais e estamparam jornais locais e nacionais⁵¹, davam início à terceira paralisação das atividades militares no território cearense desde a redemocratização.

O auge do motim de 2020 ocorreu um dia depois das primeiras ações do movimento, quando o senador Cid Gomes foi baleado⁵² após avançar com uma retroescavadeira contra um grupo de policiais amotinados em um quartel na cidade de Sobral, berço político da família Ferreira Gomes. Os motins, que até 2011/2012 se concentravam em Fortaleza, se expandiram para diversos municípios, como Sobral, Juazeiro do Norte e Caucaia. Nos moldes da segunda

⁵⁰ A dissertação de Lins (2020) traz mais detalhes sobre as políticas de segurança pública do governo Camilo Santana (2014-2022), em especial o Ceará Pacífico.

⁵¹ Três policiais são presos em Fortaleza por cerca veículo da PM e furar pneus. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/02/18/tres-policiais-sao-presos-por-tentar-paralisar-atividades-militares-no-ceara.ghtml>.

⁵² Senador Cid Gomes é baleado durante motim de PMs. Disponível em: <https://diarionordeste.verdesmares.com.br/seguranca/senador-cid-gomes-e-baleado-durante-motim-de-pms-1.2213194>.

paralisação, uma comissão intersetorial também foi formada para realizar as negociações entre amotinados e governo. O Exército Brasileiro também foi convocado para atuar na segurança pública das cidades, em especial na Capital, e só finalizou a chamada “Operação Mandacaru” após o dia 1º de março, quando o motim foi desmobilizado sem qualquer vantagem garantida aos policiais que o iniciaram.

Figura 3 – Capitão Wagner Sousa discursa para amotinados



Fonte: Imagem do repórter fotográfico Fco. Fontenele, presente na página 6, da edição de 20 de fevereiro de 2020 do jornal *O Povo*.

Procurei neste tópico apontar as bases de compreensão sobre o motim cearense de 2020, considerando não apenas o seu aspecto histórico, mas também como o militarismo atua nesses momentos por meio da hierarquia e da disciplina. Considero particularmente interessante destacar como os motins cearenses se imbricam entre si não apenas pelo território ao qual estão circunscritos, mas também pela presença de personagens e surgimento de acontecimentos que insistem em reaparecer.

Em 1997, o coronel Mauro Benevides foi atingido por um tiro, assim como Cid Gomes o foi em 2020. O próprio Cid Gomes foi o governador responsável pela gestão da crise criada durante o motim de 2011/2012 e alvo prioritário do grupo político policial que surgiu a partir da insatisfação com o programa Ronda do Quarteirão. Já Capitão Wagner Sousa e Cabo Flávio Sabino, que comandaram o de 2011/2012, tornaram-se deputados por

causa dessa movimentação, mas atuaram também durante 2020: Wagner na comissão de negociação, Sabino nas trincheiras do batalhão. Por esses e outros aspectos, considero fundamental a questão histórica dos motins, da polícia e do militarismo para compreender como se dá a construção da representação social desse evento recente no âmbito do jornalismo cearense.

3.2 — Familiarizando um motim

Considerar os aspectos históricos para entender o processo de construção de uma representação social é fundamental nesta dissertação. Tendo como base o que compreende Moscovici (2007, p. 36), acredito que as representações pressupõem uma estrutura prévia e uma tradição que existem antes mesmo de um indivíduo passar a pensar nelas. Para o autor, “tudo o que circula na sociedade implica um elo de prévios sistemas e imagens que formam uma memória coletiva de reprodução na linguagem (Moscovici, 2007, p. 37). Ou seja: a construção das representações sociais do motim de 2020 pelos (as) jornalistas só pode ser compreendida levando em consideração a existência de precedentes históricos e culturais dessas questões e como os (as) profissionais de comunicação se *familiarizaram* com o acontecimento em si.

O antropólogo Gilberto Velho discute no seu texto *Observando o familiar*, de 1978, notas sobre uma metodologia possível na antropologia e nas ciências sociais sobre o que seria, para ele, a ideia de um objeto *familiar*. No argumento, ele tensiona a existência do conceito convencionalizado e avalia que há diversas nuances no processo de familiarização de um determinado objeto. De acordo com o autor,

O que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico mas, até certo ponto, conhecido. No entanto, estamos sempre pressupondo familiaridades e exotismos como fontes de conhecimento ou desconhecimento, respectivamente (Velho, 1978, p. 39).

Ainda que o antropólogo cite especificamente a metodologia aplicada aos pesquisadores de ciências sociais, acredito que cabe, como um exercício, estender as características para jornalistas, que também estão em constante movimento na cidade e experienciam acontecimentos de maneiras particulares. Por isso concordo com Velho (1978) quando ele afirma que o contexto sociocultural e de correlação entre os mundos dos (as) pesquisadores (as) – aqui amplio para também caber na análise os (as) jornalistas –, varia de acordo com o indivíduo, visto que “a ‘realidade’ (familiar ou exótica) sempre é filtrada por

um determinado ponto de vista do observador, ela é percebida de maneira diferenciada” (Velho, 1978, p. 42-43).

Isso não indica, por ser familiar ao (à) pesquisador (a) ou ao (à) jornalista, que o objeto em si ou o processo de familiarização é algo menos complexo. Pelo contrário. É preciso, como indica Gilberto Velho, considerar a complexidade desta realidade, especialmente em função de rotinas, hábitos e estereótipos que são inseridos na nossa socialização e competem com a familiarização de determinados sujeitos/objetos/acontecimentos. Por essas razões, não é o objetivo aqui supor uma familiarização específica de cada jornalista, mas explicar como se dá esse processo e como ele reverbera na representação social do motim de 2020.

Para isso, é necessário recorrer à Moscovici (2007), que conecta a ideia de representação social à familiarização, vinculando a primeira à necessidade de existência da segunda. Para o autor, as representações têm uma finalidade específica: “tornar familiar algo não-familiar, ou a própria não-familiaridade” (p. 54) ou “tornar comum e real algo que é incomum” (p. 58). Moscovici parece concordar com Velho ao ressaltar como as representações se dão no bojo da sociedade e explica, a partir de um exemplo de um “homem da rua”, que seria, grosso modo, uma pessoa comum que vive em uma sociedade não midiaticizada.

A maioria das opiniões provindas da ciência, da arte e da economia, que se referem a universos reificados, diferem, de muitas maneiras, das opiniões familiares, práticas, que ele construiu a partir de traços e peças das tradições científicas, artísticas e econômicas e diferem da experiência pessoal e dos boatos. Porque eles diferem, ele tende a pensar neles como invisíveis, irrealis - pois o mundo da realidade, como o realismo na pintura, é basicamente resultado das limitações e/ou de convenção. Ele, pois, pode experimentar esse sentido de não-familiaridade quando as fronteiras e/ou as convenções desaparecerem; quando as distinções entre o abstrato e o concreto se tomarem confusas; ou quando um objeto, que ele sempre pensou ser abstrato, repentinamente emerge com toda sua concretude etc. Isso pode acontecer quando ele se defronta com um quadro da reconstrução física de tais entidades puramente nacionais como os átomos e os robôs, ou, de fato, com qualquer comportamento, pessoa ou relação atípico, que poderá impedi-lo de reagir como ele o faria diante de um padrão usual. (Moscovici, 2007, p. 55).

O exercício que Moscovici (2007) faz para tentar explicar seu entendimento sobre a familiarização, ao usar o caso do “homem da rua”, ajuda a compreender essa disputa de

mundos que ocorre durante o processo de construção de uma representação social. No caso, é algo novo (que vem das artes, da ciência e da economia, por exemplo), que difere diametralmente das construções que o indivíduo faz a partir das relações familiares e fraternais, das tradições (artísticas, científicas e econômicas) às quais ele já estava acostumado. Esse terreno de disputas é interessante e é compreendido por ele como a familiarização.

Aplicando essa lógica para o objeto desta dissertação, há, inevitavelmente, um processo de familiarização durante o acontecimento (motim de 2020) para os (as) jornalistas cearenses. Essa familiarização é o processo inicial da construção de uma representação social, como indica Moscovici (2007). Contudo, um motim não é algo incompreensível para os (as) profissionais que atuaram na cobertura em questão, pois alguns (algumas) jornalistas já haviam trabalhado na cobertura de motins anteriores, tinham vivido como cidadãos comuns durante esses eventos ou só ouvido falar deles pela própria imprensa. Isso, porém, não exclui a familiarização com o acontecimento de 2020, pois a ideia de apuração – que está vinculada diretamente à profissão de jornalista – ajuda na familiarização do evento, dando um ar particular e tornando-o único.

Conforme Moscovici, um objeto só pode ser familiarizado se ele for, obviamente, não-familiar de alguma forma. Para o autor, o não-familiar “parece ser visível sem o ser [...], atrai e intriga as pessoas e comunidades enquanto, ao mesmo tempo, as alarma, as obriga a tornar explícitos os pressupostos implícitos que são básicos ao consenso” (Moscovici, 2007, p. 56). No caso do motim de 2020, é exatamente o que acontece. Motins sempre existiram, como já ficou demonstrado neste capítulo, mas espera-se que não venham a acontecer novamente. Até porque, embora alguns aspectos culturais da natureza do amotinamento sejam preservados, há novas ações que tornam o evento novo não-familiar e, por consequência, capazes de atrair e intrigar as pessoas, especialmente os (as) jornalistas que trabalham calcados nas ideias do jornalismo tradicional, que são baseadas na lógica da noticiabilidade⁵³.

É importante ressaltar que, para Moscovici (2007, p. 58), sempre haverá uma tensão entre o familiar e o não-familiar. Neste aspecto, o primeiro tende a sobrepor o segundo, pois o

⁵³ Para Traquina (2005a, p. 63), noticiabilidade é “o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo 'valor-notícia'”. O incomum ou não-familiar, embora não seja tratado desta forma especificamente por Traquina, pode ser traduzido no valor-notícia “inesperado”, embora não deixe de congregiar outros, como “novidade” ou “controvérsia”.

movimento de familiarização aciona outros aspectos culturais vivenciados que podem ajudar a compreender o não-familiar. Esse processo nos faz superar o problema da não-familiaridade e integrá-la ao nosso mundo mental e físico, transformando-o. Então o não-familiar passa a ser possível e torna-se algo que está presente na nossa vida, como uma correlação feita instintivamente, ao acionar o familiar. É como uma sensação de *déjà connu*⁵⁴.

Neste capítulo, busco demonstrar como aspectos prévios de um acontecimento atual são importantes no processo de familiarização e, por consequência, de construção de representações sociais, como a história e os aspectos mnemônicos. Procuro seguir o que Moscovici (2007) colocou como foco nas pesquisas desta área, avaliando como fundamental descobrir quais os aspectos não-familiares que emergem da construção da representação social do motim de 2020 e quais são os motivadores. Mas antes disso, creio ser importante distinguir os processos de ancoragem e objetivação, considerados pelo autor como geradores de representações sociais ou, nas palavras dele, “esses mecanismos (que) transformam o não familiar em familiar” (Moscovici, 2007, p. 61).

3.2.1. Ancoragem e objetivação

Explicar os processos de ancoragem e objetivação pressupostos na Teoria das Representações Sociais requer um pouco de cuidado e trato nas informações para que elas não sejam sobrepostas e expressem uma visão estruturalista. Vale pontuar que ambas acontecem praticamente de forma concomitante e uma pressupõe a outra. Entendo que elas tendem a acontecer de forma tão rápida na mente do indivíduo que se tornam praticamente coexistentes.

O próprio significado do verbo ancorar já demonstra como se dá esse mecanismo pelo indivíduo durante a construção de uma representação social. É como pensar em uma embarcação que precisa garantir sua estabilidade no mar e, para isso, um marinheiro lança uma âncora na água com o intuito de manter a embarcação fixa. Na teoria proposta por Moscovici (2007, p. 60), o mecanismo “tenta ancorar ideias estranhas, reduzi-las a categorias e a imagens comuns, colocá-las em um contexto familiar”.

Conforme o autor, o ato de ancorar tem o objetivo de vincular algo que é estranho, intrigante e diferente e compara (determinado objeto/sujeito/acontecimento) “com o paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada” (Moscovici, 2007, p. 61). Há,

⁵⁴ *Déjà connu* é uma expressão em francês em que uma pessoa tem a impressão de lembrar de alguém no momento em que conhece outrem, que nunca havia visto anteriormente. Pode ser traduzido para o português como “já conhecido”.

desta forma, um processo de transferência inconsciente do desconhecido para o conhecido, como uma adaptação necessária para que seja possível compreender aquele algo supostamente novo, que o cérebro trata de fazer conexões e alusões ao conhecido. Ou seja: o indivíduo tende a fixar essa transferência a fim de dar coerência ao desconhecido.

Para Moscovici (2007), o ato de ancorar se subdivide em dois outros: classificar e nomear. A classificação, por exemplo, é capaz de engendrar uma estrutura confinante que pressupõe “limites linguísticos, espaciais e comportamentais cercados de hábitos” (p. 62). Segundo o autor, antes de darmos nome a um objeto/sujeito/acontecimento, é necessário confiná-lo em uma estrutura já existente em nossas mentes para então conectá-lo a algo que já existe para nós.

Entendo a nomeação, por sua vez, diferentemente do autor⁵⁵. Para mim, nomear também é um ato de classificação, seguinte ao processo de confinamento mental, pois nomear classifica perante os demais. Quando chamo alguém de Eduardo, ele não é, para mim, automaticamente Eduarda, nem Felipe, muito menos Isabel. O mesmo acontece com o motim, quando nomeio motim, não o chamo de paralisação, de greve, de movimento, ainda que essas nomenclaturas sejam utilizadas como sinônimos no processo de construção da notícia jornalística. Quando chamo motim, entendo tal evento como um motim. A palavra dá força, pois ela é um ato classificatório. Essa categorização diferencia e tem o poder de individualizar. “Se é verdade que nós classificamos e julgamos as pessoas e coisas comparando-os com um protótipo, então nós, inevitavelmente, estamos inclinados a perceber e a selecionar aquelas características que são mais representativas desse protótipo” (Moscovici, 2007, p. 64). Mas há um porém: o protótipo pode levar a classificações “apressadas” e já feitas anteriormente.

Moscovici (2007, p. 64) exemplifica essas classificações “apressadas” com um trabalho realizado por Denise Jodelet em diversas aldeias sobre a percepção das pessoas que moravam lá a partir da introdução de uma outra pessoa com deficiência intelectual no local. O

⁵⁵ Moscovici compreende o ato de nomear como algo diferente de classificar. Para ele, “essas são duas atividades distintas. Em nossa sociedade, nomear, colocar um nome em alguma coisa ou em alguém, possui um significado muito especial, quase solene. Ao nomear algo, nós o libertamos de um anonimato perturbador, para dotá-lo de uma genealogia e para incluí-lo em um complexo de palavras específicas” (2007, p. 66). Moscovici usa argumentação parecida quando trata de pessoas anônimas (sem nome) ao afirmar que elas são relegadas “ao mundo da confusão, da incerteza e da inarticulação”. Eu, particularmente, não concordo novamente com o teórico, pois ao considerar uma pessoa como anônima, ela já está classificada justamente como anônima, ou seja, ativo mentalmente uma estrutura que caracteriza a pessoa e dá sentido à ideia de anonimidade. Desta forma, ela pode até não ter nome, não ser conhecida, estar no mundo da incerteza, mas ela passa a ser uma pessoa, para mim, com todas as características construídas por mim, ao longo da vida, que a complexificam como uma pessoa anônima.

resultado da pesquisa demonstrou que a visão dos (as) aldeões (ãs) era uniforme: eles (as) percebiam mais os comportamentos considerados “esquisitos” do que a gentileza e a humanidade das pessoas com deficiência. Ou seja: a classificação e a nomeação podem ser aspectos que iniciam, de uma certa forma, um enquadramento relativamente equivocado, mas real, de um objeto/sujeito/acontecimento que acaba salientando determinada característica a partir do próprio histórico do protótipo já mencionado.

Já a objetivação, para Moscovici (2007), é a capacidade que o indivíduo tem de materializar, tornar real ou concretizar determinado objeto/sujeito/acontecimento. Segundo o autor:

Objetivação une a ideia de não-familiaridade com a de realidade, torna-se a verdadeira essência da realidade. Percebida primeiramente como um universo puramente intelectual e remoto, a objetivação aparece, então, diante de nossos olhos, física e acessível. Sob esse aspecto, estamos legitimados ao afirmar, com Lewin, que toda representação torna real – realiza, no sentido próprio do termo – um nível diferente da realidade. Esses níveis são criados e mantidos pela coletividade e se esvaem com ela, não tendo existência por si mesmos (Moscovici, 2007, p. 71)

É possível compreender que a objetivação é o ato final da construção da representação social, pois ele encerra a construção e o molde de uma nova imagem a partir do protótipo anterior e promove a assimilação deste novo objeto/sujeito/acontecimento construído pelo indivíduo. É justamente o proposto pelo teórico ao dividir a objetivação em dois movimentos: a fase da imagem (também chamada de transfiguração) e a sua assimilação. É neste momento que a representação social é colocada de fato no mundo, compartilhada, expressada e moldada pelo indivíduo.

De acordo com Moscovici (2007, p. 73), quando um sujeito/objeto/acontecimento é objetivado, não há nenhum impedimento para que haja mudanças posteriores nessa representação. Contudo, ele avalia que essas mudanças só ocorrem em conformidade com os referenciais familiares que se constituem na consciência do indivíduo e correspondem ao que foi recentemente aceito. Exemplos dessa capacidade mutável das representações podem ser observadas em diversas esferas, como na linguística.

Vejam o termo “não passarão!”, expressão utilizada historicamente por pessoas com viés de esquerda. Ainda que não haja confirmação da sua origem, o termo ganhou fama com a militante comunista Dolores Ibárruri durante a Guerra Civil Espanhola, em 1936. Dolores, conhecida como “*La Pasionaria*”, era uma das políticas contrárias ao golpe e ao

regime do então ditador fascista espanhol Francisco Franco. Em contrapartida ao “não passarão” (“*¡No pasarán!*”, em espanhol) usado por ela⁵⁶, os fascistas espanhóis utilizavam o termo “já passamos” (“*¡Ya hemos pasado!*”, em espanhol)⁵⁷. Ainda que o termo tenha preservado sua construção político-ideológica por quase 90 anos, atualmente ele não é usado apenas contra à extrema-direita, como na década de 1930. Hoje em dia, militantes de movimentos raciais e pela igualdade de gênero utilizam a expressão como autoafirmação e posição política para tentar barrar os avanços de grupos ou indivíduos que atentam contra suas existências. Ou seja: apesar da preservação no ínterim do termo, ele foi sofrendo novas mutações e se adaptou às discussões sociais contemporâneas. Segundo Moscovici, houve uma separação entre o termo original e o corrente, pois ele “adquiriu uma espécie de independência, do mesmo modo como acontece com um provérbio bastante comum, que vai sendo gradualmente separado da pessoa que o disse pela primeira vez e torna-se um dito corriqueiro” (2007, p. 73).

No próximo tópico, pretendo entender como os (as) jornalistas nomeiam este evento nos jornais e quais as suas percepções sobre essa nomeação que estão em suas entrevistas. Minha proposta é verificar como o termo é utilizado nos jornais à época, quais os sinônimos utilizados – e se, de fato, eles são usados como sinônimos – e como os (as) próprios (as) jornalistas argumentam a utilização do termo “motim” para classificar o acontecimento.

3.3 — Por que chamam motim?

Nesta etapa será necessário relacionar a análise lexical feita nos conteúdos jornalísticos publicados pelos jornais *O Povo* e *Diário do Nordeste* durante a cobertura do motim da Polícia Militar de 2020 com as respostas dadas durante as entrevistas com os (as) profissionais que tratam especificamente do evento de 2020. Inicialmente irei tratar das questões que foram apresentadas na entrevista para, em seguida, apresentar as palavras – e suas presenças nos textos – que puderam ser captadas nos conteúdos jornalísticos da época. Para tanto, trago aqui as perguntas para os (as) jornalistas entrevistados (as) no eixo 3 do roteiro da pesquisa:

⁵⁶ Dolores Ibárruri, em 19 de julho de 1936, fez o discurso com o termo “*¡No pasarán!*”, com transmissão pelo rádio contra o avanço do fascismo na Espanha, durante a Guerra Civil do País. Mais em: <<https://www.culturagenial.com/es/discurso-no-pasaran-de-dolores-ibarruri/>>.

⁵⁷ O partido de extrema-direita contemporâneo da Espanha, o Vox, utiliza o termo em saudação ao regime franquista. Veja em: <https://verne.elpais.com/verne/2019/05/27/articulo/1558942414_738277.html>.

Tabela 6 – Perguntas contidas no eixo 3 do roteiro de entrevistas com jornalistas

1. Como foi participar da cobertura da paralisação de 2020?
2. O que você fez durante a cobertura? Foi a campo ou cobriu da redação?
3. Como você nomeia o evento em si? Greve, motim, manifestação? Por quê?
4. Para você, como essa paralisação surgiu? Quem são os responsáveis?
5. Você enxerga um viés político? Sim, não e por quê?
6. Como você analisa a cobertura jornalística da empresa em que trabalha?
7. Como era o procedimento jornalístico para a pauta chegar até você neste período?
8. Você percebeu/vivenciou alguma mudança na linha editorial durante a cobertura?
9. Você percebeu alguma influência da empresa na cobertura sobre o evento?
10. Você percebeu alguma influência de outras instituições na cobertura do evento?

Fonte: parte do roteiro elaborado pelo autor e utilizado para entrevistas com jornalistas.

A pergunta que ajuda na compreensão sobre a nomeação deste evento por jornalistas cearenses que atuaram durante a cobertura é a de número três. É preciso saber, inicialmente, como o (a) profissional classifica o evento ainda que a entrevista tenha ocorrido quatro anos após o fim do motim em 2020. Por isso, desde já, é necessário ponderar que não estou avaliando o período entre o acontecimento e a entrevista, o qual pode ter sido também preponderante para firmar a concepção apresentada por eles (as) durante as entrevistas. Por isso, foco meus questionamentos no período da cobertura.

A partir das entrevistas realizadas, um dado importante salta aos olhos: todos (as) os (as) jornalistas consideram o evento de 2020 como um motim, dizem tê-lo classificado assim em seus textos e correlacionam uma série de questões que justificam a escolha do termo, sejam elas legais, sociais ou de contexto político. O Jornalista E não hesita na nomeação do evento quando questionado e justifica a definição exclusivamente na legislação⁵⁸:

⁵⁸ Como citei anteriormente no texto, os servidores militares são proibidos de fazer greve de acordo com o Código Penal Militar (CPM) de 1969. Em 2017, dois meses após o motim da Polícia Militar do Espírito Santo, o Supremo Tribunal Federal ampliou a determinação considerando que as carreiras policiais como um todo, incluindo agentes civis e penais, que representam o braço armado do Estado, não podem fazer greve devido à impossibilidade de haver algum outro órgão ou instituição que supra a sua atuação em momentos de paralisação de atividades.

Eu nomeio motim porque, na lei dos policiais, eles são proibidos de fazer greve. Então, se policial militar para as atividades, eles armados, para mim é motim, eles estão se amotinando contra os comandantes deles. Se isso aí é certo ou não, aí é outra história. Eu sou a favor da desmilitarização, para mim, a PM tinha que acabar. Mas no momento, para mim, é motim, não é greve, não é movimento, é motim e ponto final (Jornalista E).

Os (As) demais entrevistados (as) acrescentam pontuações de imbricação do motim e de contexto sociopolítico na vida social urbana. Para o Jornalista C, os (as) policiais tinham condições de obter seus aumentos salariais de outra forma que não fosse “daquela maneira, de constrangimento social, de trazer isso para a população, de colocar como principais interlocutores daquele movimento lideranças políticas com mandato” (Jornalista C). Ele ainda acrescenta que a construção do motim foi equivocada, inclusive devido aos ataques desferidos contra a imprensa em alguns momentos da cobertura.

Isso também aparece na entrevista da Jornalista F, que considera o evento um motim independentemente da quantidade de pessoas que estão formando-o. “Pra mim é motim porque a partir do momento que eles não podem fazer isso e colocam em risco a segurança de quem deveriam proteger para se agrupar [...] e paralisar suas atividades, isso para mim já caracteriza o motim ainda que pequeno” (Jornalista F).

O Jornalista G elenca, em sua resposta, além dos aspectos legal e social, o político. Na questão legal, para ele, há uma quebra direta de hierarquia e disciplina, alinhada à impossibilidade do direito de greve, o que caracteriza o movimento como ilegal. Socialmente, o problema foi a forma de execução do motim, com a presença de pessoas encapuzadas, impedindo o trabalho de policiais civis e carros com pneus furados e incendiados. Por fim, houve um problema no trato político, no qual o movimento de policiais elegeu representantes com mandato para realizar negociações salariais e os desautorizou quando o objetivo havia sido atingido. “Por todas essas questões chamo de motim. E eu lembro que, na época, até a chefia do jornal deu um suporte. Falou ‘é motim, escrevam motim’” (Jornalista G).

A Jornalista D, por sua vez, atribui a nomenclatura de motim à linha editorial do veículo durante a cobertura, pois houve a compreensão de que seria “uma forma técnica de chamar” o acontecimento. “Uma coisa que tinha a destacar era que não era paralisação da PM, sempre tinha que ter muito cuidado para falar isso. Não era a corporação que estava paralisada, eram os PMs, um grupo de policiais militares” (Jornalista D).

Esse relato da profissional converge com o observado na análise dos periódicos, tendo em vista a frequência de uso de termos como “parte” e “grupo” alinhados à “corporação”, “Polícia Militar” ou “policiais”, dentro do contexto de palavras-chave já

expressas. Os termos “parte” e “grupo”, inclusive, aparecem como qualificadores de individualização no motim, ou seja, eles inserem uma retificação no discurso jornalístico que tenta expressar que apenas uma parte da corporação aderiu ao movimento. O teor desse discurso era utilizado pelo Governo do Estado, o que sugere um reflexo de discurso político aderido pela mídia. É importante ressaltar que, na prática, o policiamento ostensivo feito pela Polícia Militar não estava ocorrendo em massa, com exceção de – aí sim – grupos de policiais militares fiéis ao governo que atuavam nos grupos de elite, como o BPChoque (Batalhão de Polícia de Choque) e o BPRaio (Batalhão de Polícia de Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas).

O Jornalista A parece fazer coro a esse ponto de vista na sua análise. Além de ser o único a ter considerado o acontecimento, inicialmente, como uma “manifestação”, ele afirma que havia grupos distintos durante o acontecimento:

A partir do momento que eu lembro que existiam grupos muito específicos, que eram grupos mais agressivos, eu acho que existia grupos de motins e existiam manifestantes. E aí manifestantes que não tinham nem elo com grupos de motim. Eu acho que foi um grande emaranhado de grupos de policiais que nem eram tão unidos dessa forma, porque existiam aqueles que estavam encapuzados e existiam aqueles que estavam se manifestando em uma campanha salarial, que iam pra casa e voltavam (Jornalista A).

A construção da ideia de motim do Jornalista A parece ter sido construída especificamente durante o acontecimento, pois além de considerar um ponto de vista que estava sendo debatido publicamente pelo governo estadual, ele afirma – mesmo quatro anos depois do acontecimento – não saber a definição de motim em um dicionário, ainda que a definição usada pelos (as) outros (as) profissionais esteja alicerçada na legislação brasileira. “Eu não sei mais ou menos como é a definição de motim no dicionário, mas eu acho que virou além de uma manifestação” (Jornalista A).

Por fim, o Jornalista B acerta a análise da cobertura do jornal em que trabalhava afirmando que o veículo iniciou-a chamando o evento de “greve” e “paralisação”, assim como ocorreu no motim de 2011/2012. Ele acrescenta, porém, a historicidade entre os dois acontecimentos, acrescentando ingredientes políticos, como a ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República e a consequente predileção da base da Polícia Militar pelo então mandatário brasileiro, se valendo de discursos bolsonaristas e de alinhamento à ideia de forças militares serem detentoras do poder. “Eu acho que isso direta ou indiretamente colaborou para que esse evento de 2020 passasse a ser denominado como motim e não meramente como paralisação” (Jornalista B).

O Jornalista B, inclusive, justifica o uso de sinônimos para realizar a nomeação do evento com o intuito de deixar o texto mais fluido, tentando não tornar a narrativa repetitiva, como ele explica:

Só deixava de usar motim quando eu queria um sinônimo, não dava para ficar repetindo motim em três, quatro páginas. Então usei paralisação, é correto chamar de paralisação, não é correto chamar de greve, mas paralisação, sim. Às vezes falava movimento, paralisação, que policiais suspenderam as atividades etc. Só que como a gente trabalha na construção da linguagem, e a linguagem também constrói sentidos, quando você fala paralisação, obviamente que é uma carga mais atenuada (Jornalista B).

O Jornalista B insere uma razão para o uso de sinônimos que é largamente utilizada pelos (as) profissionais de jornalismo. Visto que os textos podem vir a ser longos e repetitivos, especialmente em uma cobertura de diversos dias, como foi a do motim de 2020, não é narrativamente atraente para o (a) jornalista e, conseqüentemente, para o (a) leitor (a) que haja uma repetição frequente dos mesmos termos. Isso torna a escrita e a leitura mais enfadonhas e distancia o leitor daquilo que o jornalista busca: informar sem perder a audiência, além de atrapalhar a coesão textual. Por isso, a análise lexical é importante aqui, pois a quantidade de repetição dos termos usados durante a cobertura pode apontar para o uso majoritário de determinado termo frente a outros. No quadro abaixo, traço as repetições de caracterizações do evento e seu rol de palavras aliadas que montam uma estrutura de sentido particular nos dois jornais.

O uso maior de termos como “motim (amotinado/s)” e “paralisação (paralisado/s)” confirma o que os (as) profissionais cearenses indicaram ser a sua compreensão sobre o evento de 2020: um motim. Ao todo, houve 208 menções ao acontecimento classificando-o desta forma e/ou nomeando seus participantes como amotinados, ou seja, dentro da mesma constelação de significados. Em seguida, aparece o termo “paralisação (paralisado/s)”, com 157 menções, e, bem abaixo, com menos da metade do segundo termo mais nomeado, está “movimento” com 74 menções.

Embora haja uma presença grande dos termos que foram mais destacados pelos (as) jornalistas nas entrevistas, inclusive com a explicação do Jornalista B sobre o uso de sinônimos como “paralisação” e “movimento” para nomear o acontecimento e preservar a coesão textual da narrativa jornalística, dois pontos chamam atenção no quadro e tensionam esse processo de nomeação do qual trato neste tópico.

Tabela 7 – Termos e seus correlatos usados para nomear o evento de 2020

Termo ou rol de palavras	Diário do Nordeste	O Povo	Total
Greve (grevista/s)	18	18	36
Manifestação (manifestante/s)	16	13	29
Mobilização (mobilizado/s)	1	2	3
Movimento	31	43	74
Motim (amotinado/s)	124	84	208
Paralisação (paralisado/s)	70	87	157
Protesto (protestante/s)	5	10	15

Fonte: análise lexical realizada nos jornais *Diário do Nordeste* e *O Povo* publicados entre 19 de fevereiro e 2 de março de 2020.

O primeiro é a diferença na quantidade de uso dos termos mais citados nos dois jornais quando observados individualmente. No *Diário do Nordeste*, há uma preferência grande por caracterizar o evento como um “motim”, que é citado 54 vezes a mais do que “paralisação”, o que demonstra uma utilização maior por parte de jornalistas na cobertura e sugere uma linha editorial direcionada a essa caracterização do evento. Essa decisão aproxima o discurso do *Diário do Nordeste* ao dos (as) profissionais de jornalismo que lá atuavam.

Já n’*O Povo*, há uma concorrência entre os dois termos para cada citação, como se estivesse havendo uma corrida de significação. O termo “paralisação” foi citado mais vezes pelos (as) jornalistas do que “motim” durante a cobertura completa. Apesar de ter sido dito por entrevistados (as) que o uso de “paralisação” é um sinônimo para as narrativas, não se pode considerar que a construção da representação social sobre o evento para os (as) jornalistas do veículo não se deu a partir da disputa de sentido entre esses dois termos, pois, diferentemente do *Diário do Nordeste*, houve uma quantidade de nomeações bastante próximas. Essa leitura indica um meandro de sentidos circulantes que divergem em sentido gradativo, não antonímico, pois como o próprio Jornalista B afirma: “quando você fala paralisação, obviamente que é uma carga mais atenuada”.

O segundo ponto é o uso de termos que foram citados pelos (as) jornalistas como equivocados para a caracterização correta do evento, como “greve (grevista/s)” e “manifestação (manifestante/s)”, os quais tiveram 36 e 29 menções, respectivamente na cobertura. Vale ressaltar que a presença desses termos não se restringe ao primeiro dia, citado

por entrevistados (as) como um dia de inflexão na cobertura, que passou a nomear diretamente o acontecimento como “motim” a partir da edição de 20 de fevereiro, quando o senador Cid Gomes foi baleado. O termo “greve (grevista/s)” é usado no *Diário do Nordeste* em cinco dos nove dias analisados; n’*O Povo*, em quatro dos nove dias.

Figura 4 – Print screen de reportagem do jornal Diário do Nordeste

Interlocutor de PMs atuou em 2012

Escolhido para ser o interlocutor dos policiais militares amotinados com a comissão dos três poderes e, conseqüentemente, com o Estado, o coronel da reserva do Exército Walmir Medeiros atuou na greve dos PMs de 2012. A época, ele ainda fazia parte da ativa e atuou no reforço para a Segurança do Estado. Ele lembrou aos policiais, ontem, como interveio nas negociações. “Quando cheguei aqui, eu disse para vocês que o lema do Exército é ‘Braço Forte, Mão Amiga’. O braço forte foi lá fora, cuidando da Segurança Pública, e a mão amiga foi para vir conversar com vocês”, lembrou. Segundo Medeiros, na época, as negociações duraram aproximadamente uma semana. No entanto, ele ressaltou que, agora, o cenário político do País é diferente, está muito mais “conflagrado”. “Essa confusão política no País começou em 2013, na Copa das Confederações. De lá para cá, é todo mundo contra todo mundo. Metade é a favor e metade é contra. Está tudo muito mais polarizado. E aqui, no Ceará, muita gente leva

para o lado político. E essa não é a ideia”, defendeu. Conforme Medeiros, o momento exige cautela para colocar os interesses da população acima dos próprios. “É preciso delimitar o problema sem pensar em política e quem vai levar vantagem política. Pouco importa quem vai ganhar vantagem na eleição deste ano ou na eleição de 2022. O que importa é a população”, pondera. Além de ter atuado na greve dos policiais de 2012, Walmir atua como advogado. Ele representa PMs acusados de participar da ‘Chacina do Curio’, em que onze pessoas foram assassinadas, a maioria delas jovens e adolescentes, em novembro de 2015. A época, ele lamentou a morte dos jovens, mas afirmou que não existiam provas para incriminar os 33 PMs acusados no processo. “Ficamos muito tristes com isso. É uma coisa que nos consterna muito, já que foram onze pessoas sem passagens na Polícia, ou seja, uma coisa muito triste. Por outro lado, não há provas para condenar ninguém”.

Fonte: *Diário do Nordeste*, edição de 27 de fevereiro de 2020, p. 3.

A utilização de um termo que é rechaçado pelos (as) próprios (as) profissionais e claramente antonímico coloca em xeque a própria construção da representação social do evento entre os (as) jornalistas como um “motim” em si. O que parece estar acontecendo durante a cobertura é que essa construção está ocorrendo em paralelo ao acontecimento – e isso independe do que eles (as) viram, cobriram, questionaram e “empacotaram” em um texto.

Acredito que há uma disputa de sentidos durante o processo de apuração e escrita que se materializa na narrativa jornalística, uma vez que a simples ideia de “greve” continua desafiando o que parecia estar construído e determinado como “motim”.

Tanto isso parece ser verdade que há excertos da cobertura em que os (as) jornalistas se referem aos motins de 2011/2012 e 1997 como “greves” e não “motins” (Figura 4). Ora, se o que caracteriza o acontecimento é a ilegalidade definida pela legislação, que já estava em vigor desde 1969 atravessando os motins anteriores a 2020, não há diferença fulcral entre o que houve nos eventos anteriores, ainda que alguns (algumas) profissionais elenquem características sociais e políticas para “engrossar o caldo” de definições.

Essa dificuldade de ancorar o acontecimento de 2020 a algo pregresso, sugerindo uma possível origem para sua existência, é enfrentada pelos (as) jornalistas nas coberturas factuais e na rotina do dia a dia. Essa contrariedade em também chamar os acontecimentos similares anteriores como eles são chamados atualmente precisa ser compreendida ao considerar a história e o passado como pilares da construção de representações sociais contemporâneas e cotidianas. Por isso, tentarei mostrar a seguir como os (as) entrevistados (as) avaliam a origem do motim da Polícia Militar de 2020 no Ceará na intenção de compreender se os acontecimentos anteriores tiveram alguma relevância na construção da representação social do evento mais recente.

3.4. Origens e influências mnemônicas

Para esta seção me baseei mais especificamente nas respostas dos jornalistas frente à pergunta quatro do eixo três (*Para você, como essa paralisação surgiu? Quem são os responsáveis?*) em consonância com as reportagens publicadas durante o motim da Polícia Militar de 2020. Aqui, me detenho de forma mais objetiva às avaliações sobre o surgimento desse evento no intuito de analisar se há referências aos demais motins ou a algum aspecto histórico que possa ser considerado. Também é relevante neste tópico avaliar as menções diretas na cobertura jornalística de 2020 aos motins de 2011/2012 e 1997 e como estes aparecem nos textos. Busco também, desta forma, avaliar referências históricas e caracterizações outras que ajudam a compreender a construção da representação social do evento mais recente para os (as) jornalistas cearenses.

A primeira questão que aparece na análise das entrevistas com os (as) sete jornalistas que atuaram na cobertura do motim de 2020 é que nenhum (a) deles (as) relaciona diretamente o evento aos anteriores. Não há, pelo menos na resposta à pergunta quatro do eixo

três, qualquer relação direta aos motins anteriores. Quando isso acontece é apenas com referência a personagens políticos que estão imersos tanto no mais recente, quanto no de 2011/2012, como Capitão Wagner e Cid Gomes. O Jornalista C é o único que relaciona indiretamente os motins a partir de figuras políticas, ainda que cometa erros históricos: “Os principais responsáveis por ela, na minha visão, são as lideranças políticas. Se você resgata a história de *2010 para 2011*, o Capitão Wagner se fez politicamente a partir de uma paralisação, de um motim, o *primeiro motim*” (Jornalista C, grifos meus).

Os grifos utilizados na aspa anterior apontam os equívocos históricos na fala do Jornalista C. Aqui não pretendo utilizar isso como crítica, pois isto não é um artigo jornalístico a ser publicado em um veículo. O erro, nesse caso, é importante para a pesquisa, pois ele demonstra não apenas uma perda de lapso temporal pela confusão do período em que ocorreu o motim de 2011/2012, mas também pela construção mental do profissional de que esse foi o primeiro motim da história do Ceará. Fica visível que houve um apagamento do motim de 1997, que independe da idade do jornalista, embora nesse período ele tivesse menos de 10 anos de idade. Nesse sentido, é possível sugerir que a história só pôde ser considerada como um fio condutor entre os dois eventos por causa da presença de personagens que se repetem, sendo que o próprio motim, como já expliquei, faz parte da identidade cultural das forças armadas brasileiras.

Quem também busca uma resposta é o Jornalista G que, apesar de usar o mesmo método do Jornalista C, pela conexão de personagens, revela um conhecimento conjuntural e político que vai além da existência de Capitão Wagner, Cabo Sabino e Cid Gomes no contexto de amotinamento. “Eu dou uma opinião que não é nem minha. Conversando com policiais, você sente na categoria, lá atrás, quando o Cid criou o Ronda do quartirão, que se tornou uma semente muito negativa para a categoria como um todo” (Jornalista G)⁵⁹.

De acordo com o Jornalista G, essa diferenciação criada pelo programa lá atrás, somada a uma “hiper politização das polícias”, a “perda de controle dos líderes” e a “oportunidade de catapultar carreiras políticas” foram os fatores que levaram à deflagração do motim de 2020. Contudo, ele não cita a própria natureza do militarismo ou algo que tenha sido aberto em 1997 e 2011/2012 que não tenha sido fechado. Como o Jornalista C, o Jornalista G faz relações entre os eventos a partir de figuras políticas.

⁵⁹ Nesta dissertação, já citei a política do Ronda como uma das justificativas utilizadas para gerar o motim de 2011/2012, de acordo com Silva Neto e Sá (2014). Isso pode ser revisitado na seção sobre a história dos motins cearenses.

Às vezes eu vejo gente assim de fora ou amigos meus que não trabalham em cobertura e eles vêm e falam assim: “Ah, o Capitão Wagner é o líder do motim, né?”. A gente que acompanhou na época, no lá de trás, de 2011, o Capitão claramente era a liderança, foi para a frente do quartel e ficou lá na frente. O de 2020 não era, o Capitão perdeu o controle no início. O capitão era detonado por eles (os policiais) (Jornalista G).

Nos textos jornalísticos do motim de 2020, há duas menções ao evento de 1997: um deles foi escrito por mim e deu origem a esta dissertação como já citei na introdução, o outro foi escrito no Jornal *O Povo* pelo jornalista Jocélio Leal no formato de artigo de opinião (Figura 5). Ainda que este não busque as raízes de hierarquia e disciplina para suscitar questionamentos à instituição militar, há uma busca pelos eventos anteriores no intuito de moldar uma justificativa para o que estava ocorrendo naquele momento.

Ainda que os jornalistas C e G tragam reflexões relativas a contextos anteriores vinculados diretamente a personagens políticos desses amotinamentos, é possível observar que há uma busca direta nas suas respostas por uma justificativa mais factual, como se a origem do motim de 2020 pudesse ser encontrada na conjuntura política daquele momento ou em algum fato que o desenrolou. Isso me faz considerar que a atividade profissional parece ter introduzido a noção de factualidade neles (as) como forma de construção social da realidade do movimento amotinador. Ou seja: só haverá implicações históricas se alguma conexão puder ser feita. Os dois jornalistas fizeram essa relação através de personagens que estavam em contexto de motim durante os eventos de 2011/2012 e 2020.

Essa interpretação coaduna com o que Nelson Traquina (2005a; 2005b) chama de “comunidade interpretativa” ou “tribo jornalística” transnacional, que compartilha algumas características moldadas a partir de uma cultura profissional, a qual irá resultar em uma cobertura noticiosa semelhante independentemente do local onde ela é feita. Embora haja uma certa diferenciação nos modos de ver a origem do motim de 2020 por parte dos (as) profissionais entrevistado (as), majoritariamente a construção dessa concepção se volta a uma característica básica do jornalismo contemporâneo: o imediatismo.

De acordo com Traquina (2005b, p. 53), a obsessão dos (as) jornalistas pela busca de fatos “acompanhou uma crescente obsessão com o tempo e uma maior orientação por parte da imprensa para os acontecimentos”. Isso ocorreu, conforme o autor, em decorrência do impacto tecnológico iniciado pelo telégrafo ainda no século XIX. Hoje em dia, com a disseminação das redes sociais e uma forma virtual de viver/ver o mundo sensível, acredito que o imediatismo e a factualidade ganham novos contornos, tensionando ainda mais a noção

de proximidade temporal com o fato, apagando o que é menos representativo e mais antigo e salientando o que é mais memorável e mais recente.

Figura 5 – Print screen de reportagem do jornal O Povo

Cid Gomes baleado pode ser a gota d' água

O motim de 2020 agora já tem sangue. E é de um senador da República. Intempestivo ou não, açodado ou não ao enfrentar hordas de mascarados no quartel da PM em Sobral, mas um senador. Os tiros contra Cid Gomes (PDT) são de uma gravidade descomunal e foram também um disparo contra a sociedade acuada pela arruaça.

As cenas de carros de polícia desfilando com homens mascarados ao volante e nas janelas, todos armados, ou ainda ordenando o fechamento do comércio, caracterizam o absurdo. O modo de agir é típico das facções criminosas por eles combatidas. Esta cena levou Cid a embarcar para Sobral.

A atitude dele em seu berço político, onde foi prefeito por dois mandatos e onde seu irmão Ivo Gomes é o atual gestor, teve imenso sentido simbólico. Mexeram na sua terra natal. Ademais, o enfrentamento foi também uma espécie de segunda chance dele contra os militares militantes, em larga medida por ele tolerados quando era o governador.

No motim de 2011, Cid poderia ter sido mais incisivo, mas optou pela prudência. Talvez em exagero, talvez cedendo demais. Mas certo mesmo é que a impertinência da tropa cresceu ali, quando o movimento conseguiu o que

queria, à custa do terror.

Do terror também brotaram lideranças corporativas. Elas ganharam corpo e votos até se tornarem oposição a seu grupo político. Soldado, cabo e capitão. A propósito, líderes em crise desta vez. Viraram establishment e simplesmente não mais lideram a tropa insurreta e visivelmente atabalhoada. Eles não foram detidos quando do motim de 2011, mas seguem presos a uma pauta monotemática.

Em 29 de julho de 1997, policiais amotinados marcharam do Centro ao Meireles. Na avenida Barão de Studart, se depararam com homens do Grupo de Ações Táticas Especiais (Gate), tropa de elite da PM cearense leal à Constituição. O choque foi inevitável. No confronto, com tiroteio entre policiais, o então comandante da Corporação, o coronel Mauro Benevides, foi atingido nas costas.

Foi a gota de sangue que estancou o movimento.



JOCÉLIO LEAL

leal@opovo.com.br

Fonte: *O Povo*, edição de 20 de fevereiro de 2020, p. 5.

Isso ocorre, conforme Philips (1976a/1993, p. 328 apud Traquina, 2005a, p. 36-37, grifo meu), porque “o formato jornalístico torna difícil estabelecer relações entre os acontecimentos, porque a unidade de análise dos meios de comunicação social é a notícia – uma partícula da ‘realidade’”, resultando em um “caleidoscópio de formas da realidade superficial em contínua mudança”. Traquina acrescenta que a comunidade transnacional

jornalística tem “uma visão que temporalmente é limitada” e acaba fornecendo muito *foreground* e pouco *background*.

A notícia, como surge diariamente, e como é concebida, está em oposição radical à história. De fato, o sistema de ciclos ao longo do dia noticioso tende para a abolição da consciência histórica, criando uma perpétua série de primeiro planos, à custa do aprofundamento e do *background* (Schlesinger, 1977/1993, p. 188 apud Traquina, 2005a, p. 37).

A factualidade e o imediatismo são características tão fulcrais na cultura jornalística que elas saltam das respostas de diversos (as) entrevistados (as). “Acho que é importante ressaltar que ele (o motim) surge em 2020, né? É bem no início do ano onde muita gente pensa que a disputa eleitoral tá distante, mas ela não tá distante” (Jornalista F). Aqui, percebe-se a necessidade de localizar o ouvinte temporalmente, ou seja, para a Jornalista F, a origem do motim está no ano em que ele ocorreu, sem qualquer aspecto histórico. O mesmo é visto na resposta do Jornalista D: “Para mim, ela (a paralisação) surgiu completamente por uma questão política, ela tinha que acontecer naquele momento, naquele ano”.

O Jornalista B também localiza temporalmente a noção sobre a origem do motim, afirmando que iniciou a partir de uma questão sociopolítica contextual: “Eu já estava nessa cobertura acompanhando a negociação salarial dos policiais. Sabia que havia pressão dentro da própria polícia para que houvesse a paralisação”. Para o Jornalista A, a responsabilidade da deflagração do motim de 2020 é das representações políticas vinculadas à categoria naquele momento, que reforçaram o discurso de paralisação com um viés político claro.

Esse debate trazido por Traquina (2005b) como uma *forma de ver* dos (as) jornalistas ajuda a explicar a dificuldade dos (as) entrevistados (as) desta dissertação em olhar mais atrás e entender a história para ser possível compreender melhor o presente. Vale ressaltar ainda o efeito da atividade profissional cotidiana, instrumentalizada na prática de produção industrial de notícias, a qual ganha contornos ainda maiores durante coberturas de acontecimentos complexos e longos, nos quais há sobreposições de pequenas notícias que só fazem sentido completo quando reunidas por diversas mãos.

Nelson Traquina também considera como maneira de ver da profissão a tendência que os (as) jornalistas possuem de estruturar acontecimentos em torno dos indivíduos. Conforme o autor “as ‘estórias’ de ‘interesse humano’ centram-se em indivíduos em situações contingentes ou em paradoxos atuais. Essas ‘estórias’ salientam a violação daquilo que se espera” (Traquina, 2005a, p. 37-38). Como já descrito, os únicos dois jornalistas do rol de

entrevistados (as) que fizeram uma correlação histórica a fizeram por meio de personagens que tiveram papéis relevantes nos dois acontecimentos.

Observei neste capítulo que a história também é um pilar importante na construção de representações sociais acerca do motim de 2020. Embora pareça ser possível que a cultura profissional tenda a manchar a capacidade dos (as) jornalistas em olhar mais profundamente e buscar na própria história dos acontecimentos as respostas sobre a atualidade, há aspectos que sugerem a existência dessa capacidade costurada a partir de personagens comuns. Se a memória e os acontecimentos prévios, antes mesmo da vivência profissional, puderem influenciar de forma mais específica na representação social desse evento pelos (as) jornalistas, eles devem ativá-la a partir de um contexto pessoal/social, que ultrapassa o profissional e duela com este no processo de construção de uma representação social. É o que tento demonstrar no próximo capítulo.

4. Repercussões do *mundo individual*

Neste capítulo, pretendo entender melhor como o *mundo individual* dos (as) jornalistas cearenses influencia na construção de representações sociais sobre o motim de 2020. Por isso, uso como ponto de partida a questão da subjetividade debatida por Moscovici (2001; 2007) e Jodelet (2001; 2017), acrescentando o afeto e as emoções como ingredientes particulares e compartilhados. Assim pretendo buscar, nas respostas às entrevistas, marcas desse *mundo individual* que estejam salientes e possam tensionar o poder do *mundo laboral* na construção de representações sociais sobre esse evento construído pelo jornalismo cearense.

4.1 — A influência do *mundo individual* nas representações

Ao longo desta dissertação, já tratei, em diversos âmbitos, sobre as influências do que chamo de *mundo laboral* e *mundo social* na construção de representações sociais, realizadas pelos (as) jornalistas cearenses sobre o motim da PM de 2020. Apesar de já ter situado a discussão particular que dá início à Teoria das Representações Sociais – sugerida por Moscovici (2007) em crítica à visão de Durkheim –, vale lembrar como os aspectos psicológicos são observados pelos autores e como esse *mundo individual* é preponderante para a teoria moscovicianiana.

Como ponto de partida, Duveen (2007, p. 12) lembra um aforismo feito por Durkheim para simplificar o ponto de vista deste acerca da influência de fenômenos psicológicos na compreensão de fenômenos sociais. Para Durkheim, em poucas palavras, se um fenômeno social é explicado por um fenômeno psicológico, “a explicação é falsa” (1895/1982, p. 129 apud Duveen, 2007, p. 12). Diferentemente de Durkheim, que considera visões de origem psicológicas como falsas, Moscovici (2007) não infere a existência da representação social como um distanciamento entre o social e o psicológico, mas uma correlação de ambos, pressupondo, assim, uma ciência mista.

As representações sociais emergem, não apenas como um modo de compreender um objeto particular, mas também como uma forma em que o sujeito (indivíduo ou grupo) adquire uma capacidade de definição, uma *função de identidade*, que é uma das maneiras como as representações expressam um valor simbólico (Duveen, 2007, p. 20-21, grifo meu)

A partir desse excerto, percebo a importância da identidade para a construção das representações sociais, visto que alguns acontecimentos marcam a história de nossas vidas de uma maneira tão particular que deixam marcas em nossas formas de vivenciar o mundo. Moscovici (2007) já dizia que “nossas experiências e ideias passadas não são experiências ou

ideias mortas, mas continuam a ser ativas, a mudar e a infiltrar nossa experiência e ideias atuais” (p. 37). Ou seja: as marcas do *mundo individual*, que compartilhamos a partir das vivências cotidianas com os demais indivíduos, são bastante importantes no processo de construção de quaisquer representações sociais.

Moscovici (2007) acrescenta que a natureza da mudança é uma das considerações mais importantes durante esse processo, pois ela é capaz de influenciar os comportamentos de determinado sujeito. Compreendo que esse indivíduo está imerso em um *mundo social* e um *mundo laboral* que disputam com o *mundo individual* na construção de representações advindas de experiências e acontecimentos. “É dessa maneira que elas são criadas, internamente, mentalmente, pois é dessa maneira que o próprio processo coletivo penetra, como o fator determinante, dentro do pensamento individual” (Moscovici, 2007, p. 40).

Pela própria existência desse pensamento individual e desse *mundo individual*, que estão diretamente vinculados aos demais *mundos social e laboral*, é importante considerar nesta dissertação a preponderância da diversidade entre os sujeitos, que, por simplesmente viverem o cotidiano, compartilham ideias, direcionamentos, pensamentos, vivências, experiências, etc. Por isso, concordo com o que diz Serge Moscovici:

Pessoas e grupos, longe de serem receptores passivos, pensam por si mesmos, produzem e comunicam incessantemente suas próprias e específicas representações e soluções às questões que eles mesmos colocam. Nas ruas, bares, escritórios, hospitais, laboratórios, etc. as pessoas analisam, comentam, formulam filosofias espontâneas, não oficiais, que têm um impacto decisivo em suas relações sociais, em suas escolhas, na maneira como eles educam seus filhos, como planejam seu futuro, etc. (Moscovici, 2007, p. 44-45)

Ressalto apenas, como já dito anteriormente, que a construção de sentido que parte do *mundo individual* de cada sujeito está vinculada diretamente aos demais mundos, ou seja, não é fácil discernir diretamente o ponto de separação entre o *mundo individual* e o *mundo social*, por exemplo. O que pondero aqui é a necessidade de considerar dentro das análises em Ciências Sociais Aplicadas, como a Comunicação Social, a importância dos aspectos individuais e como eles se relacionam com os demais, alimentando-se desses e dando de alimento, como uma troca recíproca, uma dialética.

Considerando esses meandros, fica mais fácil de compreender o complexo jogo de construção representacional que se dá por cada indivíduo. Moscovici (2001, p. 49) acredita que as representações dominantes pressionam o indivíduo ainda que sejam variáveis de acordo com cada sociedade, pois “cada tipo de mentalidade é distinto e corresponde a um tipo de sociedade, às instituições e às práticas que lhe são próprias”. Particularmente, acredito que,

para além da influência da diversidade dos grupos sociais, o tempo e a história aparecem igualmente como são importantes nesse processo. Além disso, as comunicações e as formas como elas se dão também poderão modificar essa construção, visto que o digital/virtual está atualmente em todas as entranhas das sociedades contemporâneas.

A partir do delineamento sobre a teoria pressuposta por Moscovici, Denise Jodelet (2017, p. 27) avalia que as representações sociais são criadas por indivíduos que usam as suas vivências como base. Daí a premência em considerar o *mundo individual* como uma das chaves para abrir as portas da compreensão sobre o processo de construção das representações. Segundo ela, esses fenômenos são “complexos, pluridimensionais, polimorfos, ‘holons’” (Jodelet, 2017, p. 27), que podem ser empacotados em diversas formas, e são colocados no mundo por meio da interlocução entre os seres e da circulação dos próprios sujeitos no espaço social. Há, neste íterim a influência das formações temporais e da história, pois, conforme a autora:

As representações sociais estão na história e têm uma história: evoluem na medida das mudanças intervenientes nos modelos culturais, nas relações sociais, nas circunstâncias históricas que afetam os contextos em que se desenvolvem, nos agentes que as forjam a partir de sua experiência e de sua inserção em uma rede de vínculos sociais e intersubjetivos (Jodelet, 2017, p. 27).

A partir dessa citação de Jodelet, é possível e necessário considerar a influência das histórias e atravessamentos pessoais que atravessam os indivíduos para que haja a construção de determinadas representações sociais, tendo em vista que, conforme a autora, essas são “produtos mentais” que podem ser observados a partir de planos individuais e coletivos. Quando compreendidas sob o plano individual, as representações são baseadas “nos pertencimentos sociais, no lugar nas relações sociais, nas trocas intersubjetivas e induzindo a engajamentos ideais e práticos”. Quando compreendidas sob o plano coletivo, “são visões compartilhadas, comuns a uma formação social, e nelas disseminadas por meio das comunicações”.

É a partir do ponto de vista do plano individual, que pressupõe o *mundo individual*, que irei considerar a análise do eixo 2 das perguntas direcionadas aos (às) jornalistas entrevistados, que dizem respeito às suas relações particulares com a instituição Polícia Militar do Ceará e eventos anteriores de amotinamento. São pertencimentos, relações sociais, trocas intersubjetivas e engajamentos ideais e práticos que procuro nas respostas dadas pelos (as) profissionais de comunicação, no intuito de observar se pode haver a presença de influência desse *mundo individual* na construção de representações sociais sobre o motim da

PM de 2020. Mas antes de partir para a análise, pretendo pontuar teoricamente a importância dos afetos dos indivíduos nesse emaranhado de *mundos individuais*.

4.2 — A importância dos afetos

Não se pode formular a existência de uma influência preponderante na construção de representações sociais sem considerar a importância dos afetos para os indivíduos imersos em um contexto social. Ainda que eles também existam a partir da relação social e da interação com outros seres, pressupondo a vinculação do *mundo individual* com os demais mundos, é importante considerar a interiorização desses afetos para compreendê-los como partes importantes da construção representacional contemporânea.

Parto do conceito do antropólogo francês François Laplantine sobre representações sociais, o qual ele usou para investigar como age o sistema de representação social de doenças em uma pesquisa sobre resultados terapêuticos em integrantes da umbanda, no Brasil. Ele avalia que, além de a representação se articular entre o individual e o social, concordando com a tese de Moscovici (2001; 2007), é preciso ponderar a existência de um aspecto afetivo.

Para o francês, representação social congrega a experiência individual e o que é produzido pela sociedade a fim de que esse encontro construa uma própria realidade, que seria a da “imagem-crença”. Esta imagem-crença “sempre tem uma tonalidade afetiva e uma carga irracional” (Laplantine, 2001, p. 242). Assim, o autor considera a questão emocional e afetiva como parte integrante do processo de representação social, considerando-a não apenas como uma forma de construção da realidade, mas também um saber “que os indivíduos de uma dada sociedade ou de um grupo social elaboram acerca de um segmento de sua existência ou de toda a sua existência” (Laplantine, 2001, p. 242).

A visão do autor francês converge com o que também entende Jodelet (2001) sobre as representações sociais, dito que essas:

envolvem a pertença social dos indivíduos com as *implicações afetivas e normativas*, com as interiorizações de experiências, práticas, modelos de condutas e pensamento, socialmente inculcados ou transmitidos pela comunicação social, que a ela estão ligadas. Por isso seu estudo constitui uma contribuição decisiva para a abordagem da vida mental individual e coletiva. (Jodelet, 2001, p. 22, grifo meu)

Desta forma, é possível dizer que as experiências vividas pelos indivíduos durante o tempo são capazes de gerar afetos e emoções que podem influenciar na construção de representações sociais de acontecimentos/sujeitos/objetos. Esses afetos precisam ser considerados no bojo da pesquisa, pois são fundamentais e, muitas vezes, o ponto de virada na

construção representacional. O objetivo deste tópico não é destrinchar a relação entre os afetos e as representações sociais, pois só essa análise seria suficiente para uma dissertação completa, quiçá uma tese de doutorado. Portanto, trago aqui algumas considerações feitas por Pombo-de-Barros e Arruda (2010) que fazem essa aproximação e podem jogar luz em um terreno movediço que congrega teorias complexas que ainda estão em discussão na área da psicologia social, da fenomenologia e da sociologia.

Pombo-de-Barros e Arruda (2010, p. 352) partem do princípio de que os afetos estão implicados na construção de representação social, por isso é preciso dialogar com questões psicológicas que debatem a dimensão afetiva, pois os sujeitos estão imersos em um mundo social com o qual não é possível haver qualquer distanciamento ou divisão. Quando se pensa em representação social, é impossível compartimentalizar o *mundo individual* e o *mundo social*, bem como o *mundo laboral* aqui sugerido por mim. Não existe uma marca objetiva que indique uma fração de divisão entre o início de um e o término de outro, todos se imbricam, se complementam e se influenciam no processo complexo de construção representacional aqui descrito.

Para as autoras, “os processos de representar repercutem sobre o desenvolvimento emocional e este, em contrapartida, é criativo, contribuindo para a partilha de novos sentidos” (Pombo-de-Barros e Arruda, 2010, p. 353). Ou seja: os afetos são bidirecionais e dialéticos, quando se pensa em representação social, pois, ao passo que ajudam nos vínculos sociais (ideia de congregação com outros indivíduos), eles potencializam a própria individualidade. Nessa teia complexa, os afetos, conforme as pesquisadoras, tendem a fortalecer concomitantemente os mundos compartilhados pelos indivíduos.

Processos afetivos estão ligados à necessidade de afastar a ameaça de desintegração do Eu e de conservar o grupo social com o qual se identifica. Para a sobrevivência desse sistema, ao longo das demandas de incorporação de novos e diferentes conteúdos, recorre-se às representações sociais. Se um problema social novo se coloca para um grupo, a necessidade de compreendê-lo e explicá-lo ocorre pela dinâmica das representações sociais, pelo recurso e readaptação ao repertório já legitimado. Os afetos podem ser identificados tanto na necessidade de incorporar o “novo” e superar a ameaça de desintegração quanto no retorno das representações às práticas diárias. Devido à complexidade do sistema, afetos são conduzidos, dirigidos a determinados objetos e atores sociais estereotipados ou categorizados por certas representações (Pombo-de-Barros e Arruda, 2010, p. 357).

Compreendo os afetos como relevantes no processo de construção de representação social nesse emaranhado de significações possíveis a partir da leitura das autoras

Pombo-de-Barros e Arruda (2010). Nesta pesquisa, acredito que, se os afetos influenciam na construção da representação social de um motim, eles precisam ser lembrados pelos (as) entrevistados (as) como um ponto de inflexão, representado por algum tipo de sentimento que foi ou é acionado de acordo com a existência do acontecimento (motim) ou da instituição vinculada diretamente a ele (Polícia Militar). Por isso, pretendo, no próximo tópico, finalizar as análises das entrevistas com os (as) profissionais de comunicação, tentando compreender como se deu a relação deles (as) com a Polícia e quais lembranças afetivas eles possuem de amotinamentos anteriores ao de 2020.

4.3 — Marcas do *mundo individual*

O tópico que inicio agora como o último desta dissertação busca possíveis marcas do *mundo individual* citadas por jornalistas durante as entrevistas realizadas. É a partir delas que pretendo encontrar não apenas aspectos que partem das lembranças atravessadas por histórias com a Polícia Militar, mas também entender se a construção de representações sociais sobre o motim pode ter sofrido interferências outras que não estejam necessariamente vinculadas diretamente ao *mundo laboral*.

Compreendendo a individualidade de cada sujeito nesse processo, pretendo, por ordem alfabética, de jornalista A até G, citar como foi a infância e a adolescência de cada um (a), supondo relações sociais possíveis de imbricação com a cidade; como era, nesse período, a questão financeira da família, sugerindo possíveis correlações de vulnerabilidade que poderiam facilitar a atuação de agentes policiais; se há a presença de policiais militares na família, considerando as relações familiares que se constroem a partir desses vínculos; e as visões que os (as) profissionais tiveram ao longo do tempo sobre a corporação. Essas respostas surgem a partir do Eixo 2 de perguntas do roteiro montado para as entrevistas (Tabela 8).

Com essas respostas, pode ser possível sugerir determinadas influências de um *mundo individual*, o qual, conectado aos demais mundos, contribuiu para a construção de representações sociais pelos (as) jornalistas entrevistados (as) sobre o motim da Polícia Militar do Ceará de 2020. Os subtópicos a seguir serão divididos por profissional a fim de delinear de forma mais pormenorizada suas questões individuais. Ao fim, antes das considerações finais, pretendo compor o que vejo como fio condutor entre as narrativas pessoais dos (as) jornalistas.

Tabela 8 – Perguntas contidas no eixo 2 do roteiro de entrevistas com jornalistas

1. Como foi crescer no bairro em que você nasceu/cresceu?
2. Como era a questão financeira da sua família?
3. Alguém da sua família é agente de segurança? Alguém da Polícia Militar?
4. Qual a sua relação com a Polícia Militar?
5. Você se lembra de algum caso com a Polícia Militar que marcou sua vida? O que aconteceu?
6. Qual sua visão sobre a Polícia Militar atualmente?
7. Essa sua visão mudou com o tempo ou sempre esteve próxima da forma como você observa hoje?
8. Essa sua visão sobre a Polícia Militar mudou após você fazer jornalismo?
9. Houve alguma mudança na sua visão sobre a Polícia Militar após as paralisações da Corporação?
10. Você tem memória de alguma paralisação da Polícia Militar do Ceará anterior à de 2020? Consegue descrever como ela era e quais as suas lembranças?

Fonte: parte do roteiro elaborado pelo autor e utilizado para entrevistas com jornalistas.

Parto, como explicado anteriormente, das respostas dadas pelo Jornalista A para as perguntas acima indicadas, em seguida, em ordem alfabética, pretendo finalizar este tópico com minhas percepções sobre a entrevista com o Jornalista G.

Jornalista A

Inicialmente é necessário pontuar que o Jornalista A viveu sua infância e adolescência em um bairro de classe média da cidade de Fortaleza. Lá, ele viveu diversos momentos com outras crianças, especialmente da sua família, e disse ter usufruído de brincadeiras na rua, o que promoveria um pertencimento maior do bairro. Para ele, a sua geração foi uma das últimas capazes de vivenciar a rua como local de lazer para crianças no bairro, tratando isso como uma memória positiva dentro do rol de lembranças apresentadas. Ele considera que passar essas fases da vida na região foi positivo porque podia brincar em várias casas ao mesmo tempo, garantindo memórias afetivas super positivas.

Já na questão financeira, o Jornalista A ressaltou que a responsável pelas contas de casa era a mãe com o salário mínimo que ganhava a partir de suas atividades. A família paterna o ajudava nos custos escolares, principalmente, tanto que ele chegou a morar no

anexo de uma escola que pertencia à sua tia. Conforme ele, isso fortaleceu ainda mais a relação existente com a comunidade que vivia na região, pois, havia um vínculo ainda maior que se fortalecia com as crianças e adolescentes que estudavam na escola da sua tia enquanto ele e a mãe moravam no anexo escolar.

O Jornalista A possui apenas um avô que trabalha como segurança privada em outro estado do Brasil, com o qual não possui um vínculo forte. “Nunca vi a polícia de forma tão próxima, assim, eu nunca tive nenhum apego com a área policial, nem gosto de exercer a profissão, nem relação com ninguém, então acho que sempre foi muito distante a noção de polícia para mim” (Jornalista A). Além do avô, não há nenhum familiar que trabalhe na área da segurança, por isso, ele afirma ter uma visão de Polícia Militar vinculada ao jornalismo, por causa do desempenho da sua função. Para responder sobre sua visão atual sobre a PM, ele ressaltou o seguinte:

Hoje é uma visão bem problemática. Eu acho que por ter passado pela editoria de política, eu vi muitas questões, mais negativas do que positivas. Eu acho que, na segurança pública do Ceará, é muito mal preparada a noção de militarismo dentro dos quartéis, a formação dos militares é muito problemática. Vejo como um grande sistema de opressão, machista e preconceituoso. Eu não tenho uma sensação de segurança com a polícia, não tenho. Se eu vejo uma viatura na minha frente, são pessoas com que eu não me sinto confortável (Jornalista A)

É interessante considerar que o Jornalista A avaliou que os motins da PM não influenciaram diretamente a imagem sobre a instituição, pois esta já estava consolidada por causa das coberturas rotineiras. Segundo ele, impressionou apenas a organização em torno de objetivos específicos que se assemelham a “quebrar coisas e invadir estruturas”. Para o Jornalista A (grifo meu), “*continuou o medo, só que agora ele evoluiu* no sentido de que isso poderia se voltar contra o Estado porque eles estavam organizados politicamente e poderiam fazer qualquer coisa”.

Jornalista B

O Jornalista B, por sua vez, não teve sua infância e adolescência firmados em apenas um local de Fortaleza, pois viveu em diversas regiões periféricas, como Serrinha, Demócrito Rocha e Panamericano. Por causa disso, não conseguiu criar muitos vínculos afetivos que iam para além da família nos bairros que habitou. O apego afetivo que ficou foi mais pelos locais e pelas memórias da sua vivência que se espalham pelos bairros do que por amigos ou vínculos mais fortes que poderiam ter surgido no seu desenvolvimento.

Financeiramente, o Jornalista B afirma que se enquadrava em uma estrutura familiar de classe média baixa. O pai trabalhava em um restaurante famoso da cidade, a mãe trabalhava em casa fazendo diversas atividades, como costura, cabelo, etc. Segundo ele, a família vivia “relativamente bem para quem morava em um bairro da periferia, mas não era tão precarizado”. Aqui, cabe ressaltar que o profissional caracteriza “precarizado” como um local em que não há saneamento básico, estrutura escolar positiva e saúde pública eficiente.

Na família do profissional, há agentes de segurança e das forças armadas. Cerca de 80% dos tios e primos maternos estão nesse círculo, seja pela Polícia Civil, Aeronáutica ou Corpo de Bombeiros. Da PM, fazem parte um tio e um primo com o qual não há tanto contato.

Eu não tive tanto contato assim familiar, mas, para mim, era muito mais meu tio do que o meu “tio policial militar”. Eu só entendi que ele era policial, porque às vezes ele guardava a arma em casa. Quando a gente era criança, de vez em quando, a gente brincava com a arma porque encontrava, não tinha noção da gravidade. Meu primo ia lá e me mostrava: “olha aqui a arma meu pai”, aí a gente olhava aquele objeto com admiração. Mas, fora isso, sempre tive muita rejeição pelas forças armadas, pela polícia. Nunca pretendi seguir carreira militar (Jornalista B).

Essa visão de rejeição sobre a polícia em si, como instituição, ganhou força em dois momentos específicos da sua vida. Em um deles, o Jornalista B lembra ter sido violentado por um policial civil enquanto era adolescente e integrante de um movimento social no Conjunto Ceará. Ele foi agredido com um soco após debater com o agente que havia ido ao local impedir ele e os amigos de se reunirem para tratar de pautas consideradas por ele mais progressistas, como a descriminalização das drogas.

Especificamente sobre a PM, ele lembrou de uma pauta que precisou cobrir quando já havia se profissionalizado: a morte de um adolescente por um policial militar em 2010. O assassinato do jovem ganhou ampla repercussão nacional devido ao seu assassinato ter ocorrido por imprudência policial, na qual Bruce Cristian, de 14 anos, foi atingido por um tiro na nuca disparado pelo PM enquanto trafegava na garupa da motocicleta do pai em um bairro da área nobre de Fortaleza⁶⁰.

Além da agressão, houve a morte também do Bruce que, profissionalmente, foi uma das coisas mais tristes, bem mais difícil de cobrir também, porque eu não sabia nem como abordar. Eu me vi ali de repente sem conseguir seguir o roteiro do jornalista que é conversar, entrevistar, apurar. Eu fiquei paralisado quando eu cheguei lá (Jornalista B).

⁶⁰ Mais informações sobre o caso podem ser vistas nessa matéria ou na pesquisa sobre o caso Bruce no Google. <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/pm-suspeito-de-matar-jovem-no-ce-tem-prisao-decretada-3d iq5wae8vfhoaiynotpixfm6/>

É possível compreender a partir dos relatos do Jornalista B que, apesar de existir relações pregressas com a PM antes da profissionalização no jornalismo, foi a profissão a responsável por consolidar uma visão direta sobre a instituição, visto que em várias de suas respostas há casos profissionais ou vinculação direta a um período de trabalho, no caso, se atuou ou não em coberturas específicas.

Jornalista C

Assim como o Jornalista B, o Jornalista C morou em mais de um bairro da cidade de Fortaleza, tendo conseguido vivenciar um pouco mais da região onde morava apenas quando vivia com a família no Montese. Por isso, não conseguiu também criar vínculos e amigos na infância e na adolescência, o que acabou transformando-o em uma criança mais caseira, sem muitos amigos, características que foram estendidas à sua adolescência. Quando começou a ter uma rotina mais alinhada a estudos e, em seguida, estágio e trabalho, o local que vivia acabou se transformando em um “bairro dormitório”, conforme contou.

Na parte financeira, o Jornalista C afirmou também ter tido uma infância e adolescência numa família de classe média. Quando morou no Montese, os pais eram donos de uma mercearia, de onde tiravam todo o sustento da família; após a mudança para outro bairro, o negócio não deu certo e foi necessário que pai e mãe voltassem a trabalhar fora de casa. Segundo ele, “nunca faltou nada, mas não tinha nada além do básico” (Jornalista C), ou seja, tinham o que era básico para viver a rotina do dia a dia.

O Jornalista C parece ter uma visão multifatorial da Polícia Militar, que teria começado desde a infância quando morava na periferia e ganhou corpo especialmente após começar a estudar jornalismo. Ele contou que nunca foi abordado por agentes de segurança e lembra de um momento em que precisou da ação da Polícia Militar para cuidar do caso de uma familiar que havia sofrido violência doméstica, mas não recebeu nenhum apoio dos agentes naquela situação. O episódio descrito acima teria provocado uma mancha na credibilidade da própria corporação para o profissional. “Eu esperava uma atuação mais contundente naquele episódio, que acabou não acontecendo” (Jornalista C). A simples pressuposição de uma ação da PM já infere uma visão prévia sobre como ela deveria agir, certamente construída socialmente e internalizada pelo Jornalista C na construção de representação social da corporação. Essa visão sobre a corporação foi se consolidando ainda mais com o tempo, pois segundo ele, o aprendizado foi mais compartilhado do que vivido.

Eu fui aprendendo, e não foi com experiência pessoal, como eu disse, nunca fui abordado pela polícia, sei nem como é isso, nunca tive essa experiência. Mas por ouvir relatos, por estar nesses dois locais que eu morei na infância, que são periferias, né? Então eu venho da periferia, então eu conheço essa forma de abordagem com outras pessoas, mas não comigo. Eu fui aprendendo ao longo do tempo, fui criando uma crítica social sobre isso, sobre esses aspectos e, ao longo do tempo, essa minha opinião foi se construindo (Jornalista C).

A visão sobre a Polícia Militar que atualmente ele disse compartilhar é a de que ela é uma organização necessária à sociedade, porém necessita de evolução com relação à sua postura frente à sociedade, por razões que estão imbricadas em si, como o preconceito, que geram desconfiança. “A gente como portador de notícia percebe muito isso da relação das pessoas. Então o que me passa, o que eu sinto é isso: parece que a polícia não conhece muito o público que ela precisa lidar. Há uma avaliação muito marginal do fluxo social” (Jornalista C).

Assim como os demais até aqui apresentados, o Jornalista C também atribuiu ao jornalismo e à profissão a mudança na visão sobre a corporação. Para ele, isso iniciou na faculdade, quando teve maior contato com discussões sociológicas e filosóficas. Ele lembrou do período em que trabalhou como estagiário, em que era necessário que cobrisse diversas pautas de polícia. “Ao longo da cobertura, da apuração, você vai entendendo algumas coisas, e aí isso também foi ajudando a construir a minha mente sobre isso” (Jornalista C). Visão esta, conforme o profissional, que teria também ganhado novos contornos com a deflagração dos motins em 2011 e 2020.

Eu lembro muito bem das duas paralisações que teve aqui em Fortaleza e, nas duas, eu como cidadão, fui contra. Porque isso muda a realidade do dia a dia, muda a rotina de todo mundo e, pela legislação, greve não é possível fazer na área de segurança. Então é uma ilegalidade, somada a uma questão também de interesse político e também partidário, então, como houve esse conjunto de fatores nessas duas situações, a minha percepção sobre a postura, não do grupo todo, mas de uma parte do grupo foi mudando de forma negativa (Jornalista C).

Jornalista D

A Jornalista D morou e cresceu em um bairro da periferia de Fortaleza, o qual, segundo ela, teria dado uma certa “experiência” na questão da segurança pública porque já havia para si uma percepção de medo rodeado devido à presença de facções criminosas. Tanto que, já vinculando sua realidade atual como jornalista à infância, ela conecta essa vivência à dos (as) amigos (as) que iam cobrir matérias em regiões periféricas e se chocavam bem mais

com a situação encontrada. Para a profissional, a percepção de insegurança ao seu redor se consolidou com apenas 15 anos.

Ela considerou que, nessa época, a família era de classe média, pois apesar de viver em um bairro periférico, os pais sempre conseguiram ter uma condição financeira boa para garantir o sustento familiar. A profissional, por exemplo, estudou em escolas nas quais a mãe trabalhava, o que equilibrava as contas e garantia o que para ela seria uma “vida sem luxos”. A única referência de um trabalhador da área da segurança que ela detinha era do pai que era segurança particular, mas, fora ele, não havia nenhum contato com policiais militares ou agentes públicos da área.

Em função desse distanciamento, a Jornalista D afirmou que a relação com a polícia sempre foi profissional, desenvolvida a partir do trabalho que desempenha até hoje. Vários relatos que ela puxou da memória e estão relacionados à Polícia Militar são de momentos em que ela estava na atividade.

Eu nunca tinha me relacionado diretamente a não ser dentro do jornal. E a relação sempre foi muito profissional, eu já até percebi isso em outras pessoas, que as coisas meio que se confundem com o passar do tempo, mas comigo sempre foi muito profissional, naquele horário alí é que eu estou no jornal voltada para o trabalho (Jornalista D).

Na entrevista, ela relembrou momentos vividos inclusive durante o motim de 2020, quando foi indicada a não chegar perto de um batalhão de Polícia Militar na cidade de Caucaia, na Região Metropolitana de Fortaleza. Determinação esta que partiu dos próprios policiais amotinados. Um caso citado pela Jornalista D, que vai para além da profissão, foi quando a mãe foi ameaçada por uma policial com arma em punho enquanto tentava passar o carro particular por uma viatura que fechava uma rua em Fortaleza.

Eu lembro muito esse episódio da minha mãe, pois me faz ter medo. Mas, às vezes, eu tenho medo de ter feito alguma matéria negativa, de eu estar na rua, enquanto popular, precisar de alguma coisa, me identificar pelo nome e eles lembrarem de alguma coisa. "Ah, então é você que fez a matéria tal". E, assim, desacreditar alguma coisa que eu tenha necessidade naquele momento. Isso nunca aconteceu, mas eu não me assustaria se acontecesse (Jornalista D)

O caso em que a mãe da profissional foi ameaçada por uma policial aconteceu enquanto ela já trabalhava como jornalista. Por isso, ela correlaciona o fato diretamente à profissão, com a qual tentou resolver a questão e até pensou em abrir um procedimento administrativo contra a PM. Nessa fase da vida, para ela, foi que houve uma mudança clara na visão sobre o que seria a Polícia Militar.

Antes, conforme a Jornalista D, a visão que ela tinha acerca da corporação era mais “básica”, que consistia na ideia de respeitar os profissionais porque a função deles era de proteção. “Mas, com o tempo, sabendo dos casos específicos, quanta coisa errada tem dentro, me assustou um pouco mais. Isso mudou por causa do jornalismo, posso dizer, com certeza” (Jornalista D). Por fim, acredito ser importante considerar aqui a ideia de que, para a profissional, o motim é um “crime menor” frente a outros que ela já acompanha na sua rotina, como, por exemplo, a relação de policiais militares com facções criminosas, inclusive atingindo níveis altos de poder nessas organizações.

Jornalista E

O Jornalista E também morou até a fase adulta em um único bairro, a Messejana, uma das grandes periferias de Fortaleza e também uma das regiões mais distantes do Centro da cidade (cerca de 15km). Devido ao aspecto interiorano que se tinha no bairro, muitos estabelecimentos, como bancos e comércios, não tinham estrutura por lá, por isso, era necessário se deslocar ao centro. Para ele, a infância, ocorrida na década de 1970 especialmente, foi um período muito positivo porque a região era isolada, isso possibilitou que ele pudesse ter um desenvolvimento infantil em contato com outras crianças e com a natureza do lugar.

Financeiramente, o Jornalista E considera que a família era de classe média baixa, com uma estrutura “bem apertada”, pois só o pai trabalhava como policial civil, enquanto a mãe cuidava da casa. Ao todo, nove pessoas moravam na mesma casa, além de parentes que vinham de cidades do interior do Ceará e passavam uma temporada na casa da família. Segundo ele, tudo era muito regrado, o dinheiro era contado e ninguém sonhava em receber mesada. O profissional, por exemplo, sempre estudou em escola pública e uma das memórias que tinha era que, aos domingos, o almoço era o melhor, pois havia duas opções de carne, além de refrigerante.

Na família, o pai e o irmão trabalham na Polícia Civil. Isso promoveu uma relação com a polícia que é de longa data, pois ele viveu situações com o pai que, apesar de ser civil, marcaram sua vida. Quando era adolescente, por ser de origem periférica, segundo ele, o Jornalista E lembra de ter sofrido algumas abordagens truculentas da PM, como ser encostado na parede e levar chute nos tornozelos. Esse foi um dos pontos de partida para a construção da imagem da Corporação que hoje ele dispõe.

Hoje, quando paro numa blitz, eu tenho medo mesmo sem ter feito nada de errado, mesmo trabalhando com isso [jornalismo]. Eu tenho medo de o policial achar alguma coisa irregular no meu carro, porque, como a gente faz muitas matérias criticando, denunciando coisas erradas, fico com medo de flagrante forjado. Eu tenho receio disso (Jornalista E).

Aqui percebe-se a vinculação da visão que se tem sobre a corporação, novamente, à profissão. Ainda que o Jornalista E consiga lembrar de momentos da sua infância que também causavam medo, pois ele foi criança durante a Ditadura Militar brasileira. Nesta época, os agentes trabalhavam em um veículo preto. Ele lembrou que, na rua, quando diziam “lá vem a pretinha”, era um sinal para que todos entrassem para casa independentemente de terem feito algo errado ou não.

Ele não avaliou que a sua visão sobre a polícia mudou com o tempo, mas ganhou novos contornos, mais consistência, principalmente a partir dos estudos em jornalismo. Segundo o Jornalista E, a leitura e a prática diária acabaram dando uma visão mais crítica sobre a corporação militar. Antes de trabalhar na área, inclusive, ele afirmou na entrevista que não queria trabalhar com polícia. Contudo, uma repórter descobriu que ele era parente de um policial civil e perguntou na redação porque ele não estagiava nessa área. Ao passo que ele disse ter respondido: “Porque eu não gosto da polícia e porque eu sei o que acontece na polícia. Meu irmão é policial, meu pai é policial, então eu não quero me envolver com a polícia mais do que eu sou envolvido por ter parentes lá” (Jornalista E).

Um dos aspectos interessantes da vida do Jornalista E está justamente em ele ter tido a sua vida entrecortada pelos três motins da PM cearense. Embora não tenha participado ou estado no meio do que aconteceu em 1997, o pai do profissional participou do motim e quase foi baleado. No motim de 2011, ele já atuava como jornalista e estava cobrindo um ato dentro de um ginásio em Fortaleza quando o motim foi deflagrado. Ele ressaltou que ficou preso no local e só conseguiu sair de lá por um descuido dos agentes amotinados. Em 2020, por sua vez, ele trabalhou ativamente na cobertura.

Por mais que eu fosse favorável às reivindicações, melhores salários e melhores condições, eu já tinha um ranço da polícia e eu não conseguia simpatizar com o movimento. Não conseguia. E aí eu cobrindo isso foi me dando um misto de medo, tinha medo do que poderia acontecer e fui criando uma certa raiva do que eles estavam fazendo. Eu achava legítimo reivindicações, mas não daquela forma que estavam planejando fazer (Jornalista E).

É perceptível, pela resposta do Jornalista E que ele já nutria, antes mesmo de entrar na profissão, uma visão negativa sobre a polícia, diferentemente de muitos (as) dos (as)

profissionais entrevistados (as) para esta dissertação. Isso pode estar vinculado à vivência com o pai e o irmão que, embora não sejam militares, compartilham da cultura policial, e/ou da região periférica em que morava, em função de ela ser observada pela PM como uma área sensível para sua atuação e, por consequência, seus excessos.

Jornalista F

Assim como os (as) demais jornalistas entrevistados (as), a Jornalista F também se desenvolveu em um bairro da periferia de Fortaleza. No entanto, sua vivência não se deu nas ruas da Parangaba, mas, sim, dentro de um condomínio fechado que foi adquirido pela família quando ela ainda era criança. Ela afirmou ter criado vínculos fortes com outras crianças que moravam no local, como se o condomínio pudesse ser comparado a uma rua de periferia, visto que os moradores de lá são bem antigos.

Inserida em uma família de classe média, a Jornalista F contou que o pai ganhava bem onde trabalhava e acaba ficando com as despesas mais caras do grupo familiar, composto ainda pela mãe e pelo irmão. A mãe dela, por sua vez, também contribuía com a subsistência da família, mas o dinheiro que ela ganhava trabalhando era usado para guardar, como uma poupança, enquanto o do pai era para manter os custos diários. Ela notou uma diferença no padrão de vida aos 11 anos de idade, quando o pai faleceu, mas, apesar disso, ela ressaltou que nunca passou por grandes dificuldades.

Ninguém da família é da Polícia Militar ou de qualquer área da Segurança Pública. Por isso, ela afirmou na entrevista não ter relação direta com a instituição. “Eu não gosto muito da PM para ser sincera. Vejo a militarização da polícia como uma forma muito agressiva, intimidadora” (Jornalista F). A profissional afirma que o ofício de jornalista fortaleceu a visão que foi construída durante a adolescência e a fase adulta.

Eu não sei também se isso faz parte da minha experiência enquanto jornalista, mas eu acho que a polícia é agressiva e autoritária na forma de lidar, de querer impor medo e de você não saber o que esperar dela porque é a sua palavra contra a dela, e eles fazem de uma forma que a sua vale menos. *Eu tenho medo da Polícia Militar.* Eu tenho medo de, de repente, acontecer alguma coisa, alguma situação e eles dizerem que é tal coisa e não ser e pronto (Jornalista F, grifo meu).

O medo que ela disse ter da Corporação ganhou novos contornos tanto durante o motim de 2020, quando atuou diretamente na cobertura, quanto em um caso que ocorreu após a paralisação, com o seu ex-chefe. Segundo a profissional, ele foi ameaçado nas redes sociais por realizar uma matéria crítica à Polícia Militar. Lideranças políticas da classe, inclusive,

usaram o texto citando o nome desse ex-chefe, além de uma matéria que ela assinou para criticar a cobertura jornalística na ocasião.

Quando questionada sobre as memórias acerca do motim de 2011, o qual ela viveu ainda distante da redação, ela lembrou de a cidade estar um caos em decorrência da ausência de policiais militares nas ruas.

Eu já tinha uma indignação ali, eu via com a minha mãe o noticiário e ficava aterrorizada, já tinha aquela sensação de terrorismo. E isso já me dava uma certa indignação. Na paralisação que eu cobri, em 2020, acho que só reforçou tudo que eu já sentia, porque eles foram extremamente escrotos durante a cobertura com jornalistas, era uma situação que inclusive me causou revolta não só na polícia, mas na empresa também, porque a gente não tinha segurança nenhuma e estava lidando com gente que deveria nos dar segurança (Jornalista F).

Pelo relato da Jornalista F, é perceptível a compreensão de que havia uma alimentação negativa à imagem da Polícia Militar que foi alimentada pelas situações ocorridas durante o desenvolvimento pessoal da entrevistada. Juntando isso às vivências que ela disse ter tido com policiais militares durante a profissão, é plenamente possível que, assim como nas demais entrevistas, as influências do *mundo laboral* tenham ganhado espaço e se sobreposto às experiências do *mundo individual*.

Jornalista G

O Jornalista G não teve sua infância no território fortalezense. Quando era criança e adolescente, precisou morar em vários estados diferentes em decorrência da atividade do pai, que é militar do Exército e recebia uma indicação de movimentação a cada dois anos. Por isso, morou no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul e até no Distrito Federal. Apesar dessa vida de diversos locais, ele conseguiu firmar vínculos em vários deles antes de chegar a Fortaleza, na fase adulta.

No aspecto financeiro, ele classifica a família nesse período como de classe média e atribui isso a problemas financeiros por questões relacionadas à organização; ou seja, não é que a renda familiar era baixa, mas não havia uma forma estruturada de realizar esses gastos para que não faltasse, desta forma, ele mesmo diz que não havia muita “benesse financeira”. Além do pai, que é militar do Exército, o Jornalista G é envolto de primos que também são oficiais da força armada terrestre. Segundo ele, todos foram pelo lado do militarismo graças a um tio que mora em uma cidade com grande influência militar.

Assim como quase todos (as) os (as) entrevistados (as) para esta dissertação, o Jornalista G afirmou não ter relação direta com a Polícia Militar; isso aconteceu

principalmente por causa da profissão que exerce. Para ele, essa relação, inclusive é muitas vezes tensa e repleta de dificuldade com suas fontes, por não ter certeza em quem se pode confiar.

Já houve momentos, na época do motim, em que eu recebia às vezes mensagens de pessoas que eu tinha boa relação, que mandavam um print do grupo de uns PMs com a minha foto e dizendo que eu era inimigo da polícia. E aí eu sempre ficava naquela: esse cara está me mandando isso como um amigo, como uma fonte que está querendo me dar um toque ou ele tá provavelmente me intimidando? (Jornalista G).

Segundo o profissional, esses possíveis momentos de intimidação velada o deixavam meio paranoico. Além dessa situação do motim, ele lembrou de outra ocorrida em sua adolescência, quando um agente da Polícia Militar violentou dois de seus amigos pela suposição de que ambos estavam bebendo com outros dois jovens menores de idade. E, de fato estavam, pois ele mesmo e um outro amigo haviam saído para comprar mais bebida quando os colegas adultos foram abordados. “Os caras deram aquela dura neles, que era basicamente uma tortura, deram um esculacho bem pesado no ponto de que a gente teve que procurar um posto de saúde porque eles ficaram com muita dor na mão” (Jornalista G). Apesar disso, ele não fala diretamente sobre ter medo de policiais, embora os casos citados ensejem uma certa tensão envolvendo a corporação.

Ao mesmo tempo, o Jornalista G é o único de todos (as) os (as) profissionais entrevistados (as) a pontuar a construção de identidade dos policiais militares e a dificuldade de atuar na profissão. Conforme ele, a mentalidade dos PMs é estruturada a partir de uma ideia de “guerra constante”, que vai promovendo a perda de “referências éticas, morais, de várias espécies”, inclusive considerando a categoria como uma que também sofre com questões psicológicas e necessita de auxílio urgente nesta seara.

Quando você começa a conviver mais, ver angústias e até ali no motim, algumas pessoas me mandaram contracheques, tinha uma galera que era muito fragilizada mesmo. O cara trabalhava na força, fazia tantos bicos, e você via que não era injusto o que ele estava pensando no fundamento. A questão era o que eles tomaram como meio para promover essa mudança e o que estava contaminando aquele movimento. Eu acho que a convivência com fontes, relação com muitos militares acaba te dando uma outra visão, diferente do que você tinha antes (Jornalista G).

Por essas questões, o Jornalista G afirmou que sua visão da Polícia Militar mudou bastante com o tempo. Para ele, a convivência com determinadas fontes pode, sim, modificar a sua visão sobre uma instituição ou um acontecimento específico. “Hoje eu sou mais compreensivo, não deixo de contestar, de denunciar, de cobrir. Quando eu era jovem, eu era

mais radical. Hoje, até pela convivência e pela compreensão, vejo que é um grupo muito fragilizado também” (Jornalista G).

Os relatos do Jornalista G levam à compreensão de que há a possibilidade de construção de uma representação social pautada na relação entre os indivíduos e a comunicação que se dá entre eles. O problema dessa afirmação neste estudo é que, ao considerar uma sobreposição do *mundo social* ou do *mundo laboral* frente ao *mundo individual*, esquece-se que este atua pelas entranhas e na estruturação coordenada com os demais, numa relação indissociável e mutualística.

O que entendo a partir das respostas fornecidas pelos (as) entrevistados (as) para as perguntas que tinham como foco o *mundo individual* é que não é possível discernir os mundos, dividi-los e compartimentalizá-los em espaços fechados. A construção da representação social do motim de 2020 pelos (as) jornalistas tem influências importantes do que foi vivido por eles (as) em momentos anteriores à profissionalização na área, mas a proximidade com o ofício, a força da factualidade em suas narrativas e as relações diretas com a PM propiciadas pela profissão garantem uma disputa de forças na qual o *mundo laboral* parece ter influências mais fortes.

5. Considerações finais

Fazer pesquisa é, muitas vezes, realizar um sonho. Colocar em palavras aquilo que instiga e contar ao mundo a importância de observar determinado objeto. Quando esta dissertação surgiu como uma ideia, durante a apuração de uma pauta no meio do motim policial cearense de 2020, jamais poderia imaginar que aquele vislumbre seria concluído em pouco mais de cinco anos, após uma pandemia que matou milhões de pessoas e uma mudança radical para a cidade que hoje considero como lar.

Fazer pesquisa também é se achar. É colocar em palavras os receios, as dúvidas e as poucas certezas. É debater com quem há pouco nem era conhecido. E duvidar, e questionar e escrever. Uma escrita quase diária que entrelaça as ideias que ainda não foram materializadas e apaga aquelas que já foram escritas. É com essa bagagem de idas e vindas, como chamo, que faço agora o fechamento da maior pesquisa de minha vida. Foram dois longos anos de muitos sentimentos sobrepostos, ajudas e muitos afetos, que agora podem ser estratificados em um texto que propõe nortear um acontecimento que marcou minha vida e de tantas pessoas diferentes em um Estado esquecido por muitos no Brasil.

Para que seja possível finalizar este texto e colocar no mundo uma pesquisa de um cearense sobre um acontecimento importante do Ceará, que tem raízes brasileiras, é necessário retomar alguns pontos que trabalhei desde a introdução. Por isso, como num exercício de revisão, retomarei os pontos que considero principais, tratando sobre: o tema de pesquisa, o problema, os objetivos, a hipótese, os resultados, os desvios, além de dificuldades e limitações encontradas durante os estudos. Por fim, pretendo propor novas pesquisas que podem ser estruturadas a partir desta com o intuito de promover a circulação de conhecimento e a infinidade de novas possibilidades abertas.

Quando iniciei a pesquisa em 2023, minha ideia era tentar investigar como se davam as relações de poder internas e externas para que uma cobertura sensível, como a de um motim policial, pudesse ser publicada em um jornal de grande circulação. Era interessante para mim como essas questões estavam sendo colocadas na mesa e se seria possível comparar acontecimentos similares em momentos distintos.

Ao fazer a pesquisa e adaptar melhor minhas expectativas, percebi que o melhor caminho era focar na cobertura de um acontecimento em si, por isso, após adaptações teóricas, optei por tentar entender como se constrói, a partir dos (as) jornalistas atuantes na cobertura do motim da Polícia Militar do Ceará de 2020, o sistema de representações sociais sobre esse acontecimento. Esta pesquisa reúne elementos das áreas de Comunicação, Ciências

Sociais, Psicologia Social e Antropologia. Um caldo teórico que resultou nesta dissertação e espero ajudar em muitas outras pesquisas que a usem como base para estudos futuros.

Para conseguir dar conta desse tema, utilizei uma abordagem metodológica mista, como foi feito por Serge Moscovici em sua obra inaugural *A Representação Social da Psicanálise*, de 1978. Combinei a análise de entrevistas com jornalistas que participaram da cobertura do evento pelos jornais *O Povo* e *Diário do Nordeste* com a análise de conteúdos jornalísticos publicados nesses veículos durante o acontecimento em questão. Da metodologia surgem as primeiras dificuldades que consegui identificar durante a escrita que podem trazer pontuações à pesquisa.

Em primeiro lugar, acredito que a análise dos jornais foi importante para o delineamento do objeto e os estudos em si, apesar de ter sido extenuante para a utilização em apenas uma parte de todo o material. Durante esse movimento, percebi que meu objeto, na verdade, não era a tentativa de materialização da representação social nas reportagens, mas, sim, como se deu a construção de representações sociais sobre aquele motim para jornalistas cearenses. Ou seja: as páginas ajudam a perceber algumas marcas dessas representações apenas quando são consideradas em quantidade e imersas em grupos de palavras, impossibilitando a relação indivíduo-sociedade. O *mundo individual*, neste caso, que é parte estruturante desta pesquisa e razão de ser da Teoria das Representações Sociais, é colocado de lado pela real impossibilidade de vincular aspectos individuais aos textos produzidos. Por outro lado, a análise dos jornais fortaleceu a compreensão das influências do *mundo social* e do *mundo laboral*, que, justamente por considerar os aspectos externos ao indivíduo e a cultura laboral puderam ser mais bem captados na análise lexical realizada.

Um segundo comentário ainda relativo à abordagem metodológica é a extensão das entrevistas com jornalistas cearenses. Como boa parte das respostas foram utilizadas, a quantidade de questionamentos, o tempo das entrevistas, a dificuldade na existência de softwares gratuitos que ajudem a realizar uma boa decupagem e uma necessidade de análise pormenorizada tornaram o trabalho ainda mais cansativo de ser feito. Não avalio que uma pesquisa acadêmica necessita utilizar todo o material captado para análise. Pelo contrário, o desenvolvimento do objeto também ocorre paralelamente à entrega da dissertação, com o desenvolvimento de outros artigos, de proposições de escrita para revista e até para um possível doutoramento. O que pontuo aqui é a necessidade de redução dos questionamentos para que o direcionamento da pesquisa fosse um pouco mais objetivo frente ao todo.

A convergência de ambas as análises ajudou a identificar alguns dos fatores que influenciaram na construção de representações sociais por parte de jornalistas durante a

cobertura do acontecimento que é tema desta dissertação. A pesquisa foi capaz de destacar como os *mundos individual, social e laboral*, nomeados por mim a partir da pesquisa de Travancas (2011), são importantes durante esse processo de construção, revelando um emaranhado de atravessamentos que moldaram a percepção dos (as) jornalistas sobre o motim cearense de 2020.

Neste aspecto, acredito que consegui na dissertação dar espaço suficiente para diversos aspectos que avalio terem influenciado o processo de construção representacional do acontecimento. Considero, por exemplo, as histórias pessoais de cada um (a) dos (as) entrevistados (as), bem como os atravessamentos pessoais que eles (as) possuem frente à instituição Polícia Militar e outras da área da segurança. Descobri, em muitas das entrevistas, não haver qualquer relação direta entre entrevistado (a) e Corporação antes do início da atividade profissional. Se havia um vínculo anterior, ele era tão forte que parecia já pressupor uma repulsa, como ficou evidenciado em algumas entrevistas. O medo, sentimento inerente à existência, surge como elo entre as entrevistas, praticamente todos (as) os (as) profissionais citaram direta ou indiretamente senti-lo em alguma situação de tensão com agentes da Polícia Militar, seja relacionada a trabalho ou na rotina de suas vidas para além de ser jornalista.

Por esses e outros pontos, a afirmação de existência do *mundo laboral* e o realce de aspectos que são mais próximos desse lugar são dois grandes cerne desta pesquisa, pois assumo que o *ser jornalista* consegue se sobrepor em muitos momentos a outros aspectos individuais e sociais que estão para além da redação. Como já ressalté anteriormente, não vejo limites claros entre os *mundos individual, social e laboral* aqui defendidos, mas, por óbvio, alguns elementos estão mais próximos de um mundo do que de outro. É nesta questão que aparecem, em diversos momentos dos estudos, a relevância do trabalho e como ele molda interações outras que se dão fora daquele espaço-tempo em que o (a) profissional se dedica.

Além disso, aponte rapidamente a existência de influências que também devem ser consideradas para a construção de representações sociais, como a vinculação parental e a relação dos (as) entrevistados (as) com familiares que atuam na área de segurança ou defesa; a influência formativa, considerando os espaços em que os (as) entrevistados (as) estudaram durante a infância e adolescência até se tornarem jornalistas; e a influência territorial, levando em conta o espaço em que eles (as) viveram e como este influenciou suas formas de ver e sentir o mundo sensível.

Dediquei um espaço maior para a influência histórica e das memórias dos (as) jornalistas, sugerindo uma genealogia da polícia no Brasil e especificamente dos motins para ser possível avaliar se a história da Corporação e de outros acontecimentos similares eram

considerados quando da análise particular de cada entrevistado (a). Além disso, esse momento da pesquisa também funciona como uma reunião de vários estudos condensados com o objetivo de facilitar pesquisas futuras que se aventurem pela história da corporação e dos motins, ações que acredito fazerem parte das identidades militares, calcadas no bipé hierarquia e disciplina.

A partir de algumas respostas dadas no Eixo 3 das entrevistas, verifiquei que o aspecto mais interessante para avaliar a relevância da história como influenciadora no processo de representação social do motim de 2020 seria a nomenclatura que foi dada pelos (as) jornalistas nas entrevistas em comparação com os termos usados para referenciar o acontecimento nos jornais da época. Percebi inconsistências entre os dois suportes e observei que há uma dificuldade dos (as) jornalistas em ancorar o acontecimento de 2020 a algo anterior que possa sugerir uma origem – o evento, inclusive, é classificado diversas vezes como “greve” na cobertura, mas o termo foi rechaçado por todos (as) jornalistas entrevistados (as). A vinculação histórica entre o motim de 2020 e os anteriores se dá a partir de personagens em comum, fazendo um apagamento quase total de todas as outras nuances do que já foi vivido.

No meu ponto de vista, isso ocorre por causa da *forma de ver* (Traquina, 2005b) dos (as) jornalistas que se prende à factualidade e ao imediatismo, complexificando a capacidade de ver a história como uma aliada e sobrepondo o acontecimento vivido naquele momento como o que deve ser priorizado na construção de representação social. Apesar disso, considero que a história é um pilar importante nesse processo representacional, pois, apesar de a cultura profissional tentar manchar a capacidade dos (as) jornalistas em olhar mais profundamente, há aspectos que sugerem a existência dessa capacidade costurada a partir de personagens comuns.

Por isso, em síntese, a análise demonstrou que a construção das representações sociais do motim de 2020 foi influenciada por três dimensões principais: 1) histórias de vida e experiências pessoais dos (as) jornalistas; 2) cultura profissional e rotinas produtivas do jornalismo; 3) relações de poder que permeiam as redações.

A primeira dimensão revelou que alguns (mas) jornalistas entrevistados (as) possuíam históricos pessoais ligados direta ou indiretamente à Polícia Militar, tendo crescido em famílias de militares ou sido impactados (as) pela violência urbana em bairros periféricos e de classe média. Essa bagagem influenciou suas percepções sobre a Corporação e, por consequência, os acontecimentos possivelmente negativos produzidos por ela, como um motim. Esse fator ajudou a moldar a construção de representações sociais sobre o evento,

refletindo experiências e valores que partem do *mundo individual* majoritariamente em consonância com o *mundo social*.

A segunda dimensão mostrou como as práticas jornalísticas e a cultura profissional influenciaram e continuaram influenciando na construção de representações sociais sobre o motim de 2020. A cultura profissional compartilhada pelos (as) jornalistas entrevistados (as), tendo aspectos como a necessidade de rapidez na produção de notícias, a estrutura hierárquica das redações e o apagamento da história como foco na factualidade são pontos indispensáveis para a identificação desta seara como pilar da construção de representações sociais. Por fim, a terceira dimensão destacou as relações de poder presentes no campo jornalístico, que variam entre uma possível adesão à cultura profissional, que parte do poder institucional, bem como o medo ou uma tensão existente entre profissionais e agentes da Polícia Militar.

Desta forma, a presente dissertação contribui para os estudos que tentam compreender as interseções entre jornalismo e representação social, revelando que a construção representacional de eventos, como o motim da PM cearense, é um processo complexo e atravessado por diversos fatores, já considerando inerente a mediação da mídia. Ao adotar a Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici como referencial, pude compreender como os jornalistas ancoram e objetivam esse evento, ou seja, como tornam familiar e compreensível um fenômeno que é, por natureza, controverso e sensível.

Entendo que esta dissertação é mais um ponto de partida cujos temas e objetivos não se encerram por si próprios. O estudo em questão pode e deve auxiliar em pesquisas futuras que tenham como foco os estudos tanto em jornalismo, quanto em representações sociais, com maior proeminência às questões que envolvem a cultura jornalística e possuam ponto de contato com áreas mais abrangentes, como a comunicação, a antropologia, a psicologia social e a história. Vejo, desta forma, algumas possibilidades de estudos que podem ser delineadas usando esta dissertação como uma das referências possíveis, seja para incrementar alguns pontos ou questioná-los.

Inicialmente, vejo que há uma possibilidade de expansão do objeto com a análise dos demais motins deflagrados no Ceará ou em outros estados brasileiros. Ainda é possível entrevistar profissionais que atuaram em todos os motins cearenses, por isso, possíveis pesquisas futuras podem focar motins determinados ou em uma análise histórica desses acontecimentos. Além disso, há uma possibilidade de tentar dar conta de uma representação social nacional do jornalismo sobre motim, um trabalho árduo, mais complexo, mais completo e de igual relevância para a compreensão das temáticas que circulam nessa pesquisa.

Também é possível ampliar as pesquisas na análise de coberturas jornalísticas sobre motins policiais sem considerar uma metodologia mista, como a inclusão de entrevistas, focando apenas na análise de conteúdo lexical. Seria possível, por exemplo, realizar uma análise do Ciclo Nacional de Protestos, ocorrido em 1997, cruzando jornais de diversos estados e considerando a política e a influência das redações como aspectos que subjazem a cobertura. Outra possibilidade, nessa questão, seria acompanhar como a narrativa sobre um motim evolui ao longo dos anos, sugerindo mudanças nas representações sociais e no papel do jornalismo na sociedade.

Como pesquisa histórica, o tópico sobre a genealogia dos motins brasileiros e cearenses, tendo como base estudos realizados por Holloway (1997), Sodré (2010) e Brasil (1990), pode ensejar pesquisas acadêmicas que busquem reconstruir a história da hierarquia e da disciplina no Brasil de forma mais pormenorizada, dando espaço para vinculações também políticas com a intenção de desatar um nó montado na vinculação das polícias ao Exército Brasileiro.

Por fim, também vejo a possibilidade da instalação de novas pesquisas que façam correlações diretas entre a construção de representações sociais no jornalismo tendo como influência as redes sociotécnicas e as plataformas digitais, que realizaram grandes mudanças sociais desde o seu incremento e devem ser novos pilares fundamentais na análise das construções representacionais contemporâneas.

No que me concerne nesta pesquisa, a investigação das representações sociais construídas por jornalistas cearenses sobre o motim de 2020 permitiu não apenas compreender como esse evento foi observado pelos (as) profissionais, mas também refletir sobre os desafios e dilemas do jornalismo na cobertura de temas sensíveis como esse. A forma como a imprensa retrata acontecimentos da área de segurança pública no Brasil influencia diretamente a percepção da sociedade sobre a legitimidade das instituições policiais e do próprio Estado. Por isso, é fundamental que os (as) jornalistas conheçam o que pode estar moldando suas ideias e, indiretamente, seus textos, para que possam refletir sobre o seu papel na mediação da realidade social. Espero que este estudo contribua para um debate mais amplo sobre o jornalismo e suas influências na construção das representações sociais, incentivando novas investigações que ampliem o entendimento sobre essa relação complexa entre comunicação, segurança pública e sociedade.

ANEXO

Roteiro semiestruturado para entrevistas com jornalistas

Eixo 1 – apresentação pessoal/profissional

11. Qual seu nome completo?
12. Qual sua idade?
13. Com qual gênero você se identifica? Quais seus pronomes?
14. Com qual cor você se identifica?
15. Em que cidade nasceu? É de que bairro dessa cidade?
16. Quais as profissões dos seus pais?
17. Onde fez sua graduação? É uma IES pública ou privada?
18. Tem pós-graduação? Em quê?
19. Há quanto tempo você é jornalista?
20. Por que escolheu ser jornalista?
21. Há quanto tempo trabalha na empresa em que está agora?
22. Em qual editoria você trabalha?

Eixo 2 – questões individuais e de imbricação com a Polícia Militar

23. Como foi crescer no bairro em que você nasceu/cresceu?
24. Como era a questão financeira da sua família?
25. Alguém da sua família é agente de segurança? Alguém da Polícia Militar?
26. Qual a sua relação com a Polícia Militar?
27. Você se lembra de algum caso com a Polícia Militar que marcou sua vida? O que aconteceu?
28. Qual sua visão sobre a Polícia Militar atualmente?
29. Essa sua visão mudou com o tempo ou sempre esteve próxima da forma como você observa hoje?
30. Essa sua visão sobre a Polícia Militar mudou após você fazer jornalismo?
31. Houve alguma mudança na sua visão sobre a Polícia Militar após as paralisações da Corporação?
32. Você tem memória de alguma paralisação da Polícia Militar do Ceará anterior à de 2020? Consegue descrever como ela era e quais as suas lembranças?

Eixo 3 – cobertura da paralisação da Polícia Militar de 2020

33. Como foi participar da cobertura da paralisação de 2020?
34. O que você fez durante a cobertura? Foi a campo ou cobriu da redação?
35. Como você nomeia o evento em si? Greve, motim, manifestação? Por quê?
36. Para você, como essa paralisação surgiu? Quem são os responsáveis?
37. Você enxerga um viés político? Por quê?
38. Como você analisa a cobertura jornalística da empresa em que trabalha?
39. Como era o procedimento jornalístico para a pauta chegar até você neste período?
40. Você percebeu/vivenciou alguma mudança na linha editorial durante a cobertura?
41. Você percebeu alguma influência da empresa na cobertura sobre o evento?
42. Você percebeu alguma influência de outras instituições na cobertura sobre o evento?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, Marcos. O papel da mídia na difusão das representações sociais. **Comum**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 17, p. 111-125, jul./dez., 2001.

ALLAIN, Juliana Mezzomo; CAMARGO, Brígido Vizeu. O papel da mídia brasileira na construção das representações sociais de segurança alimentar. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 9, n. 2, p. 92-108, 2007.

ALMEIDA, Juniele Rabelo. **Tropas em Protesto**: O ciclo de movimentos reivindicatórios dos policiais militares brasileiros no ano de 1997. Tese. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

ARAÚJO, Elysio de. **Estudo histórico sobre a polícia da capital federal, de 1808 a 1831**: primeira parte. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

ALVES, Juliana do Carmo Cardoso. **Memória Dividida**: narrativas acerca do movimento reivindicatório dos praças da Polícia Militar de Minas Gerais no ano de 1997. Dissertação. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013.

BERTONI, Luci Mara; GALINKIN, Ana Lúcia. Teoria e métodos em representações sociais. *In*: MORORÓ, L. P.; COUTO, M. E. S.; ASSIS, R. A. M. (orgs). **Notas teórico-metodológicas de pesquisas em educação: concepções e trajetórias**. Ilhéus: Editus, 2017, p. 101-122.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2024 (1988)]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 abr. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 1.001, de 21 de outubro de 1969. **Código Penal Militar**, Brasília, DF: Presidência da República, [2023 (1969)]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1001.htm. Acesso em: 25 abr. 2024.

BRASIL. Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018. **Decreta intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro [...]**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9288.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%209.288%2C%20DE%2016,grave%20comprometimento%20da%20ordem%20p%C3%ABAblica.&text=O%20PRESIDENTE%20DA%20REP%C3%9ABLICA%20%2C%20no,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em: 17 abr. 2024.

BRASIL, Maria Glaucíria Mota. A genealogia da instituição policial no Brasil e no Ceará. **Série Ideias: Núcleo de Documentação e Laboratório de Pesquisa Histórica do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará**. Fortaleza, n. 17, jun., 1990.

_____. **A segurança pública no “Governo das Mudanças”**: moralização, modernização e participação. 2000. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.

_____. **Polícia: instrumento “panóptico” da sociedade moderna?** 1989. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1989.

BRODEUR, Jean-Paul. Por uma sociologia da força pública: considerações sobre a força policial e militar. **Caderno CRH: revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA**, Salvador, v.17, n.42, p.481-489, set./dez., 2004.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em psicologia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

CEARÁ (Estado). Lei nº 13.729, de 11 de janeiro de 2006. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares Estaduais do Ceará e dá outras providências. Fortaleza, CE: Diário Oficial do Estado, 2006.

Disponível em:

<https://www.cgd.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/33/2022/09/Microsoft-Word-ESTATUTO-CONSOLIDADO-EstatutoMilitares.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2024.

CHAMPAGNE, Patrick. A visão mediática. *In*: BOURDIEU, Pierre et al. **A miséria do mundo**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 63-79.

COSTA, Vanda Ribeiro. **Com rancor e com afeto**: rebeliões militares na década de 30. Ciências sociais hoje. Rio de Janeiro, Anpocs, 1985.

DELUCA, Gabriela; OLIVEIRA, Sidinei Rocha de; CHIESA, Carolina Dalla. **Contribuições de Gilberto Velho para os Estudos sobre Carreira**: Projeto e Metamorfose de Indivíduos e Coletividades. *In*: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 38., 2014, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ENANPAD, 2014, p. 1-16.

DUMONT, Louis. **O individualismo**: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

DURANTE motim da PM, 312 pessoas foram assassinadas no Ceará. **UOL**, São Paulo, 6 mar. 2020.

Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/03/06/durante-motim-da-pm-312-pessoas-foram-assassinadas-no-ceara.htm>>. Acesso em: 23 jan. 2024.

DURANTE motim da PM, Ceará tem os dois dias mais violentos desde 2012. **G1**, [S. l.], 23 fev. 2020. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/02/23/ceara-tem-122-assassinatos-em-quatro-dias-de-motim-da-policia-militar.ghml>>. Acesso em: 23 jan. 2024.

DUVEEN, Gerard. O poder das idéias. In: MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 5. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007. p. 7-28.

ENTMAN, R.M. How the media affect what people think: an information processing approach. **The Journal of Politics**, v. 51, n. 2, p. 347-370, May 1989. Cambridge University Press. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2131346>>.

FONSECA, E. S.; SILVA, E. P. da; MAFRA, S. C. T.; FREITAS, N. C. de; SAMPAIO, J. F. Viabilidade do uso do software Alceste na análise dos resumos disponíveis no banco de dados da Capes: contribuições para a pesquisa sobre envelhecimento demográfico no Brasil. **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, v. 26, n. 1, p. 4-17, 2015

FREITAS, Carlos Eduardo Pereira. **Visão da imprensa cearense sobre o motim da Polícia Militar do Ceará**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 46., 2023, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: INTERCOM, 2023. p. 1-15.

GUARESCHI, Pedrinho A. Representações Sociais e Ideologia. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis: EDUFSC, Edição Especial Temática, p.33-46, 2000.

JODELET, Denise. **Representações Sociais**. Tradução de Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. _____ . **Representações sociais e mundos de vida**. Tradução de Lilian Ulup. Curitiba: PUCPress, 2017.

_____. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 3, set. 2009.

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro: Repressão e resistência**. Tradução de Francisco de Castro Azevedo. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2008a.

_____. Vivendo a vida com os outros: Intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs). **Textos em representações sociais**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2008b, p. 63-85.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2011.

LAPLANTINE, François. Antropologia dos sistemas de representações da doença: sobre algumas pesquisas desenvolvidas na França contemporânea reexaminadas à luz de uma experiência brasileira. *In: JODELET, Denise. As representações sociais*. Tradução de Lilian Ulup. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2001.

LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia-volta volver**: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

LIMA, Renato Sérgio de; COSTA, Arthur Trindade Maranhão. Greve, motim e chantagem pelo poder. **Revista Piauí**, São Paulo, 20 fev. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/greve-motim-e-chantagem-pelo-poder/>. Acesso em: 11 abr. 2024.

LINS, Ana Letícia Costa. **Entre pactos, projetos e programas**: as dinâmicas de governo no campo da segurança pública no Ceará. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Sociologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

LOBO, Renato Fernandes; WERNECK, Mariza Martins Furquim. A interdisciplinaridade do conceito de Representações Sociais de Serge Moscovici. **Revista Ciências Humanas - Educação e Desenvolvimento Humano - UNITAU**. Taubaté, v. 11, n. 1, p. 8-18, jun. 2018.

MAIA, Geimison; Costa, Rafael; DE LUNA, Dióneges [et al.]. **Perfil do jornalista do Nordeste 2023**: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho. 1. ed. Florianópolis: Quórum comunicação, 2023. Disponível em: <https://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2023/10/2023-10-22-Perfil-do-Jornalista-do-Nordeste-Geimison-Maia-et-al.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2024.

MAIORIA dos jornalistas empregados formalmente são mulheres, brancos e com idade entre 30 e 39 anos. Fenaj, 5 janeiro, 2024. Disponível em: <https://fenaj.org.br/maioria-dos-jornalistas-empregados-formalmente-sao-mulheres-brancos-e-com-idade-entre-30-e-39-anos/>. Acesso em: 20 jul. 2024.

MAROCCO, Beatriz. Entrevista como dispositivo de revelação do saber jornalístico. *In: Entrevista na prática jornalística e na pesquisa*. Porto Alegre: Libretos, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Tradução de Luís Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MILANEZ, Priscila R. Mídia e representações sociais - uma perspectiva de apreensão social da realidade. **Revista Três Pontos**. Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 91-98, 2008.

MORENO, Carlos Alexandre de Carvalho. Notas sobre as conexões teóricas entre mídia e representação social. **Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 15-21, 2003.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In: JODELET, Denise. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

_____. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Ed. 5. Petrópolis: Vozes, 2007.

MUNIZ, Jacqueline. A crise de identidade das polícias militares brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional. **Security and Defense Studies Review**. Washington, v. 10, n. 1, p. 177-198, 2001.

MUNIZ, Jacqueline; PAES-MACHADO, Eduardo. Polícia para quem precisa de polícia: contribuições aos estudos sobre policiamento. **Cadernos CRH: revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA**. Salvador, v. 23, n. 60, p. 437-447, set./dez. 2010.

PEREIRA JÚNIOR, Alfredo Eurico Vizeu. Jornalismo e representações sociais: perspectivas teóricas e metodológicas. **Intexto**, Porto Alegre, v. 1, n. 12, p. 1-12, jan./jun., 2005.

POMBO-DE-BARROS, Carolina Fernandes; ARRUDA, Angela Maria Silva. Afetos e representações sociais: contribuições de um diálogo transdisciplinar. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, v. 26, n. 2, p. 351-360, abr./jun., 2010.

PORTO, M.P. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, A.A.C. (org.). **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004. p.73-104.

PORTO, Maria Stela Grossi. Mídia, segurança pública e representações sociais. **Tempo social, revista de Sociologia da USP**. São Paulo, v. 21, n. 2, p. 211-233, nov. 2009.

ROCHA, Luis Fernando. Teoria das Representações Sociais: a ruptura de paradigmas das correntes clássicas das teorias psicológicas. **Psicologia: Ciência e profissão**. [s.l], v. 34, n. 1, p. 46-65, 2014.

SANCTOS, Luiz Gonçalves. **Memórias para servir à história do reino do Brasil**, divididas em tres epocas da Felicidade, Honra, e Gloria; escriptas na corte do Rio de Janeiro, no anno de 1821, e offerecidas A S. Magestade El Rei Nosso Senhor o senhor D. João VI. Pelo P. Luiz Gonçalves dos Santos: tomo I. Lisboa: Impressão Régia, 1825.

SANTOS, M. F. S.; ACIOLI NETO, M. L.; SOUSA, Y. S. O. Representações sociais do crack na imprensa pernambucana. **Estudos de Psicologia**. Campinas, v. 29, n. 3, p. 379-386, 2012.

SANTOS, M. F. S.; DANFÁ, L.; ALMEIDA, A. M. O. A loucura em Movimento: Representação Social e Loucura na Imprensa Escrita. **SciELO Brasil**, v. 41, p. 1-15, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/LDJV9hk6Lx84j73G5WSV8Ck/?lang=pt#>>. Acesso em: 23 jan. 2024.

SENADOR Cid Gomes é baleado durante motim de PMs. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 19 fevereiro 2022. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/senador-cid-gomes-e-baleado-durante-motim-de-pms-1.2213194>. Acesso em: 26 abr. 2024.

SILVA NETO, Antonio Sabino da; SÁ, Leonardo Damasceno de. **Liderança e insulto moral na greve policial de 2011 no Ceará: um estudo das formas de acusação**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38., 2014, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPOCS, 2014, p. 1-21.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história militar do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

SPERBER, Dan. O estudo antropológico das representações: problemas e perspectivas. In: JODELET, Denise. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

TEIXEIRA FILHO, Francisco Luciano. E quando ser o que se é tornou-se uma infundada suspeita: elementos de uma estética de classe e de preconceito. **O público e o privado**. Fortaleza, n. 28, p. 223-251, jul./dez., 2016.

TELLES, Marta Maria. **A construção da representação social de hierarquia na Força Aérea Brasileira**. Tese. Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005a.

_____. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005b.

TRAVANCAS, Isabel. **O mundo dos jornalistas**. 4. ed. São Paulo: Summus, 2011.

TRÊS policiais são presos em Fortaleza por cerca veículo da PM e furar pneus. **G1 Ceará**, Fortaleza, 18 fevereiro 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/02/18/tres-policiais-sao-presos-por-tentar-paralisar-atividades-militares-no-ceara.ghtml>. Acesso em: 26 abr. 2024.

WEBER, Max. **A Política como vocação**. Tradução de Maurício Tragtenberg. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

VALENTE, Júlia Leite. “Polícia Militar” é um oxímoro: a militarização da segurança pública no Brasil. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP**. Marília, v. 10, p. 204-224, dez. 2012.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. *In*: NUNES, Edson de Oliveira. **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 121/132.

YOKOGAWA, Juliana Carraro. **Representações sociais da vida associativa**: estudo sobre uma organização da sociedade civil de resíduos sólidos de Palhoça - SC. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017.

ZAVERUCHA, Jorge. **FHC, forças armadas e polícia**: entre o autoritarismo e a democracia. Rio de Janeiro: Record, 2005.